

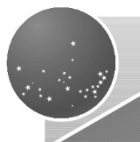


**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Piauí



# RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO *2020*





**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Piauí



# RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO *2020*

Relatório de Transição do TRE-PI referente ao biênio 2017-2019, em cumprimento à Resolução TRE-PI nº 268, de 20 de agosto de 2013, e à Resolução CNJ nº 95, de 29 de outubro de 2009.

**Teresina (PI), fevereiro/2020**

**Tribunal Regional Eleitoral do Piauí**

Praça Desembargador Edgar Nogueira, s/n, Centro Cívico

64000-920 Teresina-PI

Telefone: (86) 2107-9824 / 2107 - 9956

Homepage: <http://www.tre-pi.jus.br>

**Organização**

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN

Cláudia Laíse Reis Martins Pádua

**Equipe de Consolidação**

Ailton Cristian Queiroz e Silva

Antônio Alves Rodrigues Junior

Bruno Mortari

Miran Vieira de Sousa Silva

Ricardo Coelho Pereira

**Consultoria Técnica**

Joel Solon Farias de Azevedo

**Colaboradora**

Waruske Lopes de Assis

**Supervisão**

Diretoria-Geral

Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho

**Capa e Projeto Gráfico**

Breno Ponte de Brito

**Impressão e Encadernação**

Seção de Comunicação / Reprografia

## **COMPOSIÇÃO DO PLENO DO TRE-PI**

Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho  
***Presidente***

Des. Olímpio José Passos Galvão  
***Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral***

Dr. Agliberto Gomes Machado  
***Juiz Federal***

Dr. Antônio Soares dos Santos  
Dr. Aderson Antônio Brito Nogueira  
***Juízes de Direito***

Dr. Thiago Mendes de Almeida Férrer  
Dr. Charles Max Pessoa Marques da Rocha  
***Juristas***

Dr. Leonardo Carvalho Cavalcante de Oliveira  
***Procurador Regional Eleitoral***

---

### **Membros Suplentes**

Des. Fernando Lopes e Silva Neto  
***Desembargador***

Dr. Lucas Rosendo Máximo de Araújo  
***Juiz Federal***

Dr. Raimundo Rolland Moura de Queiroz  
Dr. José Olindo Gil Barbosa  
***Juízes de Direito***

Dr. Alessandro dos Santos Lopes  
Dr. Edson Vieira de Araújo  
***Jurista***

Dr. Marco Túlio Lustosa Caminha  
***Procurador Regional Eleitoral***

**COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA DO TRE-PI**

Dr. Ítalo Márcio Gurgel de Castro  
***Juiz Auxiliar da Presidência e Corregedoria***

Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho  
***Diretor-Geral***

Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva  
***Secretário de Administração, Orçamento e Finanças***

João José Rodrigues Alves  
***Secretário Judiciário***

Ivana de Macêdo Rodrigues  
***Secretária de Gestão de Pessoas***

Daniel Gomes Evaristo  
***Secretário de Tecnologia da Informação***

Marcônio Galvão Lopes  
***Coordenador da Corregedoria Regional Eleitoral***

Leonardo Moraes Júnior  
***Coordenador de Controle Interno***

Cláudia Laíse Reis Martins Pádua  
***Assessora de Planejamento e Gestão Estratégica***

# APRESENTAÇÃO

O planejamento, a execução e o controle das ações no âmbito das organizações são etapas que se impõem ao Administrador por ocasião da boa gestão da coisa pública, a fim de alcançar os resultados planejados com qualidade suficiente e custos razoáveis.

No entanto, nem todas as ações são iniciadas e concluídas em uma mesma gestão, notadamente na administração judiciária brasileira, onde o tradicional biênio se mostra muito curto para se implementar as ações necessárias para o desenvolvimento do Tribunal, devendo o gestor público ficar atento para promover a continuidade das ações em desenvolvimento, principalmente as de médio e longo prazo, e as que se mostrem mais relevantes para o alcance dos objetivos institucionais do órgão.

Nessa seara, nos termos da Resolução n. 95, de 29 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou o processo de transição dos cargos de direção nos Órgãos do Poder Judiciário, da Resolução TRE-PI n. 268, de 20 de agosto de 2013, com o objetivo de fornecer informações à próxima gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, bem como considerando a necessidade de atribuir maior eficiência e transparência ao processo de transição, foi elaborado o presente relatório circunstanciado com a finalidade de disponibilizar subsídios aos próximos dirigentes deste Regional.

Oportuno destacar, inobstante os desafios, potencializados em razão do cenário econômico nacional, que resultou em novo Regime Fiscal e na edição da Emenda Constitucional n. 95/2016, que impôs forte restrição orçamentária para todos os órgãos da Administração Pública Federal, muito se avançou na Justiça Eleitoral do Piauí, sobretudo em investimentos, com a modernização dos serviços judiciários, com a implementação do Pje no

2º grau e em todas as Zonas Eleitorais do Estado, renovação da infraestrutura de TI, aquisição de computadores, equipamentos, e suprimentos de informática, além de modernos softwares.

Ainda em sede de infraestrutura, foi possível avançar com a renovação da frota e aquisição de 40 novos veículos oficiais, além de melhoramento da estrutura dos cartórios eleitorais e compra de um moderno cartório móvel, totalmente acessível a portadores de necessidades especiais, para servir aos cidadãos, notadamente nas cidades que não dispõem de atendimento regular da justiça eleitoral do Piauí.

Portanto, são várias as realizações no período, além de tantas outras que ainda se encontram em andamento que, ao término deste biênio, em 06 de abril de 2020, é latente a sensação do dever cumprido.

Anexamos, ainda, no presente relatório, achados de gestão, indícios de irregularidades, bem como as devidas providências adotadas por esta Presidência, além das Cartas Propostas resultantes dos Seminários Itinerantes desta Justiça Eleitoral.

Do desafio enfrentado e vencido, com a misericordiosa graça divina, percebe-se que os equívocos, que fazem parte da natureza humana, se apequenam diante da sempre presente vontade de acertar e dos avanços alcançados.

Por fim, agradeço a todos os que colaboraram para esses alcances, ao Juiz Auxiliar da Presidência, Diretor Geral, aos Secretários, Coordenadores e Chefes de Seção, aos servidores, comissionados e a todos os colaboradores, internos e externos deste Tribunal.

A todos, o meu imenso sentimento de gratidão!

À nova administração, desejo uma profícua gestão.

*Francisco Antônio Paes Landim Filho*  
**Desembargador Presidente do TRE/PI**

# SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 9   |
| I - PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL.....  | 11  |
| II - CARTEIRA DE PROJETOS .....   | 15  |
| III - RELATÓRIO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS EM ANDAMENTO .....                            | 17  |
| IV - RELAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO.....                | 18  |
| V - RECOMENDAÇÕES DAS AUDITORIAS INTERNAS REALIZADAS E PENDENTES DE ATENDIMENTO .....         | 19  |
| VI - RELAÇÃO DAS COMISSÕES VIGENTES, COM RESPECTIVA VIGÊNCIA E NOME DO PRESIDENTE .....       | 33  |
| VII - SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM CURSO.....                                  | 36  |
| VIII - RELATÓRIO DOS PROCESSOS DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS CONTRATADOS.....           | 40  |
| IX - PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS ESPECÍFICOS DAS UNIDADES .....                                 | 42  |
| X - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....  | 43  |
| XI - ESTATÍSTICA PROCESSUAL DE 1º E 2º GRAUS .....  | 63  |
| XII - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2020 – ORDINÁRIA .....                           | 74  |
| XIII - RELAÇÃO DOS CONTRATOS EM VIGOR.....  | 83  |
| XIV - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.....   | 84  |
| XV - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO QUADRO DE PESSOAL.....                       | 85  |
| XVI - QUADRO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO DA TITULARIDADE DE JUÍZES ELEITORAIS ..... | 86  |
| XVII - RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DO TCU PARA GOVERNANÇA DE PESSOAL.....                        | 87  |
| XVIII - RELATÓRIO DO TCU DE AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....          | 88  |
| XIX - RELATÓRIO DE INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS .....                                     | 90  |
| XX - RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL.....  | 91  |
| XXI - RELATÓRIO DE ESTOQUE DO ALMOXARIFADO.....   | 92  |
| XXII - RELATÓRIO DAS OBRAS EM ANDAMENTO .....   | 93  |
| XXIII - PLANEJAMENTO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES .....   | 95  |
| XXIV - COLETÂNEA DE NORMATIZAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS .....                                  | 97  |
| XXV - NORMATIVO RELACIONADO AO PROCESSO DE TRANSIÇÃO .....                                    | 98  |
| ANEXO I .....   | 99  |
| ANEXO II .....  | 151 |
| ANEXO III .....   | 167 |



# INTRODUÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução TRE-PI nº 268, de 20 de agosto de 2013 (que dispõe acerca do processo de transição da Presidência e Vice-Presidência do Tribunal), apresenta, por meio da atual gestão, Relatório de Transição do biênio 2017/2019, objetivando conferir maior eficácia, eficiência, efetividade e transparência ao processo de transição dos dirigentes deste Tribunal.

A citada resolução, frisa-se, tem, como parâmetro, a Resolução nº 95, de 29 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamentou o processo de transição dos cargos de direção nos Órgãos do Poder Judiciário.

O presente Relatório, organizado segundo as determinações dos incisos I a XXVI do art. 3º da Resolução TRE-PI nº 268/2013 e devidamente acompanhado dos respectivos anexos, tem a finalidade, ainda, de fornecer aos novos Gestores informações essenciais sobre a elaboração e implementação pela Administração anterior do Plano de Gestão 2017-2019.

É importante destacar, outrossim, que o Ciclo da Estratégia do TRE-PI 2015-2020 se encerrará neste ano, devendo serem adotadas as medidas necessárias para sua revisão, consoante com os novos macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, aprovados pelo CNJ, para o período de 2021-2026.

Este relatório contém anexos que resumem os achados da gestão, as cartas dos servidores dos cartórios geradas na ocasião dos seminários itinerantes e um relatório constando indícios de irregularidades.



# I - PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O planejamento é essencial para o alcance dos objetivos de uma organização, pois permite reunir esforços de modo equilibrado, adequando os resultados pretendidos aos recursos que se dispõem.

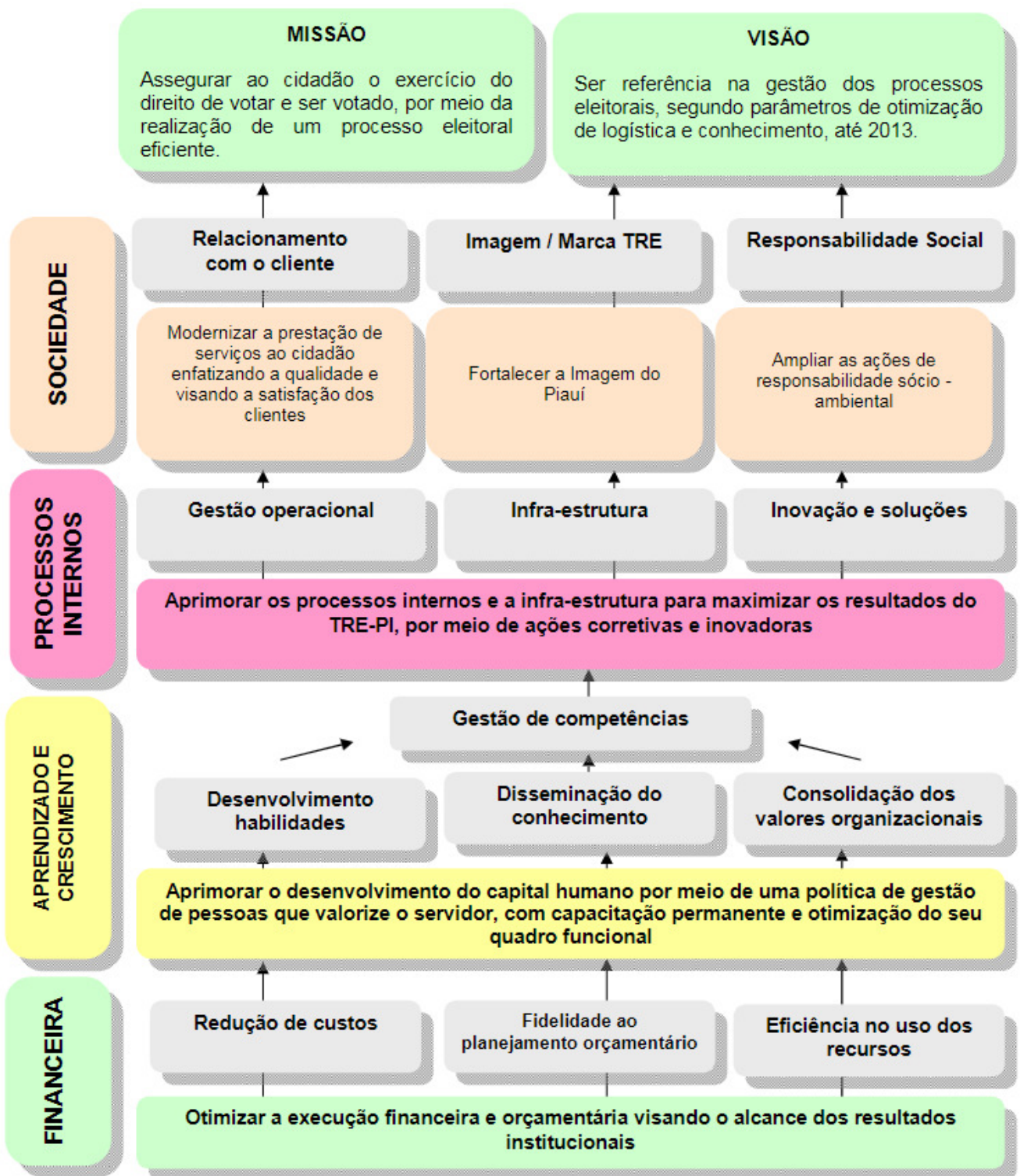
O CNJ instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015-2020 por meio da Resolução nº 198, de 1º de julho de 2014. Este Tribunal Regional Eleitoral do Piauí procedeu à adequação do seu planejamento estratégico em consonância com a Estratégia Nacional, instituindo, por meio da Resolução nº 303/2015, seu Planejamento Estratégico para o período 2015-2020, com a missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de ser reconhecido pela excelência na efetividade da gestão do processo eleitoral.

Referido Planejamento, estruturado sob três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Pessoas e Recursos), possui 12 objetivos estratégicos, denominados de macrodesafios, distribuídos em oito temas estratégicos, a saber: cidadania, eficiência operacional, acessibilidade, integração e comunicação, sustentabilidade, gestão de pessoas, gestão orçamentária e financeira e governança e gestão.

## **Mapa Estratégico**

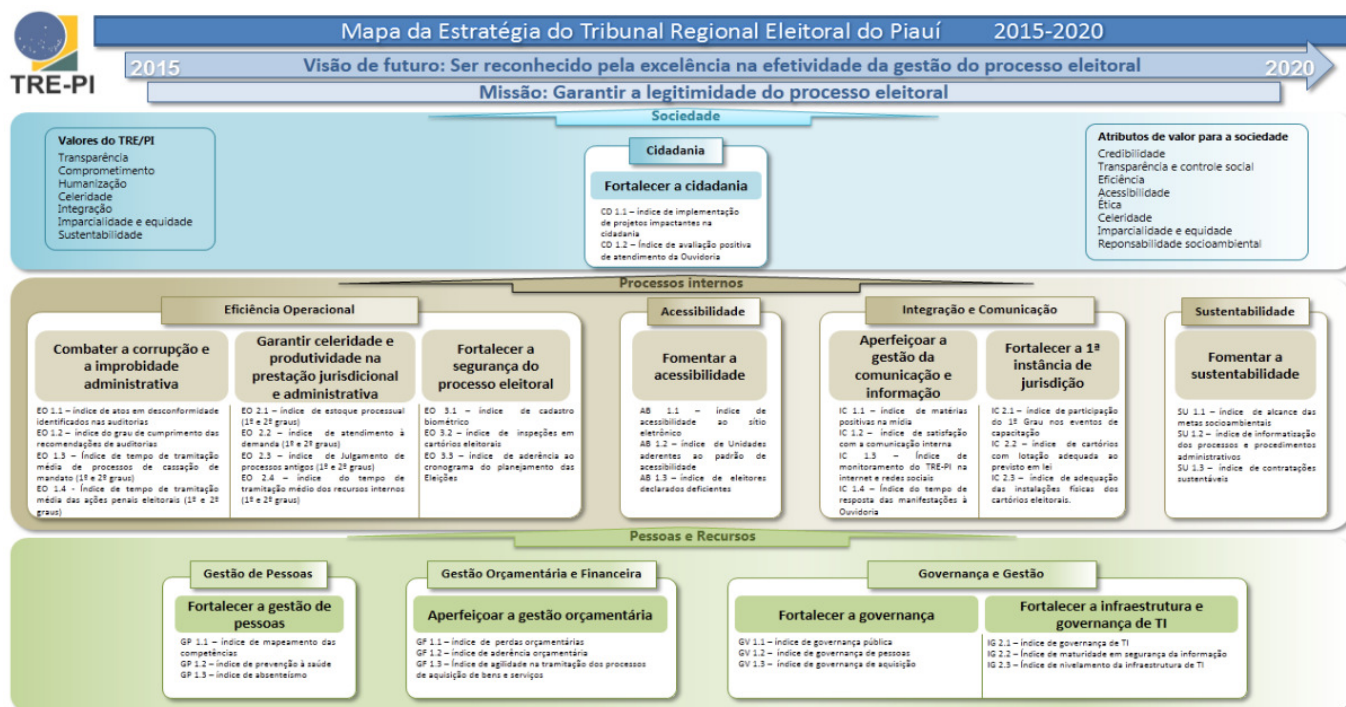
Com o objetivo de apresentar um breve histórico evolutivo do planejamento estratégico deste Tribunal Regional Eleitoral, anexamos a seguir os mapas estratégicos dos ciclos 2009-2014 e 2015-2020, os quais constituem a representação gráfica da estratégia do TRE-PI nos respectivos períodos, com a especificação da Missão e Visão de Futuro institucionais, bem como os objetivos estratégicos estabelecidos:

Figura 2: Mapa da Estratégia do TRE-PI 2009-2014.



Fonte: disponível na página de Governança do Tribunal: <http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/governanca/estrategia/estrategia-tre-pi-2015-2020>

Figura 1: Mapa da Estratégia do TRE-PI 2015-2020.

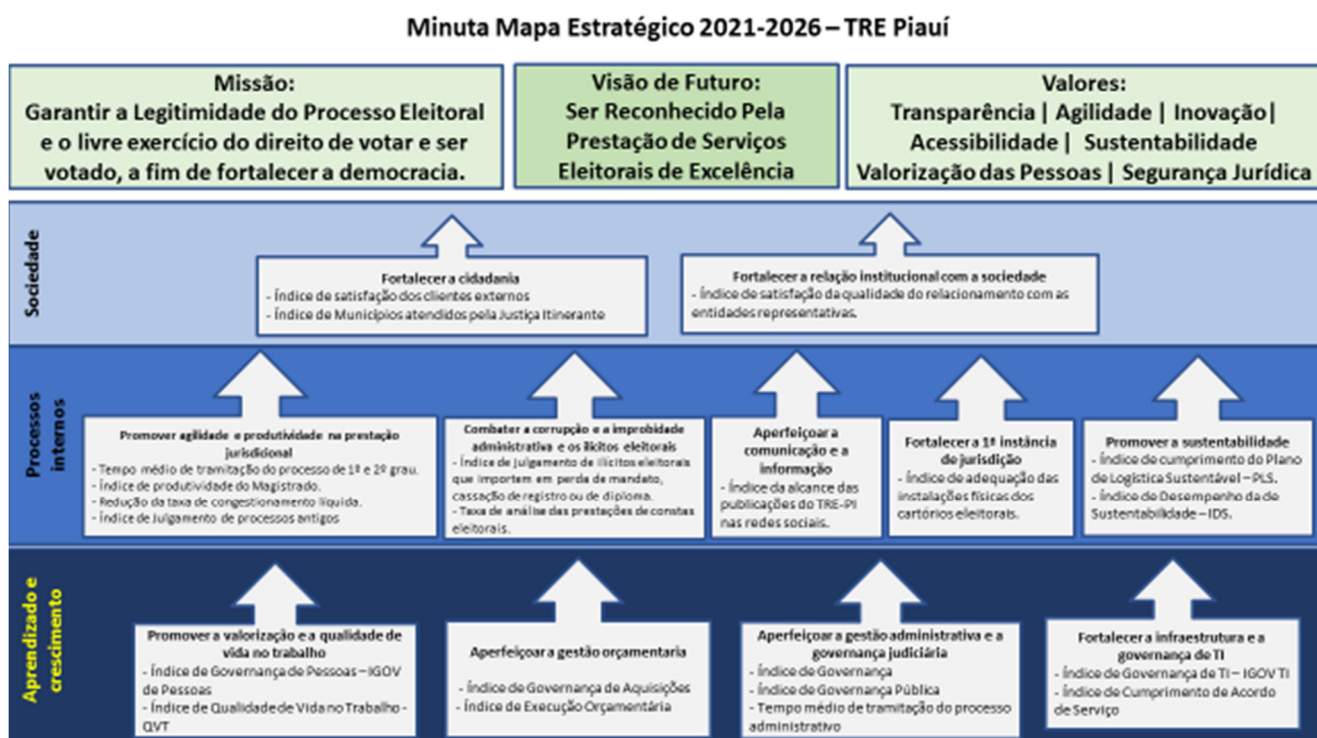


Fonte: disponível na página de Governança do Tribunal: <http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/governanca/estrategia/estrategia-tre-pi-2015-2020>

É importante destacar que o Ciclo da Estratégia do TRE-PI 2015-2020 se encerrará neste ano, devendo ser adotadas as medidas necessárias para sua revisão, consoante com os novos macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, aprovados pelo CNJ, para o período de 2021-2026.

Com base neste contexto, iniciamos os estudos para a revisão da Estratégia do TRE-PI e apresentamos, nesta oportunidade, a seguinte proposta do novo Mapa Estratégico para o ciclo 2021-2026, elaborada por ocasião de um treinamento realizado pelo Consultor Joel Solon Farias de Azevedo neste Tribunal, Diretor da ProValore (Consultoria de Gestão e Treinamento Gerencial), nos dias 03 a 07 de fevereiro de 2020, tendo sido realizados ajustes na Missão, Visão de Futuro, Valores, Objetivos Estratégicos e seus indicadores, com base nos novos macrodesafios do Poder Judiciário:

Figura 3: Proposta de Mapa da Estratégia do TRE-PI para o ciclo 2021-2026.



A referida proposta do novo Mapa Estratégico apresentado poderá auxiliar os trabalhos da próxima gestão no desenvolvimento da revisão da Estratégia para o novo ciclo 2021-2026, após as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Informações detalhadas acerca dos indicadores e metas definidas para o ciclo estratégico atual encontra-se no site do TRE-PI através do link <http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/rae>

### Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

O TRE-PI, em cumprimento ao art. 5º da Resolução nº 303/2015, estabelece que serão realizadas Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) para acompanhamento do desempenho institucional. Os resultados do desempenho são avaliados por meio de indicadores, cujos índices alcançados refletem a necessidade de implementação de ações de melhoria ou intensificação das ações que contribuíram para otimização dos resultados pretendidos.

As atas e apresentações das Reuniões de Avaliação da Estratégia realizadas em 2019 poderão ser acessadas através do link abaixo.

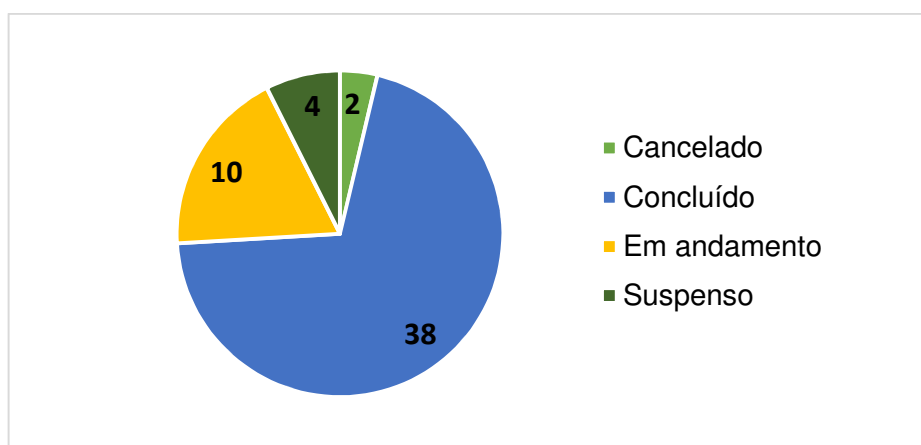
<http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/rae>

## II - CARTEIRA DE PROJETOS

No período de 2018-2020, a ASPLAN, por intermédio do Escritório Estratégico de Projetos Institucionais (EPI), monitorou 54 iniciativas, as quais se encontram especificadas na tabela a seguir:

| N.º | Projeto / Plano de Ação   | Gestão    | Situação     |
|-----|---|-----------|--------------|
| 1   | Elaboração da metodologia de gerenciamento de projetos                      | ASPLAN    | Concluído    |
| 2   | Elaboração da metodologia de gerenciamento de processos                     | ASPLAN    | Concluído    |
| 3   | Elaboração da metodologia de gerenciamento de riscos                        | ASPLAN    | Concluído    |
| 4   | Painel de Monitoramento de Projetos - Integração <i>BI Knowage / Padlog</i> | ASPLAN    | Concluído    |
| 5   | Planejamento Integrado das Eleições 2020                                    | ASPLAN    | Concluído    |
| 6   | Módulo de Viagens   | ASPLAN    | Em andamento |
| 7   | Programa Eleitor do Futuro  | EJE       | Concluído    |
| 8   | Projeto Agentes da Cidadania  | EJE       | Concluído    |
| 9   | Reestruturação COAAD  | SAOF      | Em andamento |
| 10  | Reforma dos imóveis - Cartórios Eleitorais do interior                      | SAOF      | Concluído    |
| 11  | Aquisição de veículos para os Cartórios Eleitorais                          | SAOF      | Concluído    |
| 12  | Acompanhamento da execução de contratos                                     | COCIN     | Em andamento |
| 13  | 4ª Etapa do Rezzoneamento   | CRE       | Concluído    |
| 14  | Formalização e documentação dos projetos de <i>softwares</i>                | STI       | Em andamento |
| 15  | Melhoria dos <i>links</i> dos dados dos Cartórios Eleitorais                | STI       | Concluído    |
| 16  | Gestão por Competências – Fase 2  | SGP       | Concluído    |
| 17  | Compêndio Administrativo  | SJ        | Concluído    |
| 18  | Manual do Advogado  | SJ        | Em andamento |
| 19  | Atualização cadastral de pessoal para implantação do e-Social               | SGP       | Cancelado    |
| 20  | Implantação Frequência Nacional   | SGP       | Concluído    |
| 21  | 1º Curso de <i>Media Training</i> do TRE-PI                                 | IMCOS     | Suspensão    |
| 22  | Programa de TV: TRE em Notícia  | IMCOS     | Suspensão    |
| 23  | <i>RegisTRE</i> – Boletim Informativo do TRE-PI (Revista)                   | IMCOS     | Suspensão    |
| 24  | Correção dos registros do SADP  | CRE       | Concluído    |
| 25  | Implementação do Núcleo de Assistência Administrativa ao 1º grau na CRE     | CRE       | Concluído    |
| 26  | Elaborar manual de atendimento da Ouvidoria                                 | OUVIDORIA | Concluído    |
| 27  | Obter a certificação oferecida pela ENAP/CGU sobre o tema Ouvidoria         | OUVIDORIA | Concluído    |
| 28  | Campanha de Saúde Bucal - 1ª Etapa  | SAS       | Concluído    |

| N.º | Projeto / Plano de Ação   | Gestão          | Situação     |
|-----|---|-----------------|--------------|
| 29  | Implantação do Programa Ginástica Laboral no TRE-PI                     | SAS             | Em andamento |
| 30  | Palestras – TRE (SGP/SAS) - ASJEPI - UNIMED                             | SAS             | Concluído    |
| 31  | Implantação do Sistema INFODIP  | CRE             | Concluído    |
| 32  | Instalação de Equipamentos para o PJe                                   | STI             | Concluído    |
| 33  | Recolhimento de Bens de TI Inservíveis                                  | STI             | Concluído    |
| 34  | Criação do Núcleo de Gestão de Contratos                                | SAOF            | Em andamento |
| 35  | Melhoramento da governança no setor de aquisições                       | SAOF            | Concluído    |
| 36  | Revisão do Manual de Procedimentos Cartorários 2019                     | CRE             | Concluído    |
| 37  | Inspeções 2019  | CRE             | Em andamento |
| 38  | Justiça Eleitoral/Cidadania   | 63 º Zona       | Cancelado    |
| 39  | Campanha de vacinação antigripal 2019                                   | SAS             | Concluído    |
| 40  | Aquisição de 150 Microcomputadores e 166 <i>Notebooks</i>               | STI             | Concluído    |
| 41  | Cartório Móvel  | SAOF            | Concluído    |
| 42  | Instalação de CFTV nos Cartórios Eleitorais                             | SAOF            | Concluído    |
| 43  | Biblioteca Virtual  | Diretoria Geral | Concluído    |
| 44  | Atualização do <i>Datacenter</i>  | STI             | Concluído    |
| 45  | Sistema <i>Online</i> de Quitação Eleitoral                             | ASPLAN          | Em andamento |
| 46  | Implantação de Gerenciamento de Problemas e Mudanças de TI              | STI             | Em andamento |
| 47  | Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)                  | Diretoria Geral | Concluído    |
| 48  | Implantação da Ferramenta de Planejamento de Projetos – <i>Padlog</i>   | ASPLAN          | Concluído    |
| 49  | Implantação de Ferramenta de Inteligência de Negócio ( <i>Knowage</i> ) | ASPLAN          | Concluído    |
| 50  | Programa Eleições Gerais 2018   | TRE/PI          | Concluído    |
| 51  | Automação do Depósito de Urnas - <i>RFID</i>                            | Diretoria Geral | Concluído    |
| 52  | Implantação PJe   | TRE/PI          | Concluído    |
| 53  | Compêndio Administrativo Temático: servidores                           | SJ              | Suspenso     |
| 54  | Plenário Virtual  | SJ              | Concluído    |



Os resultados esperados de cada iniciativa e maiores detalhes dos planos de ação e termos de abertura dos projetos podem ser acessados, por meio do site do TRE-PI, no link <http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/carteira-de-projetos-tap-e-pas>

### III - RELATÓRIO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS EM ANDAMENTO

Não foi autuado, nos anos de 2018, 2019 e até abril de 2020, nenhum processo de Tomadas de Contas Especial.

# IV - RELAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO

Informa-se, a seguir, o Acórdão do TCU, encaminhado a este Tribunal, e as respectivas providências adotadas:

**Acórdão nº 10.640/2019 – TCU – 2ª Câmara**

*Considerou ilegal o ato de aposentadoria de servidora deste Regional (CPF nº 200.130.513-34), negando-lhe o registro, em razão da inclusão da vantagem “opção” nos proventos respectivos, e determinando a este TRE/PI:*

*item 9.3.1. que cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;*

*item 9.3.2. comunique à interessada essa deliberação e alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;*

*item 9.3.3. no prazo de 30 dias, a partir da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento e emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.*

A determinação do TCU foi devidamente cumprida com a cientificação da servidora e a supressão do pagamento. Contudo, em face de requerimento da interessada, ancorado nos efeitos decorrentes da oposição de embargos declaratórios perante o TCU, a Presidência deste Regional determinou o sobrestamento do cumprimento do presente Acórdão.

# V - RECOMENDAÇÕES DAS AUDITORIAS INTERNAS REALIZADAS E PENDENTES DE ATENDIMENTO

## RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS EM 2018

**Unidade:** Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas

– 1 –

**Objeto da Auditoria:** Diárias

**Responsável pela implementação das Recomendações:** Secretaria de Gestão de Pessoas

**Data da expedição:** janeiro/2018

**Processo SEI nº:** 2492-84

| Descrição dos Achados   | Recomendações   |
|---|---|
| 1. Solicitação para deslocamento fora do prazo previsto na legislação.  | Que seja instituído controle específico, inclusive, no âmbito de cada Secretaria/Coordenadoria/Zona Eleitoral, se for o caso, para cumprimento do prazo previsto no normativo interno.<br><b>OBS.: Recomendação em monitoramento.</b>   |
| 2. Diárias pagas após o deslocamento do beneficiário.   | Que seja otimizado o trâmite dos processos de diárias, inclusive, se for o caso, com revisão de seu fluxo, a fim de promover a celeridade necessária para que o pagamento se processe em tempo hábil.<br><b>OBS.: Recomendação em monitoramento.</b>  |
| 3. Descumprimento do prazo para pedido de diárias em situações excepcionais, estabelecido no § 5º, inciso I, do art. 5º, da Resolução TRE-PI nº 265/2013. | Que seja instituído controle específico, inclusive, no âmbito de cada Secretaria/Coordenadoria/Zona Eleitoral, se for o caso, para cumprimento do prazo previsto no normativo interno.<br><b>OBS.: Recomendação em monitoramento.</b>   |
| 4. Prestação de Contas fora do prazo estabelecido em normativo.   | Que seja instituído controle específico para cumprimento do prazo previsto no normativo interno, inclusive, quanto à validade dos documentos apresentados para prestação de contas.<br><b>OBS.: Recomendação em monitoramento.</b>  |
| 5. Ausência de prestação de contas.   | Que seja instituído controle específico para verificação do cumprimento dessa exigência do normativo interno de forma complementar com a recomendação do item 2.4;<br>Que seja regularizada a situação nos processos em que ainda não foram apresentadas as prestações de contas de diárias.<br><b>OBS.: Recomendação cumprida.</b> |

| Descrição dos Achados  | Recomendações   |
|--|---|
| 6. Ausência de comprovação, por parte dos magistrados, de que não receberam diárias pelo Tribunal de Justiça, em período concomitante. | <p>Que seja instituído controle para verificação da emissão de declaração de não concomitância no recebimento de diárias pelos Órgãos a que são vinculados os magistrados;</p> <p>Que seja adotado mecanismo de informação aos magistrados sobre a exigência constante do art. 5º, §1º, da Resolução TRE/PI nº 265/2013.</p> <p><b>OBS.: Recomendação em monitoramento.</b></p> |
| 7. Pagamento a menor do valor das diárias.   | <p>Que seja efetuado o pagamento da diferença do valor das diárias relativas ao período anterior à vigência da Portaria TSE nº 247/2016.</p> <p><b>OBS.: Recomendação cumprida.</b></p>   |

– 2 –

**Objeto da Auditoria:** Dimensionamento da Força de Trabalho

**Responsável pela implementação das Recomendações:** Secretaria de Gestão de Pessoas

**Data da expedição:** agosto/2018

**Processo SEI nº:** 7783-65.2018.6.18.8000

| Descrição dos Achados   | Recomendações  |
|---|--|
| 1. Insuficiência de critério técnico para embasar as decisões relativas a quantitativo e perfil da força de trabalho no TRE/PI. | <p>Recomenda-se que sejam implementados estudos para a efetivação do processo de trabalho, referente ao dimensionamento da força de trabalho do TRE-PI, aliado à gestão por competência, cujas primeiras etapas já se encontram em desenvolvimento;</p> <p>Recomenda-se, ainda, a disseminação da prática de mapeamento de processos de trabalho em todas as áreas deste Regional a fim de que se identifiquem oportunidade de melhorias que permitam, inclusive, realocação do quadro funcional e simplificação de rotinas de trabalho;</p> <p>Além disso, que se façam levantamentos e revisões periódicas com vistas ao dimensionamento da força de trabalho necessária ao alcance dos objetivos do Tribunal, levando-se em conta a projeção de necessidades futuras, modernização tecnológica, revisão/melhoria de processo de trabalho, haja vista que a definição da quantidade ideal da força de trabalho é de grande importância para a tomada de decisões estratégicas do Órgão.</p> <p><b>OBS.: Recomendação cumprida em parte</b></p> |
| 2. Ausência de política de sucessão e identificação de ocupações críticas, bem como de projeções de vacâncias.                  | <p>Que seja intensificado o planejamento da força de trabalho, como registrado na recomendação anterior, identificando as ocupações críticas deste Regional; a adoção de políticas de sucessão, para transferência de conhecimentos; o levantamento e monitoramento das projeções de vacância; a priorização da implementação da gestão por competências, mapeamentos de processos e se estabeleçam controles para essas atividades.</p>   |

| Descrição dos Achados                               | Recomendações  |
|---|--|
|   | <b>OBS.: Recomendação em cumprimento</b>   |
| 3. Inadequação de lotações nos cartórios Eleitorais | Os Cartórios Eleitorais representam unidades administrativas do Tribunal e, nesse sentido, cabem as mesmas recomendações apresentadas no Achado 1.<br><br><b>OBS.: Recomendação em cumprimento</b> |

## RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS EM 2019

### Unidade: Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas

– 1 –

**Objeto da Auditoria:** Processo de elaboração da folha de pagamento

**Responsável pela implementação das Recomendações:** Secretaria de Gestão de Pessoas

**Data da expedição:** 8.10.2019

**Processo SEI nº:** 8432-30.2018.6.18.8000

| Descrição dos Achados  | Recomendações  |
|--|--|
| 1. Ausência de normativo estabelecendo prazo mensal para inserção de dados nos módulos específicos do SGRH de outras unidades para posterior captura pela SEPAG, por meio do módulo Folha de Pagamento do referido SGRH. | Que seja expedido normativo deste TRE-PI definindo, a partir das diretrizes do TSE, prazos a serem observados pelas unidades responsáveis para inserção de dados em módulos que impactam a folha de pagamento;<br><br>Que, em face da relação de interdependência entre os módulos do SGRH, em que registros realizados em uma unidade impactam na atuação de outra(s), seja elaborado fluxo de trabalho a ser observado nos procedimentos de comunicação e troca de informações entre tais unidades no período que antecede o encerramento do prazo de registros de informações nos módulos específicos.<br><br><b>OBS.: Recomendação em cumprimento.</b>                               |
| 2. Inobservância do princípio de segregação de função na elaboração da folha de pagamento dos Magistrados e Membros do Ministério Público e elaboração da folha de forma não automatizada.                               | Que se promova o mapeamento e, se for o caso, o aperfeiçoamento do processo de trabalho, referente à elaboração da folha de pagamento dos Magistrados e Membros do Ministério Público, com definição e formalização do fluxo/rotina, contemplando a necessária segregação de função. No mesmo passo, que empreendam esforços a fim de promover o aperfeiçoamento do sistema de elaboração da folha de pagamento, inclusive por meio de cooperação com outro Regional, se possível, de modo a automatizar os cálculos, tornando essa rotina mais ágil e segura e garantindo a preservação do histórico dos registros no próprio sistema.<br><br><b>OBS.: Recomendação em cumprimento.</b> |
| 3. Inconsistências observadas por ocasião da captura pela SEPAG - módulo Folha de Pagamento do SGRH - de informações registradas em outros módulos do mesmo sistema nas unidades que                                     | Que se empreendam esforços a fim de que sejam corrigidas as inconsistências observadas na integração dos módulos do SGRH, quando da captura de dados pelo módulo Folha de Pagamento. No mesmo sentido, buscar solução tecnológica a fim de reduzir ao máximo possível procedimentos manuais relacionados à folha de pagamento. Proceder, ainda, à definição de fluxo de trabalho para registro e tratamento, de  |

| Descrição dos Achados  | Recomendações  |
|--|--|
| inserem dados que impactam a folha de pagamento.   | <p>forma oficial, das inconsistências observadas a fim de que seja evitada sua repetição. Por fim, promover ações de capacitação das unidades para operação do SGRH, bem assim, conforme o caso, elaboração de manuais.</p> <p><b>OBS.: Recomendação em cumprimento.</b></p>   |
| 4. Informalidade e insuficiência de controles internos nas unidades envolvidas no processo de elaboração da folha de pagamento.  | <p>Que se promova o mapeamento do processo de trabalho relacionado à alimentação de dados para folha de pagamento, com as respectivas atividades, em cada uma das unidades envolvidas (SAS, SEREF, SEBEN, SEAPE, SECADO e SEPAG), inclusive, com avaliação, conforme o caso, da força de trabalho necessária;</p> <p>Que as Unidades envolvidas com a elaboração da folha de pagamento, inclusive a SEPAG, desenvolvam manual de procedimentos e rotinas. Tais rotinas deverão contemplar, inclusive, controles internos, com a necessária segregação de funções. Que sejam reunidos os normativos sobre cada área envolvida, de modo a conferir oficialidade e segurança aos procedimentos.</p> <p><b>OBS.: Recomendação cumprida.</b></p>  |
| 5. Registro de informações pela SEPAG, referentes a Férias e Adicional de Capacitação, a partir de planilhas e processos encaminhados, em virtude da não captura pelo módulo Folha de Pagamento do SGRH das informações registradas nos módulos específicos. | <p>Que se promova o aperfeiçoamento do sistema a fim de que haja interligação entre os módulos do SGRH Férias e Capacitação-Ações de Treinamento, de modo que a inserção dos dados ocorra nas respectivas unidades e sejam capturados regularmente e com a segurança necessária pela SEPAG no módulo correspondente.</p> <p><b>OBS.: Recomendação cumprida.</b></p>  |
| 6. Procedimentos manuais no levantamento de informações a serem repassadas à SEPAG para lançamento na folha de pagamento do mês: descontos de frequência, hora extra e substituição (SEREF).   | <p>Que se promova o mapeamento das rotinas analisadas, seguida, conforme o caso, da melhoria nos processos de trabalho, de modo a contemplar os controles internos, em especial a segregação de funções, bem assim seja evitada a realização de registros direto na folha de pagamento pela unidade SEPAG;</p> <p>Que se promova o aperfeiçoamento de sistemas, em especial o de controle de frequências (banco de horas, serviço extraordinário), de modo que todas as rotinas envolvendo registros com impacto na folha de pagamento sejam automatizados, com a consequente captura de dados pelo Módulo Específico do SGRH;</p> <p>Que sejam adotadas providências a fim de que seja dado cumprimento efetivo aos prazos de ajuste em frequência pelos servidores, inclusive, quanto a licenças e viagem a serviço, de modo a evitar ajustes posteriores e consequentes impactos em folhas já concluídas.</p> <p><b>OBS.: Recomendação cumprida parcialmente.</b></p> |

– 2 –

**Objeto da Auditoria:** Segurança da Informação**Responsável pela implementação das Recomendações:** Administração Superior do Tribunal**Data da expedição:** 8.10.2019**Processo SEI nº:** 10113-98.2019.6.18.8000**Auditoria ainda não foi monitorada.**

| Descrição dos Achados   | Recomendações   |
|---|---|
| 1. Insuficiência de ações de divulgação da PSI e conscientização em segurança da informação aos usuários internos e externos.   | Que sejam implementadas medidas para divulgação da PSI a todos os usuários, ressaltando a sua importância e responsabilidades respectivas, buscando a sua efetiva implantação e que se tornem conhecidas, acessíveis e observadas por todos os usuários.  |
| 2. Insuficiência de ações de capacitação.   | Que ações de capacitação sejam propostas e efetivadas aos membros da comissão de segurança da informação atualmente vigente e da ETIR, considerando a necessidade de constante atualização no assunto, bem como pela rotatividade de seus componentes.  |
| 3. Inexistência de processo de classificação da informação  | Que sejam adotadas medidas para realização do processo de classificação da informação no âmbito deste Regional.   |
| 4. Inexistência de normatização/política de controle de acesso.   | Que sejam adotadas medidas para elaboração da Política de controles de acesso no âmbito deste Regional, observando as boas práticas e normativos direcionados ao tema, de forma a garantir a segurança da informação produzidas e armazenadas, especialmente quanto aos requisitos da integridade, disponibilidade e confidencialidade.                       |
| 5. Inexistência de um processo formal de análise de riscos de segurança da informação.  | Que sejam implementadas ações necessárias para efetivar a Gestão de Riscos de Segurança da Informação, nos termos do art. 13 c/c art. 23, VII, da Resolução TRE/PI 356/2017.  |
| 6. Inexistência de plano de continuidade de negócio.  | Que seja desenvolvido plano de continuidade de negócio, adotando as boas práticas e diretrizes da Norma Complementar nº 06/IN01/DSIC/GSIP.  |
| 7. Ausência de processo de tratamento de incidentes de segurança da informação  | Que seja instituído o processo de tratamento de incidentes de segurança da informação, de modo a atender aos requisitos da PSI e adequar às diretrizes voltadas para a Administração Pública Federal.   |
| 8. Ausência de definição quanto ao modelo da equipe de tratamento de incidentes e inexistência de normatização da gestão da ETIR, delimitando suas atribuições e serviços oferecidos pela referida equipe, dentre os pontos necessários de acordo com a norma complementar nº 05/IN01/DSIC/GSIPR. | Que seja cumprido o previsto no art. 23, IX, da Resolução TRE/PI 356/2017, e as diretrizes da Norma Complementar nº 05/IN01/DSIC/GSIPR; e que seja elaborado, ainda, normativo regulamentando as atividades desenvolvidas pela ETIR de forma detalhada, para melhor identificação aos usuários e membros, bem como para a entrega do serviço a que se propõe. |
| 9. Processo de desenvolvimento de software em desacordo com a PSI.  | Que sejam adotadas medidas para atualização do normativo que trata do desenvolvimento de <i>software</i> , de forma a garantir a observância do art. 19 da Resolução TRE/PI nº 356/2017.  |

| Descrição dos Achados   | Recomendações  |
|---|--|
| 10. Recursos criptográficos em desacordo com o art. 20 da Resolução TRE/PI nº 356/2017. | Que seja providenciada a adequação dos procedimentos, nos termos previstos no art. 6º, IX, c/c art. 20 da Resolução TRE/PI nº 356/2017, para atendimento das diretrizes da PSI e observância da norma complementar nº 09/IN01/DSIC/GSI/PR. |

– 3 –

**Objeto da Auditoria:** Repasses de recursos à Associação dos Servidores da Justiça Eleitoral (ASJEPI), relativos à contrapartida do auxílio-saúde dos servidores

**Responsável pela implementação das Recomendações:** Administração Superior do Tribunal

**Data da expedição:** 17.10.2019

**Processo SEI nº:** 10113-98.2019.6.18.8000

**Auditoria não foi monitorada.**

| Descrição dos Achados   | Recomendações  |
|---|--|
| 1. Improriedade no normativo interno.   | Ausência, no sistema SEI e PAD, da Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração (TTDA), aprovada pela Portaria TRE-PI nº 174/2009. |
| 2. Insuficiência de controle administrativo no processo de trabalho relativo à assistência à saúde. |  |

#### Unidade: Seção de Auditoria de Gestão Administrativa

– 1 –

**Objeto da Auditoria:** Gestão Documental – Coordenada CNJ

**Responsável pela implementação das Recomendações:** Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF)

**Data da expedição:** <>

**Processo SEI nº:** <>

**Auditoria ainda não foi monitorada**

| Descrição dos Achados   | Recomendações |
|---|---------------|
| 1. Ausência, no sistema SEI e PAD, da Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração (TTDA), aprovada pela Portaria TRE-PI nº 174/2009. |               |
| 2. Ausência de Trilha de Auditoria no sistema PAD.  |               |

– 2 –

**Objeto da Auditoria:** Governança Orçamentária e Financeira – Coordenada CNJ

**Responsável pela implementação das Recomendações:** Coordenadoria de Controle Interno (COCIN) e Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN)

**Data da expedição:** 17.7.2019

**Processo SEI nº:** <>

| Descrição dos Achados   | Recomendações |
|---|---------------|
| 1. Ausência de reporte do progresso de implementação do orçamento, enfatizando divergências significativas entre o planejamento e a execução. |               |
| 2. Ausência de divulgação sistemática das normas éticas para o comportamento dos servidores públicos neste Regional.                          |               |

– 3 –

**Objeto da Auditoria:** Estratégia de TI – ENTIC-JUD**Responsável pela implementação das Recomendações:** Secretaria de Tecnologia de Informação (STI) e Alta Administração**Data da expedição:** 13.9.2019**Processo SEI nº:** <>**Auditoria ainda não foi monitorada.**

| Descrição dos Achados  | Recomendações  |
|--|--|
| 1. Deficiência nas ações de continuidade e melhoria de Governança de TI.   | Que haja fortalecimento e aprimoramento da governança de TI;<br><br>Que seja observado o estabelecido no art. 64 da Resolução TRE-PI nº 271/2013.  |
| 2. Ausência de atualização e cumprimento de ações do plano de trabalho previsto no art. 29 da Resolução CNJ nº 211/2015. | Que sejam atualizados/revisados os procedimentos do plano de trabalho previsto no art. 29 da Resolução CNJ nº 211/2015;<br><br>Que seja estabelecido cronograma para cumprimento das ações pendentes no mencionado plano de trabalho.                                  |
| 3. Inexistência de PDTI formalizado e publicado para o exercício vigente.  | Que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), seja formalizado e publicado tempestivamente.  |
| 4. Ausência de formalização do Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistema (PADS) para o exercício vigente.    | Que o PADS seja formalizado tempestivamente;<br><br>Que seja observado o disposto no artigo 7º da Resolução TRE-PI nº 320/2015;<br><br>Que sejam viabilizados mecanismos que garantam a celeridade da formalização das prioridades dos sistemas a serem desenvolvidos. |
| 5. Ausência de formalização da Proposta Orçamentária de TI para o exercício vigente.                                     | Que o orçamento de TI seja formalizado e publicado tempestivamente;<br><br>Que seja estabelecido processo de gestão e monitoramento do orçamento de TI;<br><br>Que seja observado o disposto no artigo 9º, V, da Resolução TRE-PI nº 346/2017.                         |
| 6. Ausência de formalização do Plano Anual de Contratações de TI para o exercício vigente.                               | Que o Plano Anual de Contratações de TI seja elaborado e submetido à Presidência, até 30 de novembro do exercício anterior ao de sua execução.   |
| 7. Ausência de formalização do Plano Anual de Capacitação de TI para o exercício vigente.                                | Que o Plano Anual de Capacitação de Tecnologia da Informação seja formalizado e publicado tempestivamente.   |
| 8. Inexistência de Plano de continuidade de serviços essenciais de TI.   | Que sejam identificados e definidos os serviços essenciais de TI no âmbito deste Regional;<br><br>Que sejam desenvolvidas ações para elaboração do plano de continuidade de serviços essenciais de TI.   |
| 9. Ausência de regularidade das reuniões periódicas do CDTI.   | Que seja observada a regularidade das reuniões quadrimestrais do CDTI.   |

| Descrição dos Achados   | Recomendações  |
|---|--|
| 10. Inexistência de processo de gerenciamento e controle de ativos de infraestrutura tecnológica.             | Que seja elaborado e formalizado processo de gerenciamento e controle de ativos de infraestrutura tecnológica.   |
| 11. Inexistência de política formal para o controle de acesso à informação e aos recursos e serviços de TI.   | Que seja elaborada política formal para o controle de acesso à informação e aos recursos e serviços de TI.   |
| 12. Inexistência de processo de gerenciamento de continuidade dos serviços de TI e de controle de acesso.     | Que seja elaborado e formalizado processo de gerenciamento de continuidade de serviço de TI;<br>Que seja elaborado e formalizado processo de gerenciamento de controle de acesso de TI |
| 13. Inexistência de processo formal de gestão de riscos de TI.  | Que seja elaborado e formalizado processo de gestão de riscos de TI.   |
| 14. Inexistência de processo formal de gestão da segurança da informação.                                     | Que seja elaborado e formalizado processo de gestão da segurança da informação.  |
| 15. Inexistência de armazenamento do backup em ambiente distinto do DataCenter principal.                     | Que seja implantado o armazenamento do <i>backup</i> em ambiente distinto do <i>DataCenter</i> principal.  |
| 16. Inexistência de ações voltadas para a elaboração e implementação de Políticas de Gestão de Pessoas de TI. | Que sejam viabilizadas ações relativas a pessoal com vistas ao cumprimento das exigências contidas na Resolução CNJ nº 211/2015, até o prazo ali estabelecido.                         |

– 4 –

**Objeto da Auditoria:** Avaliação dos indicadores de desempenho estratégico - Integrada TSE

**Responsável pela implementação das Recomendações:** Secretaria de Tecnologia de Informação (STI) e Alta Administração

**Data da expedição:** 17.12.2019

**Proc. SEI nº:** <>

**Auditoria ainda não foi monitorada**

| Descrição dos Achados   | Recomendações  |
|---|--|
| A1 - Ausência de regularidade na periodicidade das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE). | Que seja observada a regularidade quadrimestral das Reuniões de RAE.   |
| A2 - Fragilidade nos registros e informações relativo aos indicadores.                      | Que seja adotado procedimento padrão para convocação, apresentação dos dados e registro das deliberações na ocasião da RAE;<br>Que o rol de indicadores criados, alterados e excluídos seja anexado na respectiva ata da reunião que deliberar sobre o tema;<br>Que seja implementada padronização de rotina, para registro histórico das informações sobre construção, alteração, medição e registro das ações adotadas pelo não atingimento das metas. |
| A3 - Inconsistência na classificação do tipo de indicador.                                  | Que seja reavaliada a classificação dos indicadores considerados como de nível estratégico.  |
| A4 - Inconsistência/Deficiência nos descritivos da ficha técnica do indicador               | Que sejam revisadas na ficha técnica dos indicadores as descrições: do título, da meta, do responsável pela medição e do responsável pelo cumprimento;<br>Que seja inserida na ficha técnica dos indicadores a descrição do Dono do Indicador.   |

| Descrição dos Achados  | Recomendações   |
|--|---|
| A5 - Inexistência da descrição histórica da meta estabelecida.   | Que seja registrado o histórico das metas estabelecidas para fins de comparação com os resultados alcançados.   |
| A6 - Inconsistência entre a meta geral e a anual estabelecidas.  | Que haja alinhamento da meta geral com a periódica estabelecida.  |
| A7 - Inconsistência entre a periodicidade de medição efetuada e a constante na ficha técnica do indicador. | Que sejam identificados os períodos adequados de medições dos indicadores e realizados os devidos ajustes;<br>Que as medições dos indicadores sejam realizadas nos períodos estabelecidos na ficha técnica.       |
| A8 - Alteração da fórmula de cálculo fora do período de revisão do indicador.                              | Que as alterações das fichas técnicas dos indicadores ocorram somente em períodos de revisões e com validação da Alta Administração.  |
| A9 - Ausência de utilização do indicador para tomada de decisão.   | Que os indicadores sejam utilizados como instrumentos de referência para tomada de decisão pela Alta Administração.   |
| A10 - Ausência de regularidade na medição do indicador   | Que as medições dos indicadores sejam realizadas pelos responsáveis indicados na ficha técnica;<br>Que haja regularidade nas medições dos indicadores.  |
| A11 - Inconsistência entre os itens medidos e os constantes da fórmula de cálculo.                         | Que as medições dos indicadores sejam realizadas de acordo com os critérios estabelecidos na fórmula de cálculo constante da ficha técnica.   |
| A12 - Alta complexidade para obtenção dos dados para medição do indicador.                                 | Que sejam viabilizadas condições para que os responsáveis pelas medições dos indicadores possam cumprir seu papel no processo.  |
| A13 - Inconsistência nos dados disponibilizados para consolidação dos resultados do indicador.             | Que seja implementado padronização de rotinas e atividades para o envio das informações, relativo à medição dos indicadores, à Asplan.  |
| A14 - Ausência dos critérios que compõe a fórmula de cálculo dos indicadores.                              | Que sejam especificados os critérios que compõem a fórmula de cálculo nas fichas técnicas dos indicadores.  |
| A15 - Incompatibilidade da métrica fixada com o resultado pretendido.                                      | Que seja revisada a compatibilidade da fórmula de cálculo com o que se pretende medir.  |
| A16 - Ausência de formato relativo na descrição do título do indicador.                                    | Que sejam revisados os títulos dos indicadores adequando-os ao formato relativo.  |
| A17 - Ausência de procedimento formal para obtenção dos dados para medição do indicador.                   | Que sejam formalizados procedimentos relativos à obtenção dos dados necessários à medição dos indicadores.  |
| A18 - Inexistência de procedimento formal para criação, alteração e exclusão dos indicadores.              | Que sejam normatizadas diretrizes para criação, alteração, monitoramento e exclusão dos indicadores.  |
| A19 - Inexistência de divulgação das medições para as partes interessadas.                                 | Que os indicadores e suas medições sejam divulgados às partes interessadas;<br><br>Que sejam divulgados, no início de cada ano, os objetivos, as metas e os indicadores de desempenho definidos para o exercício. |
| A20 - Fragilidade na confiabilidade dos dados obtidos para medição do indicador.                           | Que sejam viabilizados mecanismos para garantir a confiabilidade dos dados utilizados para medição dos indicadores.   |

**ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS****UNIDADE:** Seção de Acompanhamento, Orientação e Avaliação da Gestão (SEAG)**PERÍODO:** Ano de 2019

– 1 –

**Nº DO CONTRATO:** 45/2018**PROCESSO:** PAD 272/2018 / SEI 8437-52.2018.6.18.8000**Nº LICITAÇÃO:** 14/2018**NOME DO CONTRATADO:** PIVSEG – PIAUÍ SEGURANÇA LTDA.**OBJETO:** SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA**VALOR:** R\$ 1.279.646,62

| Objetivo   | Recomendações   |
|--|---|
| Prevenção à ocorrência de eventuais impropriedades, bem assim a realização de ajustes, com foco no aperfeiçoamento de tais atividades. | Inclusão, nos contratos futuros, de cláusula específica que obrigue o contratado a manter, durante toda a execução do pacto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determina o artigo 55, XIII, da Lei nº 8.666/93;  |
|  | Disciplinamento quanto à entrada de volumes e/ou materiais nas dependências do TRE/PI, inclusive, se for o caso, aquisição de guarda-volumes;   |
|  | Aquisição de sistema de radiografia de volumes a fim de evitar a entrada e saída de materiais das dependências do TRE/PI sem a devida conferência dos itens;  |
|  | Reforçar a necessidade de utilização do crachá pelos servidores, a fim de facilitar a identificação das pessoas com acesso aos prédios do TRE/PI.   |
|  | Ampliação do prazo de entrega da garantia para 30 dias nas contratações em que seja exigida esse encargo das contratada;  |
|  | Efetivar a Implantação do Núcleo de Gestão de Contratos, prestigiando, dessa forma, o princípio da segregação de funções;   |
|  | Acelerar a implantação do Sistema Eletrônico de Acompanhamento dos Contratos, que atualmente se encontra em fase de teste, para facilitar as tarefas de fiscalização, sobretudo a fiscalização financeira dos contratos;  |
|  | Modificar o trâmite dos processos para desbloqueio do saldo remanescente da conta vinculada ao contratado, após o término do pacto, tornando-o mais célere, a fim de evitar prejuízos às empresas contratadas no âmbito do TRE. A sugestão apresentada é de que os pedidos de liberação de valor depositados em conta vinculada devem ser analisados pelo Fiscal da Conta Vinculada, seguindo, com posicionamento fundamentado pelo deferimento ou indeferimento pleito, para Administração Superior decidir a questão. |

| Objetivo  | Recomendações   |
|---|---|
| Prevenir a ocorrência de eventuais impropriedades, com respectivos ajustes no aperfeiçoamento das atividades relacionadas | Inclusão, nos contratos futuros, de cláusula específica que obrigue o contratado a manter, durante toda a execução do pacto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determina o artigo 55, XIII, da Lei nº 8.666/93;  |
|   | Ampliação do prazo de entrega da garantia para 30 dias nas contratações em que seja exigido esse encargo da contratada;   |
|   | Exigência de Certidão de Regularidade expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Documento do Ressegurador comprovando que a seguradora está em dia com seus compromissos financeiros; Comprovação do resseguro ou declaração da própria seguradora afirmando que a operação está dentro do contrato de automaticidade ou simplificado do ressegurador. Estes documentos darão maior segurança a este Tribunal no que se refere à validade da garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93;  |
|   | Implantação do Núcleo de Gestão de Contratos, prestigiando, dessa forma, o princípio da segregação de funções;  |
|   | Implantação do Sistema Eletrônico de Acompanhamento dos Contratos, que atualmente se encontra em fase de teste, visando facilitar as tarefas de fiscalização, sobretudo a fiscalização financeira dos contratos;  |
|   | Modificação no trâmite dos processos para desbloqueio do saldo remanescente da conta vinculada ao contratado, após o término do pacto, tornando-o mais célere, a fim de evitar prejuízos às empresas contratadas no âmbito deste Tribunal. A sugestão apresentada é de que os pedidos de liberação de valor depositados em conta vinculada devem ser analisados pelo Fiscal da Conta Vinculada, seguindo, com posicionamento fundamentado pelo deferimento ou indeferimento do pleito para decisão da Administração Superior quanto à questão;  |
|   | <p>O Gestor do Contrato sugeriu, ainda, que fossem revistas as seguintes obrigações dos agentes terceirizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proceder à coleta seletiva do papel e demais materiais recicláveis de acordo com as recomendações do Tribunal (deverá ser exigida em Cartórios Eleitorais sediados em municípios que tenham legislação e políticas de coleta de seletiva de papel e demais materiais descartáveis);</li> <li>- Aos sábados, efetuar a limpeza face externa (console) dos aparelhos de ar condicionado e das unidades evaporadoras dos <i>splits</i> (deverá ser fixado outro dia para realização desses serviços, já que não há expediente aos sábados em Cartórios Eleitorais e na sede deste Tribunal);</li> <li>- Proceder à capina e roçada, retirar de toda área externa plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas;</li> <li>- Plantar novas mudas, retirar dos jardins e de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar gramas e podar árvores caso haja solicitação formal (essas duas obrigações deverão ser aglutinadas e a redação melhorada, possibilitando a execução dos serviços de maneira satisfatória);</li> <li>- Limpeza e desobstrução das calhas (essa obrigação deverá ser excluída do Contrato);</li> <li>- Lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las adequadamente (essa cláusula deverá ter a redação alterada para prever que o agente de limpeza possa auxiliar nos serviços de limpeza de caixas d'água);</li> </ul> |

- 2 -

**Nº DO CONTRATO:** 70/2018 (SEI nº 0665050/2018)**PROCESSO SEI/TRE-PI:** nº 0000006-29.2018.6.18.8000**Nº LICITAÇÃO:** 52/2018**NOME DO CONTRATADO:** IBROWSE - Consultoria e Informática LTDA**OBJETO:** Serviços de informática na área de sustentação de sistemas de informação**VALOR:** R\$ 518.400,00

| Objetivo  | Recomendações   |
|---|---|
| Prevenir a ocorrência de eventuais impropriedades, e propor necessários ajustes ao aperfeiçoamento das atividades relacionadas. | Implantação do Núcleo de Gestão de Contratos, no âmbito do TRE/PI, para que seja promovida a segregação de atribuições e facilitar um maior controle das contratações;  |
|   | Realização de cursos direcionados para as atividades de fiscalização financeira, especialmente relacionados aos seguintes temas: retenções na GFIP, análise de Folha de Pagamento e E-social;   |
|   | Inclusão, nos contratos futuros, de um anexo que relacione todos os documentos que devem ser apresentados junto à Nota Fiscal, a fim de evitar o envio de documentação incompleta por parte das empresas contratadas;   |
|   | Inclusão, nos contratos futuros, de cláusula que obrigue a empresa contratada a efetuar o desconto em Nota Fiscal do valor acrescido da LDI (Lucro de Despesas Incidentes), referente aos vales-transportes não pagos por opção dos empregados, nos contratos em que comporte a previsão de tal benefício;  |
|   | Padronização do processo para os contratos em geral, de modo que o Gestor do Contrato informe previamente à Seção de Programação e Execução Orçamentária o valor a ser gasto, de modo que a unidade financeira possa fazer um melhor controle do saldo dos recursos financeiros do contrato, evitando o risco de faltar recursos;   |
|   | Melhorias e implementação do Catálogo de Serviços nas contratações futuras, a fim de que haja um nível maior de conhecimento dos prestadores de serviços;   |
|   | Limitação das atividades do Fiscal financeiro aos contratos com previsão de mão de obra terceirizada, já que neste tipo de contrato ocorre apenas a segregação de impostos e pagamento do que é devido à contratada. Não há controle de recolhimento de FGTS, INSS, pagamento de salários e demais verbas trabalhistas;   |
|   | Exigência de inclusão nos contratos futuros de Certidão de Regularidade expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Documento do Ressegurador comprovando que a seguradora está em dia com seus compromissos financeiros; e comprovação do resseguro ou declaração da própria seguradora afirmando que a operação está dentro do contrato de automaticidade ou simplificado do ressegurador. Esses documentos possibilitarão maior segurança a este Tribunal no que se refere à validade da garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93. |

– 3 –

**Nº DO CONTRATO: 58/2016****PROCESSO: PAD 1607/2016****Nº LICITAÇÃO: 51/2016****NOME DO CONTRATADO: AÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA – EPP****OBJETO: SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENE****VALOR: R\$ 1.695.888,79**

| Objetivo   | Recomendações  |
|--|--|
| Prevenir a ocorrência de eventuais impropriedades, com respectivos ajustes no aperfeiçoamento das atividades relacionadas. | Inclusão, nos contratos futuros, de cláusula específica que obrigue o contratado a manter, durante toda a execução do pacto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determina o artigo 55, XIII, da Lei nº 8.666/93;   |
|  | Ampliação do prazo de entrega da garantia para 30 (trinta) dias nas contratações em que seja exigido esse encargo da contratada;   |
|  | Exigência de Certidão de Regularidade expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; Documento do Ressegurador comprovando que a seguradora está em dia com seus compromissos financeiros; Comprovação do resseguro ou declaração da própria seguradora afirmando que a operação está dentro do contrato de automaticidade ou simplificado do ressegurador. Estes documentos darão maior segurança a este Tribunal no que se refere à validade da garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93.   |
|  | Implantação do Núcleo de Gestão de Contratos, prestigiando, dessa forma, o princípio da segregação de funções.   |
|  | Implantação do Sistema Eletrônico de Acompanhamento dos Contratos, que atualmente se encontra em fase de teste, visando facilitar as tarefas de fiscalização, sobretudo a fiscalização financeira dos contratos;   |
|  | Modificação no trâmite dos processos para desbloqueio do saldo remanescente da conta vinculada ao contratado, após o término do pacto, tornando-o mais célere, a fim de evitar prejuízos às empresas contratadas no âmbito deste Tribunal. A sugestão apresentada é de que os pedidos de liberação de valor depositados em conta vinculada devem ser analisados pelo Fiscal da Conta Vinculada, seguindo, com posicionamento fundamentado pelo deferimento ou indeferimento do pleito para decisão da Administração Superior quanto à questão.   |
|  | O Gestor do Contrato sugeriu, ainda, que fossem revistas as seguintes obrigações dos agentes terceirizados: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proceder à coleta seletiva do papel e demais materiais recicláveis de acordo com as recomendações do Tribunal; (deverá ser exigida em Cartórios Eleitorais sediados em municípios que tenham legislação e políticas de coleta de seletiva de papel e demais materiais descartáveis).</li> <li>- Aos sábados, efetuar a limpeza face externa (console) dos aparelhos de ar condicionado e das unidades evaporadoras dos splits. (deverá ser fixado outro dia para realização desses serviços, já que não há expediente aos sábados em Cartórios Eleitorais e na sede deste Tribunal).</li> <li>- Proceder à capina e roçada, retirar de toda área externa plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas; e</li> </ul> |

| Objetivo | Recomendações  |
|----------|--|
|          | <ul style="list-style-type: none"><li>- Plantar novas mudas, retirar dos jardins e de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar gramas e podar árvores caso haja solicitação formal; (essas duas obrigações deverão ser aglutinadas e a redação melhorada, possibilitando a execução dos serviços de maneira satisfatória).</li><li>- Limpeza e desobstrução das calhas; (essa obrigação deverá ser excluída do Contrato).</li><li>- Lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las adequadamente; (essa cláusula deverá ter a redação alterada para prever que o agente de limpeza possa auxiliar nos serviços de limpeza de caixas d'água).</li></ul> |

# VI - RELAÇÃO DAS COMISSÕES VIGENTES, COM RESPECTIVA VIGÊNCIA E NOME DO PRESIDENTE

| Nome da Comissão  | Portaria   | Presidente                                       | Vigência      |
|---|--|--|---------------|
| Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral do Piauí.   | Portaria nº 237/2016                                     | Maria Elisabeth de Sousa Aguiar Schuck           | Indeterminada |
| Constitui o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde   | Portaria nº 441/2016                                     | Dra. Maria Célia Lima Lúcio                      | Indeterminada |
| Comissão responsável pela execução dos trabalhos que, eventualmente, possam conduzir à implantação da Assistência Farmacêutica como benefício complementar do Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal.   | Portaria nº 579/2016                                     | Cristiane Falcão Nogueira                        | Indeterminada |
| Comissão encarregada da adaptação do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 202/2015 e ao Novo Código de Processo Civil  | Portaria nº 661/2016                                     | Dr. Geraldo Magela e Silva Meneses               | Indeterminada |
| Constitui o Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico (PJe), do TRE/PI, que trata o art. 34 da Resolução TSE nº 23.417/2014, por meio do qual serão realizados o processamento das informações judiciais e o gerenciamento dos atos processuais. | Portaria nº 902/2016                                     | Dr. Agrimar Rodrigues de Araújo                  | Indeterminada |
| Constitui comissão para estudo da necessidade de ajustes da Resolução TRE-PI nº 211/2011, em face do Decreto nº 8690, de 11 de março de 2016.   | Portaria nº 1.271/2016                                   | -  | Indeterminada |
| Grupo Gestor Regional do Sistema Processo Administrativo Digital (PAD)  | Portaria nº 637/2013, alterada pela Portaria nº 564/2017 | Márcia Valéria de Araújo Ferreira Rebelo Sampaio | Indeterminada |
| Grupo de Trabalho multidisciplinar para implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.   | Portaria nº 250/2017                                     | Juliana Vilarinho da Rocha Teixeira              | Indeterminada |
| Equipe específica de testes do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.   | Portaria nº 251/2017, alterada pela Portaria nº 398/2017 | Carmen Lúcia Castelo Branco Rocha Campelo        | Indeterminada |
| Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico (PJe), do TRE/PI, que trata o art. 34 da Resolução TSE nº 23.417/2014, por meio do qual serão realizados o processamento das informações judiciais e o gerenciamento dos atos processuais.             | Portaria nº 261/2017, alterada pela Portaria nº 587/2017 | Dr. José Wilson Ferreira de Araújo Júnior        | Indeterminada |

| Nome da Comissão   | Portaria   | Presidente                               | Vigência         |
|--|--|--|------------------|
| Comissão Gestora do Planejamento Integrado das Eleições 2018.  | Portaria nº 552/2017, alterada pela Portaria nº 625/2017 | Diretor-Geral                            | Indeterminada    |
| Comissão Provisória para Inventário de Bens de Consumo, no âmbito deste Tribunal.  | Portaria nº 904/2017                                     | Marcília Martins da Silva                | Indeterminada    |
| Comissão Provisória que analisará a possibilidade de inclusão de servidores removidos e de outros Regionais no programa de Assistência à saúde deste Tribunal.         | Portaria nº 917/2017                                     | Cristiane Falcão Nogueira                | Indeterminada    |
| Comissão Permanente de Sindicância para apurar os fatos que ensejam aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993.                          | Portaria nº 103/2018                                     | Sidnei Antunes Ribeiro                   |                  |
| Comissão Permanente e Pregoeiros encarregados de promover as Licitações do TRE-PI.   | Portaria nº 126/2018                                     | Edilson Francisco Rodrigues              | Indeterminada    |
| Comissão do Projeto Gestão por Competências.   | Portaria nº 177/2018                                     | Juliana Chaves de Carvalho               |                  |
| Comissão Gestora do Recadastramento Biométrico.  | Portaria nº 217/2018                                     | Hediane Lima Xavier                      | Indeterminada    |
| Grupo de Trabalho que será responsável pelo estudo e proposições de normas internas concernentes à implantação do sistema eletrônico de informações (SEI).             | Portaria nº 299/2018                                     | Anderson Cavalcanti de Lima              | Indeterminada    |
| Grupo de Trabalho de Gestão Processual de Primeiro Grau.   | Portaria Conjunta nº 7/2018                              | Gestão CRE                               | Biênio 2018/2019 |
| Conselho Editorial da Revista Eleições & Cidadania do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.  | Portaria nº 306/2018                                     | Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho | Indeterminada    |
| Comissão Editorial da Revista Eleições & Cidadania do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.  | Portaria nº 306/2018                                     | José Alves Siqueira Filho                | Indeterminada    |
| Comissão Permanente de Ética e Sindicância do TRE/PI.  | Portaria nº 332/2018                                     | Carlos Leonardo Bonfim Deolindo          |                  |
| Grupo de Trabalho (GT) Mesários do TRE/PI.   | Portaria nº 369/2018                                     | Hugo Leonardo Ferreira Leite             | Indeterminada    |
| Comissão para Análise e Acompanhamento do Plano de Segurança das Eleições Gerais 2018.   | Portaria 371/2018  | Marcônio Galvão Lopes                    |                  |
| Comissão para realizar processo seletivo dos servidores que serão contemplados com bolsas de estudo concedidas pela Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão.        | Portaria nº 481/2019                                     | Sheyla Maria Araújo Brito Sulichin       | Indeterminada    |
| Comissão executora do rezoneamento da Zonas Eleitorais no âmbito do TRE/PI.  | Portaria nº 495/2018                                     |  | Indeterminada    |
| Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e revoga a Portaria TRE/PI nº 820/2016. | Portaria nº 653/2018                                     |  | Indeterminada    |
| Comissão Regional de Conservação das Urnas Eletrônicas, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.   | Portaria nº 1052/2018                                    | Wellington Jerônimo da Silva             | Indeterminada    |
| Comissão de Análise de prestações de contas de campanhas relativas às Eleições Gerais de 2018.   | Portaria nº 1329/2018                                    | Titular da COCIN                         | Indeterminada    |

| Nome da Comissão   | Portaria   | Presidente                          | Vigência      |
|--|--|-------------------------------------|---------------|
| Comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do recolhimento e descarte de urnas eletrônicas UE2004 e UE96, módulos impressores externos – MIE2002.                   | Portaria 1345/2018                                       |                                     | Indeterminada |
| Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.  | Portaria 1356/2018                                       |                                     |               |
| Comissão Permanente de Sindicâncias Relacionadas ao Inventário Anual de Bens Permanentes Móveis do TRE/PI.   | Portaria nº 69/2019                                      | Camila Maria Ferro Silva            | Indeterminada |
| Constitui Comissão Especial para proceder ao estudo e à apresentação da minuta do normativo que disciplinará o teletrabalho, no âmbito deste Tribunal.                           | Portaria nº 170/2019                                     | Tadeu Almeida Martins               | Indeterminada |
| Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, na categoria servidor com deficiência e Juiz Eleitoral com Deficiência.  | Portaria nº 227/2019                                     |                                     | Indeterminada |
| Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.  | Portaria nº 250/2019                                     | Raul Sérgio Aragão Ventura          | Indeterminada |
| Constitui a Comissão de Segurança da Informação, no âmbito deste Tribunal, e nomeia o seu Gestor.  | Portaria nº 294/2019, alterada pela Portaria nº 703/2019 |                                     | Indeterminada |
| Comissão para a realização de estudos e com vistas à elaboração de minuta de instrumento normativo com sugestões de alterações nos dispositivos da Resolução TRE/PI nº 232/2011. | Portaria nº 326/2019                                     |                                     | Indeterminada |
| Comissão Permanente de Avaliação de documentos - CPAD do TRE-PI.   | Portaria nº 328/2019                                     | Francisco Marcelo Cassiano da Silva | Indeterminada |
| Constitui o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação, no âmbito deste Regional.   | Portaria nº 353/2019                                     | Dr. Ítalo Márcio Gurgel de Castro   | Indeterminada |
| Comissão Permanente de Inventário.   | Portaria nº 449/2019                                     | Carlos Alberto Barbosa de Almeida   | Indeterminada |
| Grupo de Trabalho com vistas a realizar estudos e propor orientações para fomentar a governança de Tecnologia da Informação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.  | Portaria nº 450/2019                                     |                                     | Indeterminada |
| Grupo de Trabalho para realizar estudos técnicos com a finalidade de regulamentar a estruturação da governança e gestão de aquisições no âmbito do TRE-PI.                       | Portaria nº 452/2019                                     | Fabiano Rodrigues Mendonça Miranda  |               |
| Comissão de Recebimento dos veículos provenientes do Pregão Eletrônico nº 019/2019.  | Portaria nº 752/2019                                     | Abelard Dias Ribeiro                | Indeterminada |
| Comissão responsável pela análise das contas prestadas mensalmente pela Associação dos Servidores da Justiça Eleitoral do Piauí (ASJEPI).  | Portaria nº 33/2020                                      | Fernando Mazza de Castro Alencar    | Indeterminada |

## VII - SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM CURSO

No âmbito desse Tribunal, a atividade correcional destinada a apurar danos ao Erário, fraudes ou corrupção não constitui exclusividade de uma só unidade, encontrando-se dividida entre a Corregedoria Regional Eleitoral e a Presidência, que a exercem por meio de comissões especialmente designadas para esse fim, na forma prevista em seu Regimento Interno (Resolução nº 107, de 4 de julho de 2005) e nos demais diplomas normativos que disciplinam a matéria.

Em 2019, a **Comissão Permanente de Ética e Sindicância (CES)** funcionou apenas até 1º/4/2019, data do término do mandato dos servidores designados pela Portaria TRE-PI 332, de 23/3/2018, tendo esgotado as atribuições de sua alçada. A Comissão que a sucedeu foi nomeada pela Portaria Presidência 52/2020, que somente passou a ter vigência a partir de 29/1/2020.

No referido exercício tramitou apenas o seguinte processo administrativo de sindicância:

| Número Processo                        | Data de Instauração | Tipo        | Assunto  | Período   | Situação Atual                   | Resultado do Julgamento   |
|--|---------------------|-------------|--|-----------|----------------------------------|---|
| 1820/2015 (em apenso PAD nº 1904/2013) | 27/1/2015           | Sindicância | Afronta a ordem superior (art. 116, IV, da Lei n. 8.112/1990 | 30/8/2013 | Decisão da Comissão em 20/3/2019 | Arquivado por reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva da Administração |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0888745).

Por outro lado, na **Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD)**, instituída pela Portaria Presidência 230/2018, alterada pelas Portarias Presidência 300/2018, 804/2018 e 250/2019, tramitaram, no ano de 2019, os feitos a seguir:

| Número Processo                        | Data de Instauração | Tipo        | Assunto   | Período               | Situação Atual       | Resultado do Julgamento |
|--|---------------------|-------------|---|-----------------------|----------------------|-------------------------|
| 6504-44.2018.6.18.8000 (PAD 969/2017)  | 16/5/2017           | PAD         | Servidor público sócio gerente ou administrador de empresa privada (art. 117 da Lei 8.112/90)                                       | 16/5/2017 a 5/7/2019  | Decidido e Arquivado | Absolvição              |
| 6030-73.2018.6.18.8000 (PAD 968/2017)  | 16/5/2017           | PAD         | Servidor público sócio gerente ou administrador de empresa privada (art. 117 da Lei 8.112/90)                                       | 16/5/2017 a 5/7/2019  | Decidido e Arquivado | Absolvição              |
| 9079-88.2019.6.18.8000 (PAD 971/2017)  | 16/5/2017           | PAD         | Violação do dever de assiduidade (art. 116, III e X, da Lei 8.112/90) e vedação à conduta desidiosa (art. 117, XV, da Lei 8.112/90) | 16/5/2017 a 18/9/2019 | Decidido e Arquivado | Absolvição              |
| 5323-08.2018.6.18.8000 (PAD 1653/2017) | 4/8/2017            | PAD         | Abandono de cargo (art. 138 da Lei 8.112/90)  | 4/8/2017 a 6/5/2019   | Decidido e Arquivado | Absolvição              |
| 11893-73.2019.6.18.8000                | 8/8/2019            | Sindicância | Violação do dever de observar as normas legais e regulamentares (art. 116, III, da Lei 8.112/90)                                    | 8/8/2019 a 19/11/2019 | Decidido e Arquivado | Absolvição              |
| 7690-68.2019.6.18.8000                 | 27/9/2019           | PAD         | Violação do dever de assiduidade (art. 116, III e X, da Lei 8.112/90)   | Tramitando            | Instrução            | -                       |
| 7696-75.2019.6.18.8000                 | 27/9/2019           | PAD         | Violação do dever de assiduidade (art. 116, III e X, da Lei 8.112/90)   | Tramitando            | Instrução            | -                       |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0889761).

Ademais, a Comissão Permanente de Sindicâncias exclusiva para apurar irregularidades apontadas no relatório de inventário anual de bens permanentes móveis do TRE-PI (CPS-Inventário), designada pela Portaria Presidência 69/2019, registrou a tramitação de 5 processos relacionado a desaparecimento de bens e 3 processos por descarte indevido ou extravio do bem.

Na Corregedoria Regional Eleitoral, em 2019, em desfavor de Magistrados de 1º Grau, conforme art. 20, I do Regimento Interno do TRE-PI, foram registradas 3 representações por excesso de prazo no sistema PJe.

Ainda no âmbito da Corregedoria Regional Eleitoral, em 2019, conforme art. 20, III do Regimento Interno do TRE-PI, registramos as **Representações e procedimentos de averiguação preliminar** instaurados contra servidores de Cartórios Eleitorais, conforme abaixo descritos:

| Número Processo                 | Data Instauração | Tipo                   | Assunto                                  | Período               | Situação Atual      | Resultado do Julgamento  |
|---------------------------------|------------------|------------------------|--|-----------------------|---------------------|--|
| SADP 2639/2018 (Prot. 341/2018) | 18/1/2018        | Representação          | Irregularidade em conduta funcional      | 18/1/2018 a 22/2/2019 | Arquivado           | Improcedente   |
| SADP 2643/2018 (Prot.4030/2018) | 6/4/2018         | Representação          | Irregularidades em tramitação processual | 6/4/2018 a 16/12/2019 | Arquivado           | Improcedente   |
| SEI 0002356-87. 2018. 6.18.8000 | 15/5/2018        | Notícia/Denúncia       | Irregularidades em sistema de frequência | 15/5/2018 a 7/5/2019  | Arquivado           | Procedente: instaurar procedimento de averiguação                    |
| SEI 0007690-68. 2019.6.18.8000  | 15/5/2019        | Averiguação Preliminar | Infração funcional                       | 15/5/2019 a 13/9/2019 | Tramitando na CPPAD | Averiguação Procedente. Instaurar PAD. Aguarda relatório da Comissão |
| SEI 0007691-53. 2019.6.18.8000  | 15/5/2019        | Averiguação Preliminar | Infração funcional                       | 15/5/2019 a 6/8/2019  | Arquivado           | Improcedente   |
| SEI 0007692-38. 2019.6.18.8000  | 15/5/2019        | Averiguação Preliminar | Infração funcional                       | 15/5/2019 a 6/8/2019  | Arquivado           | Averiguação Procedente. Instaurar PAD.                               |
| SEI 0007693-23. 2019.6.18.8000  | 14/5/2019        | Averiguação Preliminar | Infração funcional                       | 14/5/2019 a 16/7/2019 | Arquivado           | Improcedente   |
| SEI 0007694-08. 2019.6.18.8000  | 14/5/2019        | Averiguação Preliminar | Infração funcional                       | 14/5/2019 a 29/7/2019 | Arquivado           | Improcedente   |
| SEI 0007695-90. 2019.6.18.8000  | 14/5/2019        | Averiguação Preliminar | Infração funcional                       | 14/5/2019 a 29/7/2019 | Arquivado           | Improcedente   |
| SEI 0007696-75. 2019.6.18.8000  | 14/5/2019        | Averiguação Preliminar | Infração funcional                       | 14/5/2019 a 5/9/2019  | Tramitando na CPPAD | Averiguação Procedente. Instaurar PAD. Aguarda relatório da Comissão |
| 0007697-60. 2019.6.18.8000      | 14/5/2019        | Averiguação Preliminar | Infração funcional                       | 14/5/2019 a 2/8/2019  | Arquivado           | Improcedente   |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0893907).

Para o registro e tramitação dos feitos de natureza administrativa e judicial da competência do Corregedor Regional Eleitoral, esclarece-se que são utilizados, atualmente, 03 sistemas diversos, coexistindo simultaneamente: a) sistema SEI para os processos/procedimentos de natureza administrativa, disciplinar e correicional e b) sistemas SADP e PJe para os processos de natureza judicial e algumas classes de processos de natureza administrativa.

Quanto à atividade de autuação de processos na Corregedoria, segundo disposição regimental, somente a SEPAC – CRE-PI autua processos judiciais e administrativos no sistema PJe, e todas as unidades da Corregedoria autuam processos/procedimentos no sistema SEI.

# VIII - RELATÓRIO DOS PROCESSOS DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS CONTRATADOS

No que concerne às licitações realizadas e contratos firmados pelo TRE-PI, a **Comissão Permanente de Sindicância (COSIND)** para apuração de fatos que ensejam aplicação das sanções dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, noticiou ter analisado, em 2019, 73 (setenta e três) processos, em cujos autos foram aplicadas penalidades pela Administração Superior do Tribunal no importe total de R\$ 154.010,61 (cento e cinquenta e quatro mil, dez reais e sessenta e um centavos). Na tabela abaixo estão os processos mais relevantes.

(Abreviações: OF = Ordem de Fornecimento, TR = Termo de Referência e NE = Nota de Empenho)

| Número Processo | Data de Instauração | Empresa Sindicada (CNPJ)   | Assunto  | Resultado do Julgamento   | Multa Aplicada (R\$) |
|-----------------|---------------------|--|--|---|----------------------|
| 8849-80         | 2018                | BRASIL TELECOM S/A (76.535.764/0001-43)                          | Irregularidade fiscal durante execução contratual – CT 43/2009                           | Lei 8.666/1993, art. 86; Contrato, cláusula 10ª e multa   | 89.149,60            |
| 562             | 2014                | BIO CARD TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. (13.014.490/0001-27)        | Rescisão e pagamento direto dos funcionários relativos ao contrato TRE-PI 020/2012       | Multa, suspensão para licitar e impedimento de contratar com o TRE-PI por 1 (um) ano (Lei 8.666/1993, art. 87, II e III; TR, 11.2.2.2; e Contrato, cláusula 12) | 11.789,24            |
| 7768-62         | 2019                | PORTELA LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES – EIRELI (16.911.267/0001-70)    | Inexecução contratual – não entrega dos itens contratados                                | Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 (quatro) meses e multa (Lei 10.520/2002, art. 7º; e Contrato, Cl. Oitava)                                  | 11.000,10            |
| 15954-11        | 2018                | PIVSEG – Piauí Vigilância e Segurança Ltda. (10.674.819/0001-98) | Atraso no pagamento de salários e outras irregularidades na execução do Contrato 45/2018 | Suspensão temporária para licitar e contratar com TRE-PI por 1 (um) ano e multa (Lei 8.666/1993, art.87, III)   | 8.811,54             |
| 3312-06         | 2018                | CONFIANCA SOLUCOES EIRELI – EPP (19.108.740/0001-74)             | Não entrega de itens das OFs 177/2016 e 61/2017  | Suspensão temporária de licitar; impedimento de contratar com o TRE-PI por 4 (quatro) meses e multa (Lei 8.666/1993, arts. 86 e 87, III e edital, 14.2)         | 7.669,31             |

| Número Processo | Data de Instauração | Empresa Sindicada (CNPJ)   | Assunto                                    | Resultado do Julgamento   | Multa Aplicada (R\$) |
|-----------------|---------------------|--|--|---|----------------------|
| 11315-47        | 2018                | CLEAN MASTER<br>TERCEIRIZAÇÃO DE<br>SERVIÇOS EIRELI –<br>ME (14.346.629/0001-<br>10) | Não apresentação de<br>garantia contratual | Multa (Lei 8.666/1993, art. 87,<br>II, e Contrato, Cláusula<br>Décima Segunda | 9.354,20             |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0890182).

Para maiores informações, foi disponibilizado o relatório de transição da Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí, especificamente detalhadas na tabela publicada no sítio do TRE/PI através do link <http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-de-gestao/processos-apuracao-responsabilidade>.

## IX - PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS ESPECÍFICOS DAS UNIDADES

Qualquer projeto ou plano de ação deve ser formalizado através de um Termo de Abertura que é um documento que contém a ideia geral do projeto sobre seus objetivos, escopo preliminar, cronograma preliminar, e as áreas que serão impactadas. Existe também o plano Geral do Projeto: complementar ao Termo de Abertura, é o documento que detalha o projeto em todos os seus aspectos.

Existe também o Plano de Ação que é elaborado no processo de planejamento para ações menos complexas que o projeto.

Os planos de ação e termos de abertura dos projetos constantes na Carteira de Projetos do TRE-PI podem ser acessados, por meio do sítio do TRE-PI através do link <http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/carteira-de-projetos-tap-e-pas>

# X - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## ORÇAMENTO 2018 / 2019

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, nos exercícios de 2018 e 2019, não apresentavam margens para uma política voltada para a Implementação das medidas emergenciais pretendidas pela Presidência deste Tribunal e direcionadas aos Cartórios Eleitorais e ao atendimento de demandas historicamente represadas e urgentes existentes.

Nesse sentido, restou a atual gestão a busca de soluções e gestões administrativas para viabilizar a execução do planejado frente a escassez de recursos orçamentários.

Portanto, coube a atual administração rever o processo orçamentário de obtenção de Créditos Adicionais Suplementares, ou seja, ao invés de atuação voltada para PESSOAL, como pode se constatar nas tabelas e gráficos seguintes, buscou-se focar os recursos em CUSTEIO e INVESTIMENTO, induzindo, inclusive, a alteração de gestores orçamentários e financeiros, para o atingimento dessa política voltada ao 1º Grau de Jurisdição.

### DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS - SUPLEMENTARES - PERÍODO: 2008 - 2019

| EXERCÍCIO | PESSOAL       | CUSTEIO      | INVESTIMENTO | TOTAL         |
|-----------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| 2008      | 16.102.828,00 | 875.983,00   | 70.000,00    | 17.048.811,00 |
| 2009      | 13.092.466,00 | 446.619,00   | -            | 13.539.085,00 |
| 2010      | 14.164.251,00 | 1.341.995,00 | 598.561,00   | 16.104.807,00 |
| 2011      | 7.600.970,00  | 730.198,00   | 957.000,00   | 9.288.168,00  |
| 2012      | 5.224.566,00  | 776.537,00   | 2.309.437,00 | 8.310.540,00  |
| 2013      | 7.433.857,00  | 60.568,00    | 1.566.437,00 | 9.060.862,00  |
| 2014      | 14.054.376,00 | -            | 197.318,00   | 14.251.694,00 |
| 2015      | 7.862.238,00  | 52.648,00    | 2.730.706,00 | 10.645.592,00 |
| 2016      | 12.204.063,00 | 1.010.000,00 | 1.434.200,00 | 14.648.263,00 |
| 2017      | 26.508.594,00 | -            | 882.622,00   | 27.391.216,00 |
| 2018      | 10.346.478,00 | 800.000,00   | 6.842.920,00 | 17.989.398,00 |
| 2019      | -             | 2.021.880,00 | 3.935.851,00 | 5.957.731,00  |

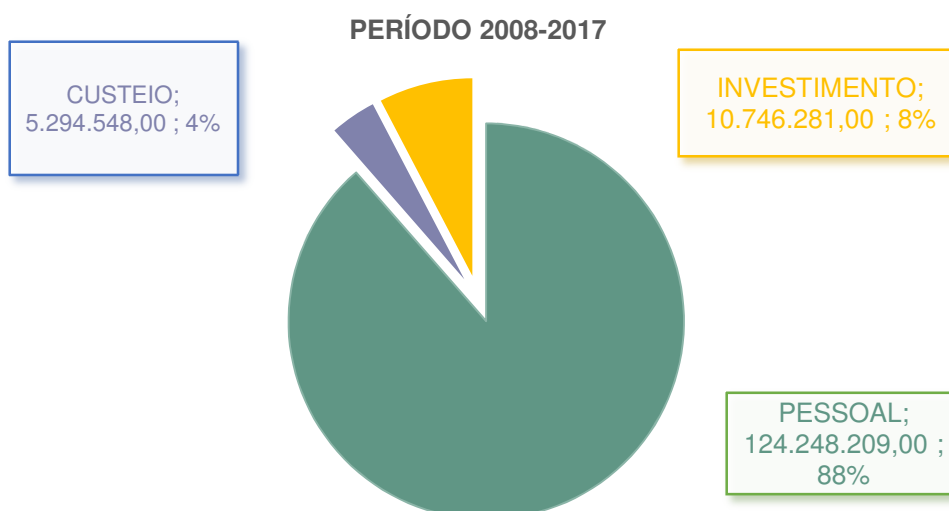
### DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS - SUPLEMENTARES - PERÍODO: 2008 - 2019

| EXERCÍCIO | PESSOAL | CUSTEIO | INVESTIMENTO | TOTAL  |
|-----------|---------|---------|--------------|--------|
| 2008      | 94,5%   | 5,1%    | 0,4%         | 100,0% |
| 2009      | 96,7%   | 3,3%    | 0,0%         | 100,0% |
| 2010      | 88,0%   | 8,3%    | 3,7%         | 100,0% |
| 2011      | 81,8%   | 7,9%    | 10,3%        | 100,0% |
| 2012      | 62,9%   | 9,3%    | 27,8%        | 100,0% |
| 2013      | 82,0%   | 0,7%    | 17,3%        | 100,0% |
| 2014      | 98,6%   | 0,0%    | 1,4%         | 100,0% |
| 2015      | 73,9%   | 0,5%    | 25,7%        | 100,0% |
| 2016      | 83,3%   | 6,9%    | 9,8%         | 100,0% |
| 2017      | 96,8%   | 0,0%    | 3,2%         | 100,0% |
| 2018      | 57,5%   | 4,4%    | 38,0%        | 100,0% |
| 2019      | 0,0%    | 33,9%   | 66,1%        | 100,0% |

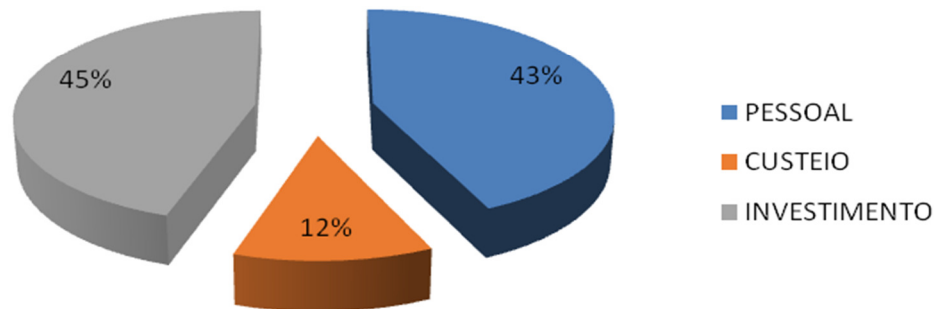
Fazendo um comparativo entre os exercícios 2008-2017 com o biênio 2018-2019, confirma-se a política de priorização dos recursos em CUSTEIO e INVESTIMENTO praticada nessa gestão.

### COMPARATIVO DE PEDIDOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES - PERÍODO: 2008 - 2019

| EXERCÍCIO   | PESSOAL        | CUSTEIO      | INVESTIMENTO  | TOTAL          |
|-------------|----------------|--------------|---------------|----------------|
| 2008 A 2017 | 124.248.209,00 | 5.294.548,00 | 10.746.281,00 | 140.289.038,00 |
|             | 88,6%          | 3,8%         | 7,7%          | 100,0%         |
| 2018 A 2019 | 10.346.478,00  | 2.821.880,00 | 10.778.771,00 | 23.947.129,00  |
|             | 43,2%          | 11,8%        | 45,0%         | 100,0%         |

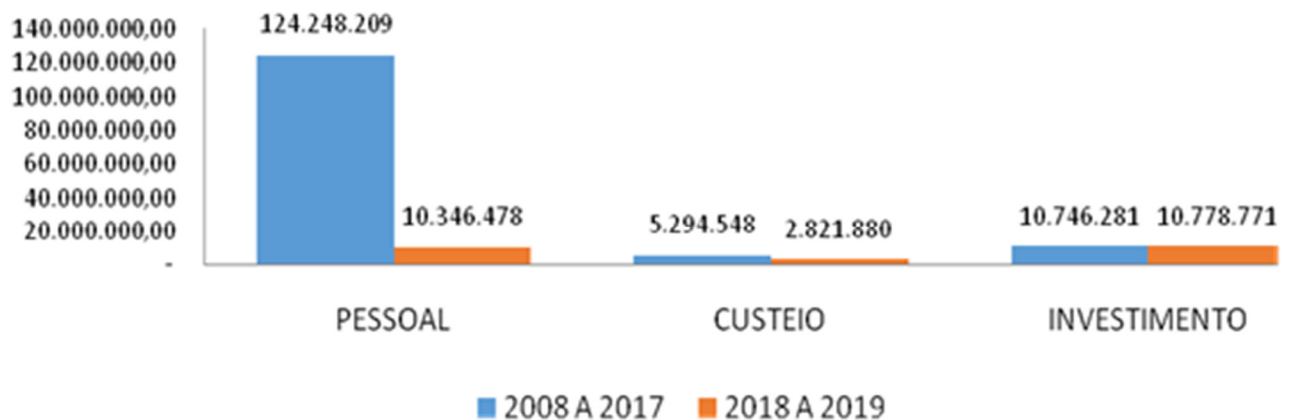


## BIÊNIO 2018-2019



Portanto, no biênio 2018-2019, o Tribunal obteve os montantes de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) em PESSOAL, 53,30% (cinquenta e três vírgula trinta por cento) em CUSTEIO e 100,30% (cem vírgula trinta por cento) em INVESTIMENTO quando comparados aos exercícios anteriores de 2008-2017.

### COMPARATIVO DE PEDIDOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES - PERÍODO: 2008 - 2019



### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2018-2019

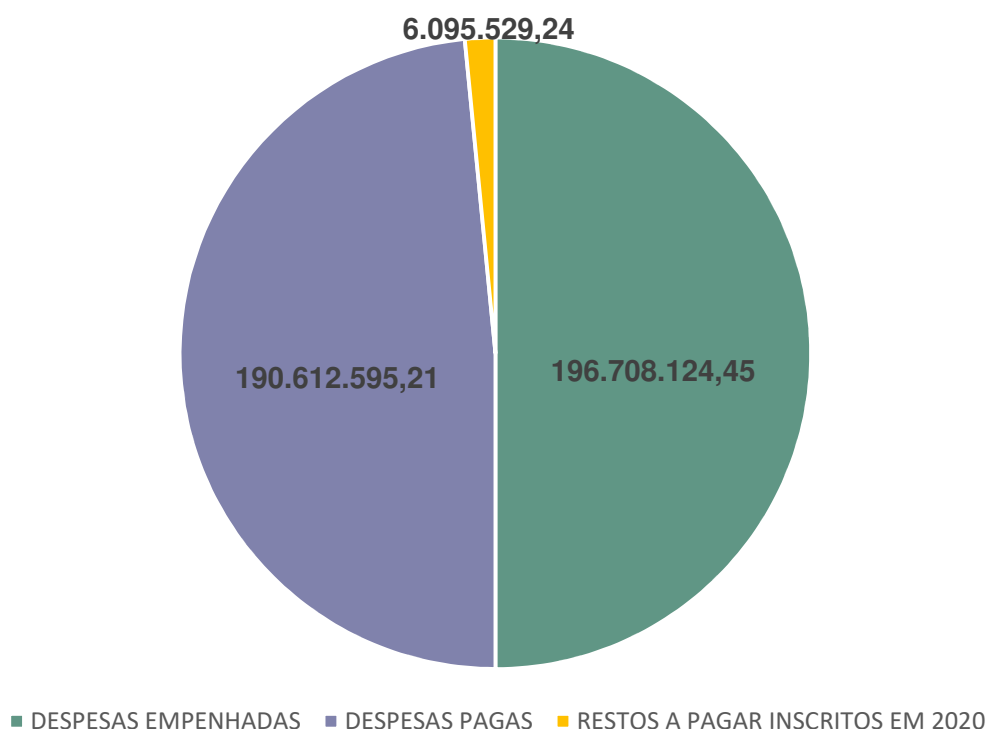
O TRE-PI no ano de 2018 foi contemplado com o valor de R\$ 180,9 milhões de orçamento autorizado, sendo R\$ 12,9 milhões em INVESTIMENTOS, R\$ 30,2 milhões em OUTRAS DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO) e R\$ 137,8 milhões em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, aos quais se somaram o montante de R\$ 20,97 milhões para a realização das Eleições de 2018, perfazendo o total de R\$ 202,4 milhões.

Para tanto, os valores de Outras Despesas Correntes (CUSTEIO) foram distribuídos da seguinte forma:

| <b>GND (SUBFUNÇÃO)</b>                                 | <b>AUTORIZADO</b> |
|--|-------------------|
| ADMINISTRAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO GERAL                    | 131,6 milhões     |
| ENCARGOS ESPECIAIS - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS         | 17,5 milhões      |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO | 22,3 milhões      |
| SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA                                 | 3,6 milhões       |
| TRABALHO - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR        | 6,0 milhões       |

Quanto a execução orçamentária do exercício de 2018, tem-se que 96,90% (noventa e seis vírgula noventa por cento) de despesas pagas frente as despesas empenhadas, bem como 3,10% (três vírgula dez por cento) de despesas Inscritas em Restos a Pagar em relação as despesas empenhadas.

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR ELEMENTO DE DESPESA - 2018**



Visando uma melhor transparência da execução 2018, seguem detalhadas os valores praticados no referido exercício financeiro.

## DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - 2018

| AÇÃO DE GOVERNO |  | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |   | ELEMENTO DE DESPESA |  | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|-----------------|--|-------------------------------|---|---------------------|--|---------------------|----------------|----------------------------------|
| CÓD.            | DESCRIÇÃO  | CÓD.                          | DESCRIÇÃO   | CÓD.                | DESCRIÇÃO                                      |                     |                |                                  |
| 0181            | APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO  | 084554                        | APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319001              | APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR   | 16.598.077,11       | 16.598.077,11  | -                                |
| 0181            | APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO  | 084554                        | APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319003              | PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR                   | 5.196.540,23        | 5.196.540,23   | -                                |
| 09HB            | CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO FEDERAIS | 127694                        | CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O RPSPF - NO ESTADO DO PIAUÍ                     | 319113              | OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS  | 15.107.817,48       | 15.107.817,48  | -                                |
| 09HB            | CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO FEDERAIS | 127694                        | CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O RPSPF - NO ESTADO DO PIAUÍ                     | 319192              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 8.864,48            | 8.864,48       | -                                |
| 14FL            | CONSTRUCAO DE CARTORIO ELEITORAL NO MUNICIPIO DE TERESINA - PI   | 084560                        | CONSTRUCAO DE CARTORIO ELEITORAL NO MUNICIPIO DE TERESINA - PI  | 449051              | OBRAS E INSTALACOES                            | 5.209.488,61        | 5.119.889,93   | 89.598,68                        |
| 14QK            | AMPLIAÇÃO DE CARTORIO ELEITORAL NO MUNICIPIO DE PEDRO II - PI  | 149971                        | AMPLIAÇÃO DE CARTORIO ELEITORAL NO MUNICIPIO DE PEDRO II - PI   | 449092              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 16.197,60           | 16.197,60      | -                                |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGIC A AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES                                     | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGIC A AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339036              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA   | 63.766,93           | 63.766,93      | -                                |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGIC A AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES                                     | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGIC A AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339039              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 3.164.157,36        | 3.157.141,13   | 7.016,23                         |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGIC A AOS SERVIDORES CIVIS,   | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGIC A AOS SERVIDORES CIVIS,  | 339092              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 30.335,48           | 30.335,48      | -                                |

| AÇÃO DE GOVERNO |   | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |  | ELEMENTO DE DESPESA |  | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|-----------------|---|-------------------------------|--|---------------------|--|---------------------|----------------|----------------------------------|
| CÓD.            | DESCRIÇÃO   | CÓD.                          | DESCRIÇÃO  | CÓD.                | DESCRIÇÃO  |                     |                |                                  |
|                 | EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES   |                               | EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ   |                     |  |                     |                |                                  |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339093              | INDENIZACOES E RESTITUICOES                        | 311.769,34          | 305.769,34     | 6.000,00                         |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339147              | OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB- OP. INTRA- ORCAMENTARIAS | 34.230,89           | 34.230,89      | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI                          | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                     | 339014              | DIARIAS - PESSOAL CIVIL                            | 513.439,69          | 513.439,69     | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI                          | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                     | 339030              | MATERIAL DE CONSUMO                                | 604.833,43          | 545.464,48     | 59.368,95                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI                          | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                     | 339033              | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO                 | 281.833,36          | 279.507,50     | 2.325,86                         |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI                          | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                     | 339036              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA       | 1.463.432,24        | 1.372.289,65   | 91.142,59                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI                          | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                     | 339037              | LOCACAO DE MAO-DE-OBRA                             | 8.730.356,01        | 7.382.010,76   | 1.348.345,25                     |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI                          | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                     | 339039              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA     | 4.197.650,35        | 3.785.558,25   | 412.092,10                       |

## RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2020

| AÇÃO DE GOVERNO |  | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |   | ELEMENTO DE DESPESA |   | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|-----------------|--|-------------------------------|---|---------------------|---|---------------------|----------------|----------------------------------|
| CÓD.            | DESCRIÇÃO  | CÓD.                          | DESCRIÇÃO   | CÓD.                | DESCRIÇÃO   |                     |                |                                  |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 339040              | SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ | 3.748.205,93        | 3.566.022,88   | 182.183,05                       |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 339092              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES                       | 220.993,66          | 220.993,66     | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 339093              | INDENIZACOES E RESTITUICOES                             | 136.137,21          | 119.123,08     | 17.014,13                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 339139              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)  | 57.700,00           | -              | 57.700,00                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 339147              | OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. OP. INTRA-ORÇAMENTARIAS       | 18.799,80           | 18.799,80      | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 449040              | SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ | 1.095.704,65        | 435.808,65     | 659.896,00                       |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 449052              | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE                      | 6.346.628,31        | 4.802.319,90   | 1.544.308,41                     |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339014              | DIARIAS - PESSOAL CIVIL                                 | 123.936,15          | 123.936,15     | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339033              | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO                      | 20.472,52           | 20.472,52      | -                                |

## RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2020

| AÇÃO DE GOVERNO |   | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |   | ELEMENTO DE DESPESA |  | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|-----------------|---|-------------------------------|---|---------------------|--|---------------------|----------------|----------------------------------|
| CÓD.            | DESCRIÇÃO   | CÓD.                          | DESCRIÇÃO   | CÓD.                | DESCRIÇÃO                                      |                     |                |                                  |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEI          | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339036              | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA   | 66.305,72           | 45.873,90      | 20.431,82                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEI          | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339039              | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 214.714,00          | 194.714,00     | 20.000,00                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEI          | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339092              | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES              | 18.420,45           | 18.420,45      | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEI          | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339093              | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES                    | 15.559,16           | 15.559,16      | -                                |
| 20TP            | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO   | 084553                        | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319007              | CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA   | 163.496,20          | 163.496,20     | -                                |
| 20TP            | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO   | 084553                        | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319011              | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CÍVIL  | 93.861.052,12       | 93.849.331,05  | 11.721,07                        |
| 20TP            | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO   | 084553                        | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319016              | OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CÍVIL      | 861.644,52          | 855.512,28     | 6.132,24                         |
| 20TP            | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO   | 084553                        | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319092              | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES              | 569.846,96          | 166.972,85     | 402.874,11                       |
| 20TP            | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO   | 084553                        | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319096              | RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO  | 315,00              | 315,00         | -                                |
| 20TP            | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO   | 084553                        | ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319113              | OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 208.727,86          | 208.727,86     | -                                |
| 212B            | BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CÍVIS, EMPREGADOS, MILITARES E | 137469                        | ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES   | 339008              | OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR | 839.023,38          | 839.023,38     | -                                |

# RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2020

| AÇÃO DE GOVERNO |  | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |   | ELEMENTO DE DESPESA |  | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|-----------------|--|-------------------------------|---|---------------------|--|---------------------|----------------|----------------------------------|
| CÓD.            | DESCRIÇÃO  | CÓD.                          | DESCRIÇÃO   | CÓD.                | DESCRIÇÃO                                      |                     |                |                                  |
|                 | SEUS DEPENDENTES   |                               |   |                     |  |                     |                |                                  |
| 212B            | BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES | 137470                        | AUXILIO-TRANSPORTE DE CIVIS                               | 339049              | AUXILIO-TRANSPORTE                             | 28.820,36           | 28.820,36      | -                                |
| 212B            | BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES | 137471                        | AUXILIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS                              | 339046              | AUXILIO-ALIMENTACAO                            | 5.040.185,19        | 5.040.185,19   | -                                |
| 212B            | BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES | 137472                        | AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS                     | 339008              | OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR  | 21.042,64           | 21.042,64      | -                                |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 084799                        | ATUALIZAÇÃO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO | 339030              | MATERIAL DE CONSUMO                            | 185.496,80          | 52.724,05      | 132.772,75                       |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 084799                        | ATUALIZAÇÃO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO | 339039              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 105.000,00          | 38.069,64      | 66.930,36                        |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 084799                        | ATUALIZAÇÃO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO | 339092              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 2.259,08            | 2.259,08       | -                                |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 107670                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                    | 319016              | OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL      | 8.143.928,99        | 8.030.166,67   | 113.762,32                       |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 107670                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                    | 319092              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 54.040,25           | 54.040,25      | -                                |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                    | 339014              | DIARIAS - PESSOAL CIVIL                        | 696.606,24          | 696.606,24     | -                                |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                    | 339030              | MATERIAL DE CONSUMO                            | 1.329.690,22        | 1.220.440,77   | 109.249,45                       |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                    | 339033              | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO             | 737.133,73          | 723.355,31     | 13.778,42                        |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                    | 339036              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA   | 394.158,15          | 394.158,15     | -                                |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS   | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                    | 339037              | LOCACAO DE MAO-DE-OBRA                         | 3.616.409,14        | 3.008.343,75   | 608.065,39                       |

## RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2020

| AÇÃO DE GOVERNO |   | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |   | ELEMENTO DE DESPESA |  | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|-----------------|---|-------------------------------|---|---------------------|--|---------------------|----------------|----------------------------------|
| CÓD.            | DESCRIÇÃO   | CÓD.                          | DESCRIÇÃO   | CÓD.                | DESCRIÇÃO                                      |                     |                |                                  |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS  | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                          | 339039              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 2.847.083,67        | 2.734.319,17   | 112.764,50                       |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS  | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                          | 339048              | OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA    | 2.522.827,50        | 2.522.827,50   | -                                |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS  | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                          | 339092              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 10.726,68           | 10.671,12      | 55,56                            |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS  | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                          | 339093              | INDENIZACOES E RESTITUICOES                    | 298.323,64          | 298.323,64     | -                                |
| 4269            | PLEITOS ELEITORAIS  | 107671                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                          | 339147              | OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIA   | 18.261,70           | 18.261,70      | -                                |
| 7832            | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 084796                        | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 339014              | DIARIAS - PESSOAL CIVIL                        | 187.898,38          | 187.898,38     | -                                |
| 7832            | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 084796                        | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 339030              | MATERIAL DE CONSUMO                            | 1.423,50            | 1.423,50       | -                                |
| 7832            | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 084796                        | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 339036              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA   | 6.716,67            | 6.716,67       | -                                |
| 7832            | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 084796                        | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 339039              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 93.786,77           | 93.786,77      | -                                |
| 7832            | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 084796                        | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 339048              | OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA    | 164.475,00          | 164.475,00     | -                                |
| 7832            | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 084796                        | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR | 339092              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 81.355,96           | 81.355,96      | -                                |
| TOTAL           |   |                               |   |                     |  | 196.708.124,45      | 190.612.595,21 | 6.095.529,24                     |

Fonte: Tesouro Gerencial

## DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - 2018

| AÇÃO  | GND | CATEGORIA      | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | TOTAL DA DESPESA LIQUIDADA NO EXERCÍCIO | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR EM 2020 | SOBRA ORÇAMENTÁRIA | % DA DESPESA EXECUTADA S/ O ORÇAMENTO AUTORIZADO |
|---|-----|----------------|----------------------|---|-------------------------------------|--------------------|--|
| PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO                                | 1   | OBRIGATÓRIA    | 98.122.827,00        | 95.244.355,24                           | 420.727,42                          | 2.457.744,34       | 97,50%   |
| JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA              | 3   | DISCRICIONÁRIA | 19.973.381,68        | 17.803.209,75                           | 2.170.171,93                        | -                  | 100,00%  |
|   | 4   | DISCRICIONÁRIA | 7.442.949,00         | 5.238.128,55                            | 2.204.204,41                        | 616,04             | 99,99%   |
| OBRIGAÇÃO PATRONAL  | 1   | OBRIGATÓRIA    | 15.291.692,00        | 15.116.681,96                           | -                                   | 175.010,04         | 98,86%   |
| CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE TERESINA | 4   | DISCRICIONÁRIA | 5.407.470,00         | 5.136.087,53                            | 89.598,68                           | 181.783,79         | 96,64%   |
| CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS                          | 3   | DISCRICIONÁRIA | 459.408,00           | 418.976,18                              | 40.431,82                           | -                  | 100,00%  |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO                                       | 3   | OBRIGATÓRIA    | 5.072.209,00         | 5.040.185,19                            | -                                   | 32.023,81          | 99,37%   |
| AUXÍLIO TRANSPORTE  | 3   | OBRIGATÓRIA    | 32.256,00            | 28.820,36                               | -                                   | 3.435,64           | 89,35%   |
| AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR                                       | 3   | OBRIGATÓRIA    | 859.292,00           | 839.023,38                              | -                                   | 20.268,62          | 97,64%   |
| ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA                         | 3   | OBRIGATÓRIA    | 3.604.260,00         | 3.591.243,77                            | 13.016,23                           | -                  | 100,00%  |
| AUXÍLIOS NATILIDADE E FUNERAL                             | 3   | OBRIGATÓRIA    | 60.089,00            | 21.042,64                               | -                                   | 39.046,36          | 35,02%   |
| AUTOMAÇÃO DIGITAL   | 3   | DISCRICIONÁRIA | 535.656,28           | 535.656,28                              | -                                   | -                  | 100,00%  |
| PLEITOS ELEITORAIS  | 1   | DISCRICIONÁRIA | 8.199.140,71         | 8.084.206,92                            | 113.762,32                          | 1.171,47           | 99,99%   |
|   | 3   | DISCRICIONÁRIA | 12.763.976,55        | 11.720.360,12                           | 1.043.616,43                        | -                  | 100,00%  |
| INATIVOS E PENSIONISTAS                                   | 1   | OBRIGATÓRIA    | 22.318.861,00        | 21.794.617,34                           | -                                   | 524.243,66         | 97,65%   |
| TOTAL   |     |                | 200.143.468,22       | 190.612.595,21                          | 6.095.529,24                        | 3.435.343,77       | 98,28%   |

|  |       |                |                |              |              |        |
|--|-------|----------------|----------------|--------------|--------------|--------|
| EXECUÇÃO DA DESPESA GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA | 1     | 143.932.520,71 | 140.239.861,46 | 534.489,74   | 3.158.169,51 | 97,81% |
|  | 3     | 43.360.528,51  | 39.998.517,67  | 3.267.236,41 | 94.774,43    | 99,78% |
|  | 4     | 12.850.419,00  | 10.374.216,08  | 2.293.803,09 | 182.399,83   | 98,58% |
|  | TOTAL | 200.143.468,22 | 190.612.595,21 | 6.095.529,24 | 3.435.343,77 | 98,28% |

|  |                |                |                |              |              |        |
|--|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|--------|
| EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA DE GASTO | OBRIGATÓRIA    | 145.361.486,00 | 141.675.969,88 | 433.743,65   | 3.251.772,47 | 97,76% |
|  | DISCRICIONÁRIA | 54.781.982,22  | 48.936.625,33  | 5.661.785,59 | 183.571,30   | 99,66% |
|  | TOTAL          | 200.143.468,22 | 190.612.595,21 | 6.095.529,24 | 3.435.343,77 | 98,28% |

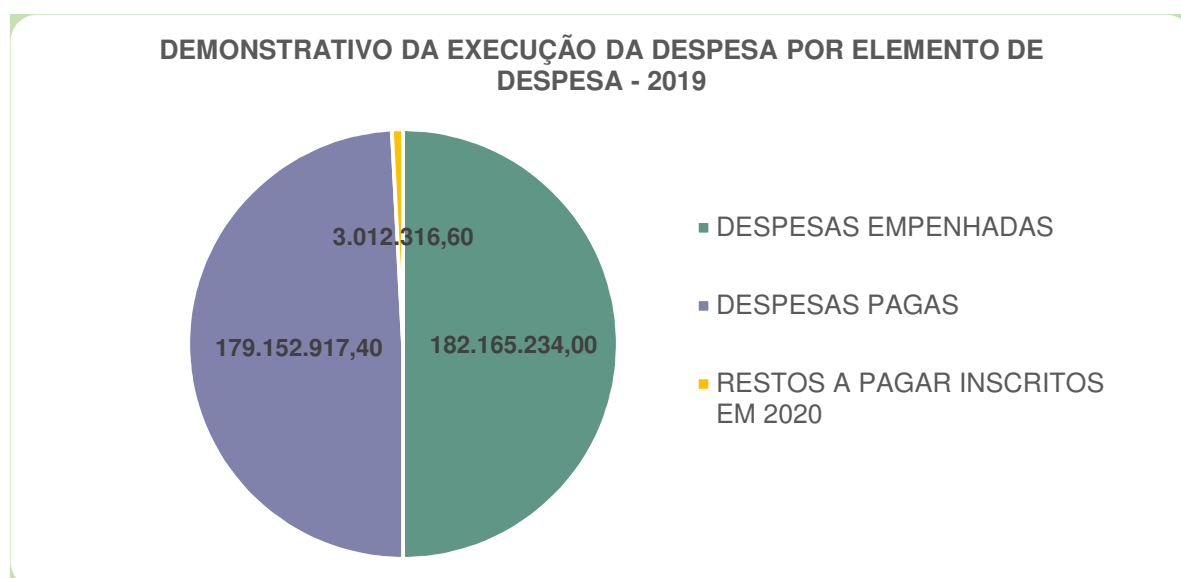
Em relação ao exercício de 2019, este Tribunal foi contemplado com a monta de R\$ 182,9 milhões, assim distribuídos: R\$ 6,4 milhões com INVESTIMENTO; R\$ 30,3 milhões com OUTRAS DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO) e R\$ 146,2 milhões com PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.

| GND                        | AUTORIZADO |
|----------------------------|------------|
| INVESTIMENTOS              | 4,6mi      |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 31,2mi     |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 148,4mi    |

Para tanto, os valores de Outras Despesas Correntes (CUSTEIO) foram distribuídos da seguinte forma:

| GND (SUBFUNÇÃO)  | AUTORIZADO    |
|--|---------------|
| ADMINISTRAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO GERAL .....                    | 133,3 milhões |
| ENCARGOS ESPECIAIS - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS ....          | 16,7 milhões  |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO ..... | 24,2 milhões  |
| SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA .....                                 | 3,7 milhões   |
| TRABALHO - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR ...          | 6,3 milhões   |

Quanto a execução orçamentária do exercício de 2019, tem-se que 98,35% (noventa e oito vírgula trinta e cinco por cento) de despesas pagas frente as despesas empenhadas, bem como 1,65% (um vírgula sessenta e cinco) de despesas Inscritas em Restos a Pagar em relação as despesas empenhadas.



Para uma melhor transparência da execução 2019, seguem detalhadas os valores praticados no referido exercício financeiro.

## DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - 2019

| AÇÃO DE GOVERNO |  | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |  | ELEMENTO DE DESPESA |  | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|-----------------|--|-------------------------------|--|---------------------|--|---------------------|----------------|----------------------------------|
| CÓD.            | DESCRIÇÃO  | CÓD.                          | DESCRIÇÃO  | CÓD.                | DESCRIÇÃO                                      |                     |                |                                  |
| 0181            | APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO  | 084554                        | APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ   | 319001              | APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR   | 18.758.173,81       | 18.758.173,81  | -                                |
| 0181            | APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO  | 084554                        | APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ   | 319003              | PENSOES DO RPPS E DO MILITAR                   | 5.350.344,20        | 5.350.344,20   | -                                |
| 09HB            | CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO FEDERAIS | 127694                        | CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O RPSPF - NO ESTADO DO PIAUÍ                    | 319113              | OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS  | 16.227.905,90       | 16.227.905,90  | -                                |
| 09HB            | CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO FEDERAIS | 127694                        | CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O RPSPF - NO ESTADO DO PIAUÍ                    | 319192              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 15.231,22           | 15.231,22      | -                                |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES                                      | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339036              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA   | 58.487,50           | 58.487,50      | -                                |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES                                      | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339039              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 2.387.899,97        | 2.383.795,63   | 4.104,34                         |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES                                      | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339092              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 76.883,57           | 76.883,57      | -                                |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES                                      | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339093              | INDENIZACOES E RESTITUICOES                    | 1.124.850,88        | 1.124.850,88   | -                                |
| 2004            | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES                                      | 084559                        | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339147              | OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS  | 27.576,08           | 27.576,08      | -                                |

| AÇÃO DE GOVERNO |   | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |  | ELEMENTO DE DESPESA |   | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|-----------------|---|-------------------------------|--|---------------------|---|---------------------|----------------|----------------------------------|
| CÓD.            | DESCRIÇÃO   | CÓD.                          | DESCRIÇÃO  | CÓD.                | DESCRIÇÃO   |                     |                |                                  |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339014              | DIARIAS - PESSOAL CIVIL                                 | 859.937,34          | 859.937,34     | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339030              | MATERIAL DE CONSUMO                                     | 510.627,44          | 450.667,15     | 59.960,29                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339033              | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO                      | 484.323,32          | 417.238,81     | 67.084,51                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339036              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA            | 1.254.388,79        | 1.146.324,75   | 108.064,04                       |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339037              | LOCACAO DE MAO-DE-OBRA                                  | 8.925.892,04        | 7.653.319,78   | 1.272.572,26                     |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339039              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA          | 4.033.744,46        | 3.412.495,41   | 621.249,05                       |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339040              | SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ | 4.160.994,70        | 3.651.695,72   | 509.298,98                       |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339047              | OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS                  | 2.378,34            | 2.378,34       | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339092              | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES                       | 240.925,55          | 240.925,55     | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339093              | INDENIZACOES E RESTITUICOES                             | 220.224,56          | 197.069,42     | 23.155,14                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339139              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)  | 100.000,00          | 79.923,76      | 20.076,24                        |

| AÇÃO DE GOVERNO |   | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |   | ELEMENTO DE DESPESA |   | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|-----------------|---|-------------------------------|---|---------------------|---|---------------------|----------------|----------------------------------|
| CÓD.            | DESCRIÇÃO   | CÓD.                          | DESCRIÇÃO   | CÓD.                | DESCRIÇÃO   |                     |                |                                  |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 339147              | OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. OP. INTRA-ORÇAMENTARIAS       | 7.156,46            | 7.156,46       | 0,00                             |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 449040              | SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ | 1.893.839,00        | 1.884.239,00   | 9.600,00                         |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084561                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - NO ESTADO DO PIAUÍ                                    | 449052              | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE                      | 2.652.247,77        | 2.451.170,39   | 201.077,38                       |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339014              | DIARIAS - PESSOAL CIVIL                                 | 137.100,85          | 137.100,85     | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339033              | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO                      | 48.869,83           | 48.869,83      | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339036              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA            | 19.440,00           | 19.440,00      | -                                |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339039              | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA          | 231.636,30          | 176.513,08     | 55.123,22                        |
| 20GP            | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL | 084562                        | JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL - CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - NO ESTADO DO PIAUÍ | 339093              | INDENIZACOES E RESTITUICOES                             | 17.226,44           | 16.913,90      | 312,54                           |
| 20TP            | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO   | 084553                        | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319007              | CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA            | 366.619,35          | 366.619,35     | -                                |
| 20TP            | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO   | 084553                        | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ  | 319011              | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL           | 104.064.575,27      | 104.063.713,10 | 862,17                           |

# RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2020

| AÇÃO DE GOVERNO          |  | PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO |   | ELEMENTO DE DESPESA |  | DESPESAS EMPENHADAS   | DESPESAS PAGAS        | RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2020 |
|--------------------------|--|-------------------------------|---|---------------------|--|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|
| CÓD.                     | DESCRIÇÃO  | CÓD.                          | DESCRIÇÃO   | CÓD.                | DESCRIÇÃO                                      |                       |                       |                                  |
| 20TP                     | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO  | 084553                        | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ                | 319016              | OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL      | 1.025.202,16          | 1.025.202,16          | -                                |
| 20TP                     | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO  | 084553                        | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ                | 319092              | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES              | 140.221,60            | 99.871,85             | 40.349,75                        |
| 20TP                     | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO  | 084553                        | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ                | 319113              | OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 306.904,18            | 306.904,18            | -                                |
| 212B                     | BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES | 137469                        | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES     | 339008              | OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR | 831.751,20            | 831.751,20            | 0,00                             |
| 212B                     | BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES | 137470                        | AUXILIO-TRANSPORTE DE CIVIS                               | 339049              | AUXILIO-TRANSPORTE                             | 34.650,99             | 34.650,99             | -                                |
| 212B                     | BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES | 137471                        | AUXILIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS                              | 339046              | AUXILIO-ALIMENTAÇÃO                            | 5.293.739,40          | 5.293.739,40          | -                                |
| 212B                     | BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES | 137472                        | AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS                     | 339008              | OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR | 17.329,25             | 17.329,25             | -                                |
| 212B                     | BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES | 137472                        | AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS                     | 339092              | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES              | 1.250,57              | 1.250,57              | -                                |
| 4269                     | PLEITOS ELEITORAIS   | 084799                        | ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO | 339039              | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 174.722,97            | 155.296,28            | 19.426,69                        |
| 4269                     | PLEITOS ELEITORAIS   | 084801                        | ELEIÇÕES SUPLEMENTARES                                    | 339014              | DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL                        | 6.892,48              | 6.892,48              | -                                |
| 4269                     | PLEITOS ELEITORAIS   | 084801                        | ELEIÇÕES SUPLEMENTARES                                    | 339030              | MATERIAL DE CONSUMO                            | 1.509,20              | 1.509,20              | -                                |
| 4269                     | PLEITOS ELEITORAIS   | 084801                        | ELEIÇÕES SUPLEMENTARES                                    | 339036              | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA   | 5.005,00              | 5.005,00              | -                                |
| 4269                     | PLEITOS ELEITORAIS   | 084801                        | ELEIÇÕES SUPLEMENTARES                                    | 339048              | OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA    | 5.520,00              | 5.520,00              | -                                |
| 4269                     | PLEITOS ELEITORAIS   | 107670                        | PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS                    | 319092              | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES              | 4.457,17              | 4.457,17              | -                                |
| 4269                     | PLEITOS ELEITORAIS   | 149154                        | ELEIÇÕES SUPLEMENTARES                                    | 319016              | OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL      | 56.576,89             | 56.576,89             | -                                |
| Fonte: Tesouro Gerencial |  |                               |   |                     | <b>TOTAL</b>                                   | <b>182.165.234,00</b> | <b>179.152.917,40</b> | <b>3.012.316,60</b>              |

## DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - 2019

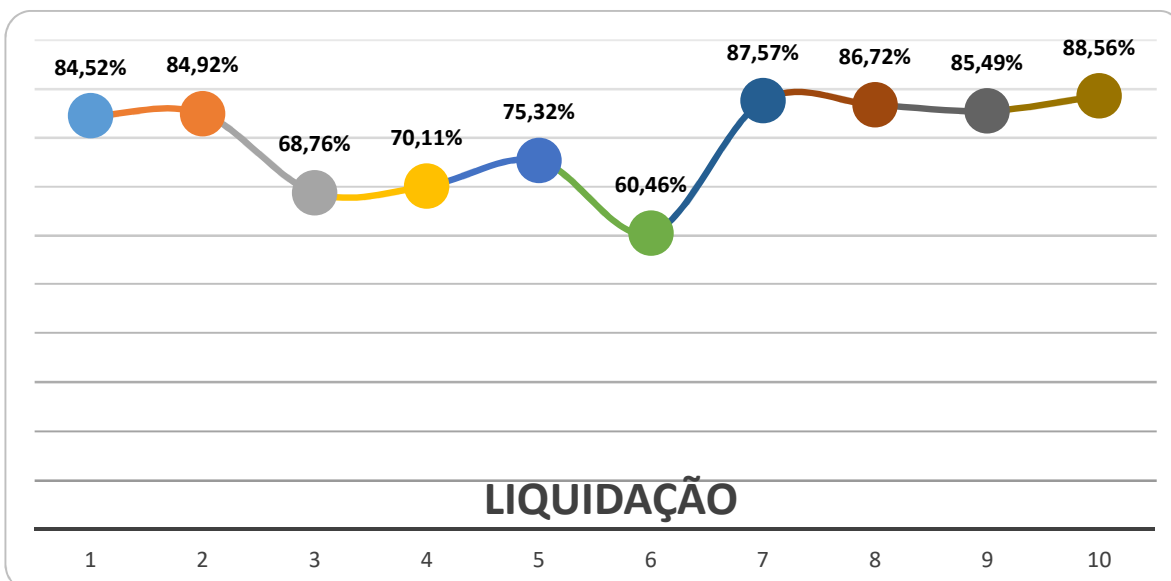
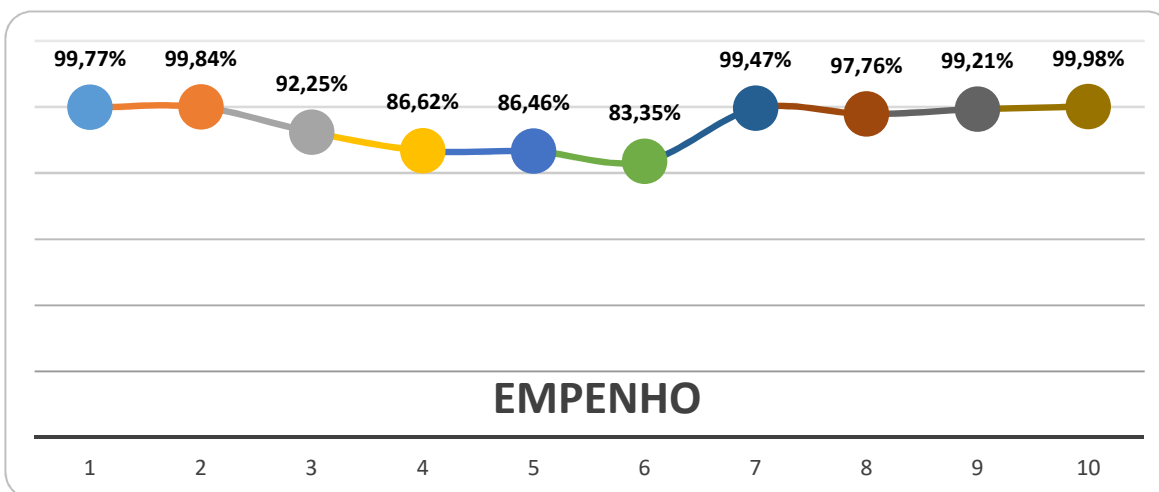
| AÇÃO   | GND | CATEGORIA      | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  | TOTAL DA DESPESA LIQUIDADADA NO EXERCÍCIO | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR EM 2020 | SOBRA ORÇAMENTÁRIA  | % DA DESPESA EXECUTADA S/ O ORÇAMENTO AUTORIZADO |
|--|-----|----------------|-----------------------|---|-------------------------------------|---------------------|--|
| PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO                   | 1   | OBRIGATÓRIA    | 107.510.900,00        | 105.862.310,64                            | 41.211,92                           | 1.607.377,44        | 98,50%   |
| JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA | 3   | DISCRICIONÁRIA | 20.800.593,00         | 18.119.132,49                             | 2.681.460,51                        | -                   | 100,00%  |
|  | 4   | DISCRICIONÁRIA | 4.552.423,00          | 4.335.409,39                              | 210.677,38                          | 6.336,23            | 99,86%   |
| OBRIGAÇÃO PATRONAL                           | 1   | OBRIGATÓRIA    | 16.660.096,00         | 16.243.137,12                             | -                                   | 416.958,88          | 97,50%   |
| CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS             | 3   | DISCRICIONÁRIA | 454.273,42            | 398.837,66                                | 55.435,76                           | -                   | 100,00%  |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO                          | 3   | OBRIGATÓRIA    | 5.340.646,00          | 5.293.739,40                              | -                                   | 46.906,60           | 99,12%   |
| AUXÍLIO TRANSPORTE                           | 3   | OBRIGATÓRIA    | 34.651,00             | 34.650,99                                 | -                                   | 0,01                | 100,00%  |
| AUXÍLIO ESCOLAR PRÉ-                         | 3   | OBRIGATÓRIA    | 855.502,00            | 831.751,20                                | -                                   | 23.750,80           | 97,22%   |
| ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA            | 3   | OBRIGATÓRIA    | 3.675.698,00          | 3.671.593,66                              | 4.104,34                            | -                   | 100,00%  |
| AUXÍLIOS NATILIDADE E FUNERAL                | 3   | OBRIGATÓRIA    | 52.034,00             | 18.579,82                                 | -                                   | 33.454,18           | 35,71%   |
| PLEITOS ELEITORAIS                           | 1   | DISCRICIONÁRIA | 148.882,99            | 61.034,06                                 | -                                   | 87.848,93           | 40,99%   |
|  | 3   | DISCRICIONÁRIA | 275.520,00            | 174.222,96                                | 19.426,69                           | 81.870,35           | 70,29%   |
| INATIVOS PENSIONISTAS E                      | 1   | OBRIGATÓRIA    | 24.199.008,00         | 24.108.518,01                             | -                                   | 90.489,99           | 99,63%   |
|  |     | <b>TOTAL</b>   | <b>184.560.227,41</b> | <b>179.152.917,40</b>                     | <b>3.012.316,60</b>                 | <b>2.394.993,41</b> | <b>98,70%</b>                                    |

|  |                |                       |                       |                     |                     |               |
|--|----------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| EXECUÇÃO DA DESPESA GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA | 1              | 148.518.886,99        | 146.274.999,83        | 41.211,92           | 2.202.675,24        | 98,52%        |
|  | 3              | 31.488.917,42         | 28.542.508,18         | 2.760.427,30        | 185.981,94          | 99,41%        |
|  | 4              | 4.552.423,00          | 4.335.409,39          | 210.677,38          | 6.336,23            | 99,86%        |
|  | <b>TOTAL</b>   | <b>184.560.227,41</b> | <b>179.152.917,40</b> | <b>3.012.316,60</b> | <b>2.394.993,41</b> | <b>98,70%</b> |
| EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA DE GASTO       | OBRIGATÓRIA    | 158.328.535,00        | 156.064.280,84        | 45.316,26           | 2.218.937,90        | 98,60%        |
|  | DISCRICIONÁRIA | 26.231.692,41         | 23.088.636,56         | 2.967.000,34        | 176.055,51          | 99,33%        |
|  | <b>TOTAL</b>   | <b>184.560.227,41</b> | <b>179.152.917,40</b> | <b>3.012.316,60</b> | <b>2.394.993,41</b> | <b>98,70%</b> |

Por fim, compulsando o Ranking Histórico da Execução Orçamentária e Financeira do TRE-PI, constata-se que o exercício de 2019 foi o ano de melhor resultado ao longo dos últimos 10 anos, tendo atingido o valor percentual de 99,98% (noventa e nove vírgula noventa e oito por cento) de efetivação de EMPENHO e 88,56% (oitenta e oito vírgula cinquenta e seis por cento) em LIQUIDAÇÃO, nos termos da tabela e gráficos abaixo.

## RANKING HISTÓRICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

| ANO         | EMPENHO       | LIQUIDAÇÃO    |
|-------------|---------------|---------------|
| 2010        | 99,77%        | 84,52%        |
| 2011        | 99,84%        | 84,92%        |
| 2012        | 92,25%        | 68,76%        |
| 2013        | 86,62%        | 70,11%        |
| 2014        | 86,46%        | 75,32%        |
| 2015        | 83,35%        | 60,46%        |
| 2016        | 99,47%        | 87,57%        |
| 2017        | 97,76%        | 86,72%        |
| <b>2018</b> | <b>99,21%</b> | <b>85,49%</b> |
| <b>2019</b> | <b>99,98%</b> | <b>88,56%</b> |

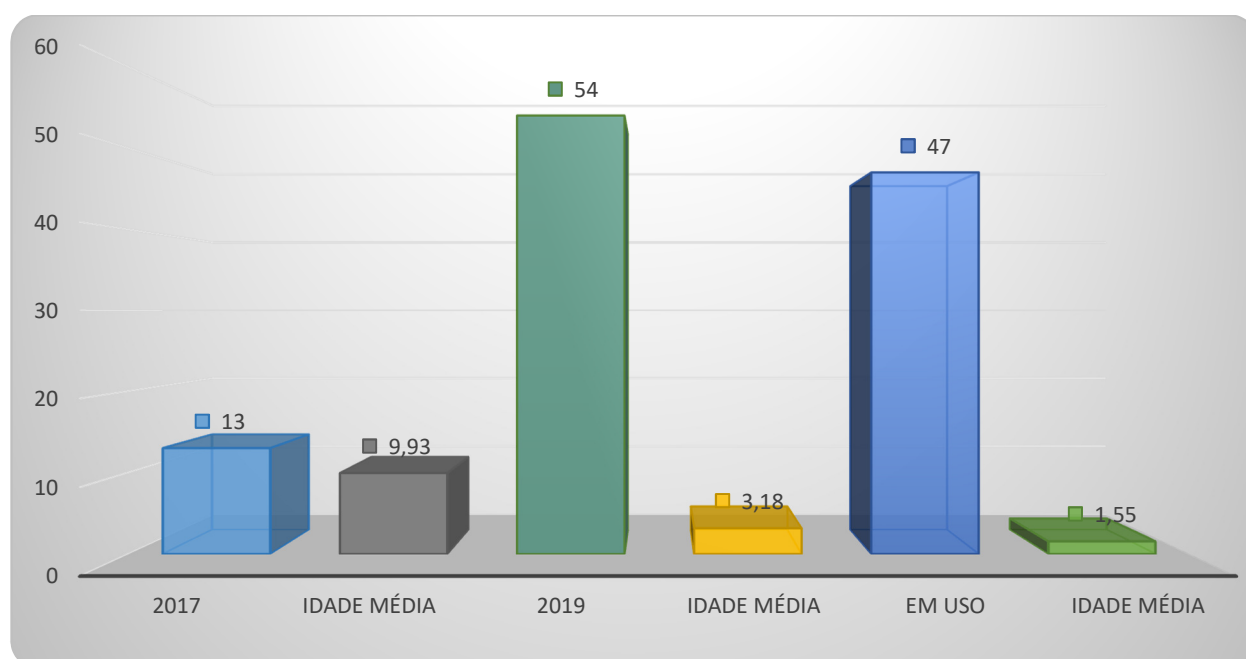


**DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

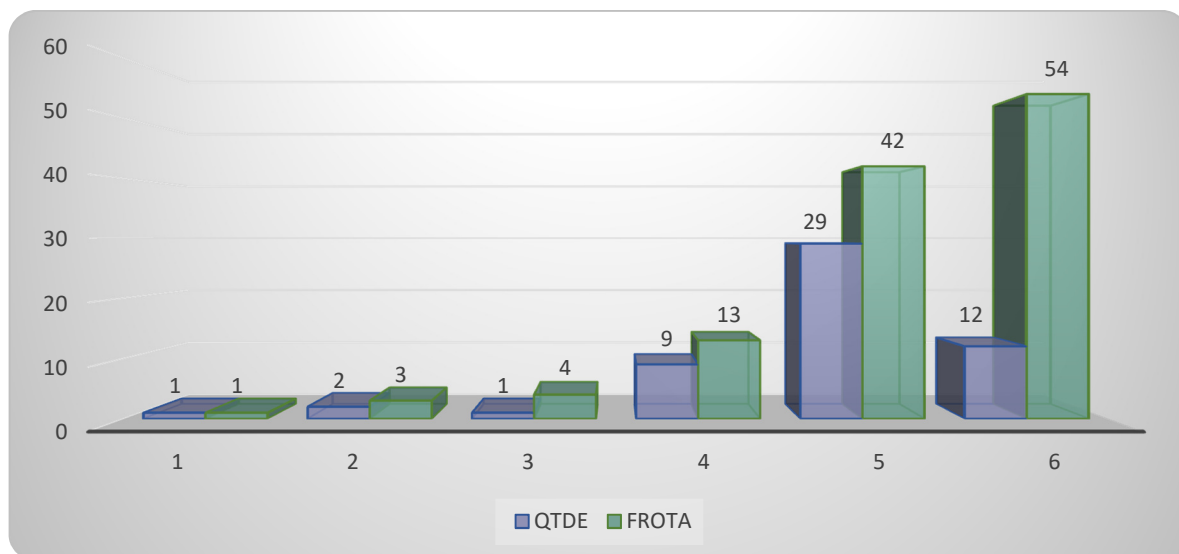
Com relação das despesas administrativas, destaca-se que no exercício de 2018 este Tribunal Regional Eleitoral do Piauí contava com 13 (treze) veículos, com a idade média de 9,93 anos, chegando aos dias atuais com uma frota de 54 (cinquenta e quatro) veículos ea idade média de 3,18 anos, sendo que desses últimos, apenas 47 (quarenta e sete) veículos encontra-se em uso, com a idade média de 1,55 anos.

**DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE VEÍCULOS**

| 2017 | IDADE MÉDIA | 2019 | IDADE MÉDIA | EM USO | IDADE MÉDIA |
|------|-------------|------|-------------|--------|-------------|
| 13   | 9,93        | 54   | 3,18        | 47     | 1,55        |

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE VEÍCULOS**

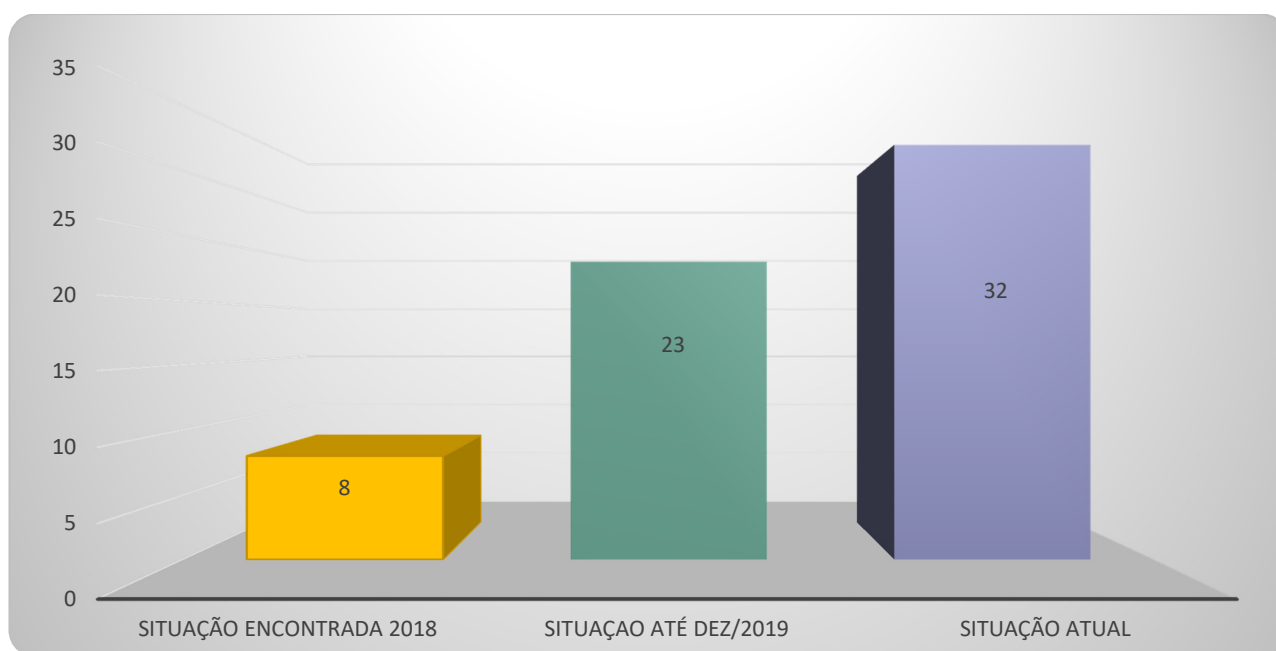
| ANO              | 2002 | 2003 | 2007 | 2011 | 2018 | 2019 |
|------------------|------|------|------|------|------|------|
| <b>AQUISIÇÃO</b> | 1    | 2    | 1    | 9    | 29   | 12   |
| <b>FROTA</b>     | 1    | 3    | 4    | 13   | 42   | 54   |



Outra despesa que merece destaque é de Instalação de CFTV para segurança dos imóveis e patrimônios deste Tribunal, sendo que no exercício de 2018 este Regional contava com 8 (oito) unidade com os serviços de vigilância monitorada, chegando a data atual a 32 (trinta e dois) locais, conforme da tabela abaixo.

#### DEMONSTRATIVO DE INSTALAÇÃO DE CFTV

| SITUAÇÃO ENCONTRADA 2018 | SITUAÇÃO ATÉ DEZ/2019 | SITUAÇÃO ATUAL |
|--------------------------|-----------------------|----------------|
| 8                        | 23                    | 32             |
| -                        | 287,50%               | 400%           |



# XI - ESTATÍSTICA PROCESSUAL DE 1º E 2º GRAUS

Conforme informações extraídas do relatório de prestação jurisdicional deste Regional e do relatório das metas nacionais, no ano de 2019, foram distribuídos 290 processos judiciais no âmbito de 2º Grau e 2.779 processos em 1º Grau.

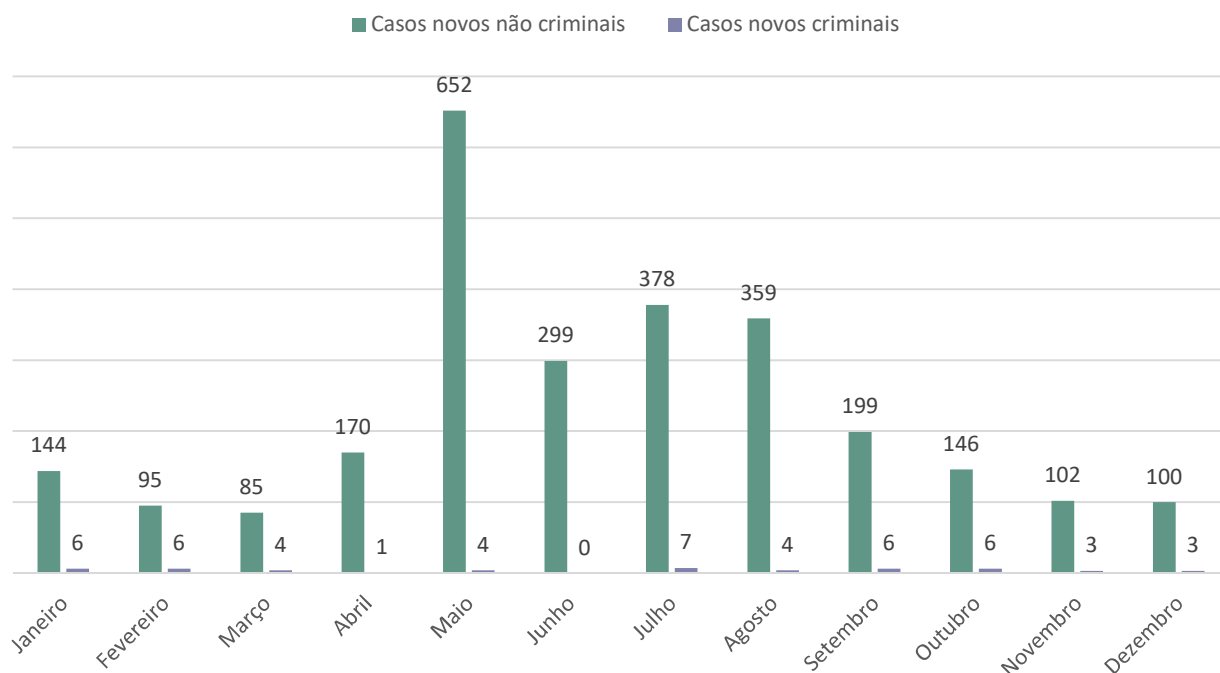
Este Regional possuiu 7 órgãos julgadores ativos no âmbito de 2º Grau em 2019. Segue abaixo a tabela de distribuição e decisões dos processos segundo as serventias.

**Tabela I – distribuição e decisões de 2019 – 2º Grau**

| Órgão julgador              | Distribuídos | Decisões colegiadas | Decisões monocráticas |
|-----------------------------|--------------|---------------------|-----------------------|
| Relatoria Juiz Federal      | 30           | 72                  | 30                    |
| Relatoria Juiz de Direito 1 | 33           | 34                  | 16                    |
| Relatoria Juiz de Direito 2 | 39           | 79                  | 28                    |
| Relatoria Jurista 1         | 45           | 57                  | 35                    |
| Relatoria Jurista 2         | 43           | 67                  | 42                    |
| Relatoria Presidência       | 49           | 36                  | 3                     |
| Relatoria Vice-Presidência  | 51           | 70                  | 50                    |
| Total                       | 290          | 415                 | 204                   |

Fonte: Relatório de prestação jurisdicional do TRE-PI

No que se refere ao 1º Grau, do total de autuados, 50 processos são de competência criminal. Da mesma forma, segue abaixo série histórica das distribuições de processos em 2019 no âmbito de 1º Grau.

**Gráfico II – Casos novos de 1º Grau – ano de 2019**

Fonte: Relatório de Metas Nacionais do TRE-PI – Knowage

Segue abaixo tabela contendo os processos novos por Zona Eleitoral, ordenados por casos novos não criminais.

**Tabela II – Casos novos por órgão julgador – 2019 – 1º Grau**

| ORGAO JULGADOR | SEDE                | Casos novos não criminais | Casos novos criminais |
|----------------|---------------------|---------------------------|-----------------------|
| 49ª ZE         | PORTO               | 196                       | 0                     |
| 37ª ZE         | SIMPLICIO MENDES    | 129                       | 0                     |
| 69ª ZE         | SAO JOAO DO PIAUI   | 99                        | 1                     |
| 95ª ZE         | SAO RAIMUNDO NONATO | 89                        | 0                     |
| 85ª ZE         | JOAQUIM PIRES       | 76                        | 0                     |
| 52ª ZE         | AGUA BRANCA         | 71                        | 0                     |
| 5ª ZE          | OEIRAS              | 68                        | 3                     |
| 6ª ZE          | BARRAS              | 68                        | 2                     |
| 18ª ZE         | VALENÇA DO PIAUI    | 63                        | 0                     |
| 80ª ZE         | MATIAS OLIMPIO      | 60                        | 0                     |
| 34ª ZE         | CASTELO DO PIAUI    | 52                        | 0                     |
| 47ª ZE         | ALTOS               | 52                        | 3                     |
| 62ª ZE         | PICOS               | 52                        | 1                     |
| 77ª ZE         | ARRAIAL             | 51                        | 0                     |
| 67ª ZE         | MANOEL EMIDIO       | 49                        | 0                     |

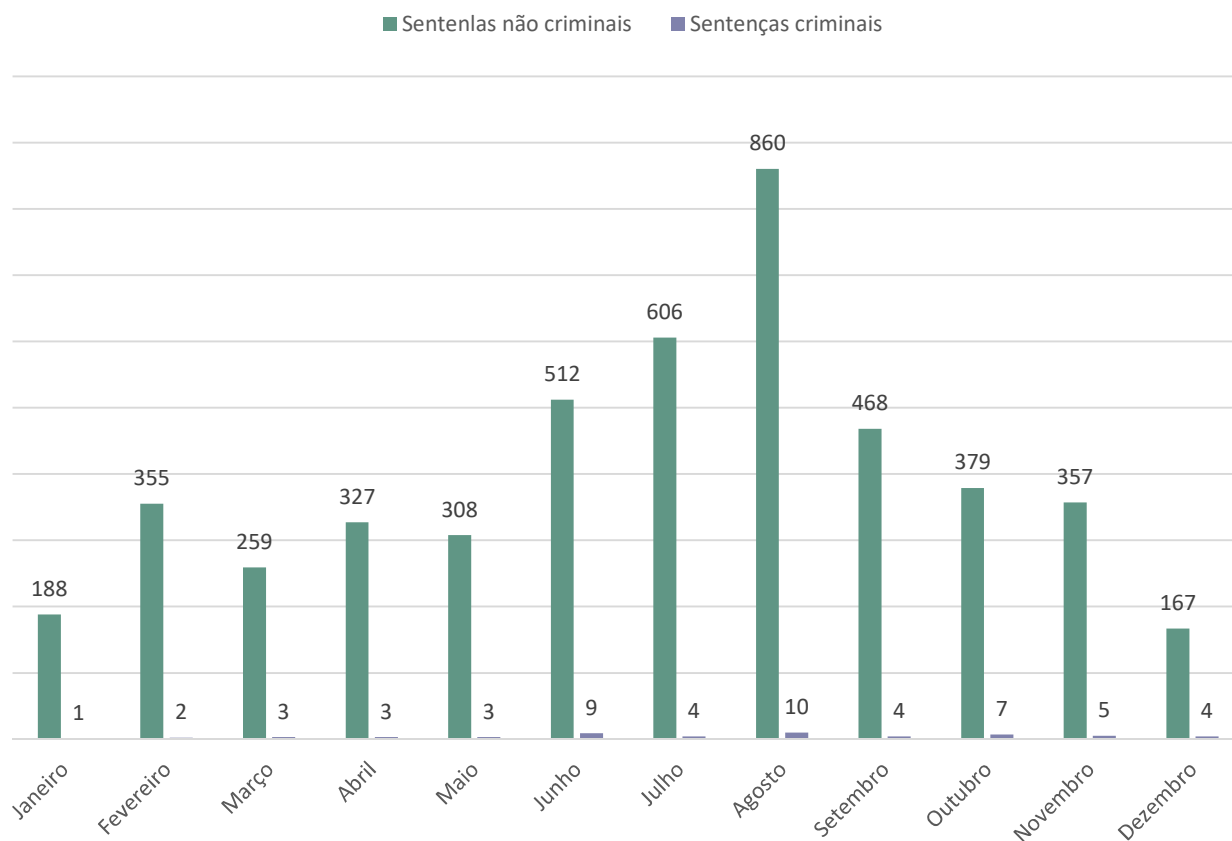
| ORGAO JULGADOR | SEDE                | Casos novos não criminais | Casos novos criminais |
|----------------|---------------------|---------------------------|-----------------------|
| 72ª ZE         | ITAUEIRA            | 48                        | 0                     |
| 19ª ZE         | JAICOS              | 46                        | 0                     |
| 58ª ZE         | MONSENHOR GIL       | 46                        | 1                     |
| 9ª ZE          | FLORIANO            | 45                        | 0                     |
| 31ª ZE         | PALMEIRAIS          | 44                        | 0                     |
| 13ª ZE         | SAO RAIMUNDO NONATO | 42                        | 0                     |
| 10ª ZE         | PICOS               | 41                        | 1                     |
| 36ª ZE         | CANTO DO BURITI     | 41                        | 5                     |
| 54ª ZE         | DEMERVAL LOBAO      | 40                        | 0                     |
| 32ª ZE         | ALTOS               | 39                        | 0                     |
| 20ª ZE         | SAO JOAO DO PIAUI   | 38                        | 0                     |
| 68ª ZE         | PADRE MARCOS        | 38                        | 0                     |
| 79ª ZE         | CARACOL             | 38                        | 1                     |
| 30ª ZE         | SAO PEDRO DO PIAUI  | 37                        | 0                     |
| 64ª ZE         | INHUMA              | 37                        | 0                     |
| 94ª ZE         | OEIRAS              | 36                        | 2                     |
| 48ª ZE         | ELESBAO VELOSO      | 35                        | 0                     |
| 27ª ZE         | LUZILANDIA          | 34                        | 0                     |
| 81ª ZE         | CAMPINAS DO PIAUI   | 34                        | 0                     |
| 74ª ZE         | BARRO DURO          | 33                        | 4                     |
| 8ª ZE          | AMARANTE            | 32                        | 0                     |
| 56ª ZE         | SIMÕES              | 32                        | 0                     |
| 14ª ZE         | URUCUI              | 30                        | 0                     |
| 71ª ZE         | CAPITAO DE CAMPOS   | 30                        | 0                     |
| 17ª ZE         | MIGUEL ALVES        | 29                        | 0                     |
| 53ª ZE         | COCAL               | 29                        | 0                     |
| 16ª ZE         | UNIAO               | 28                        | 0                     |
| 21ª ZE         | PIRACURUCA          | 25                        | 0                     |
| 29ª ZE         | PIO IX              | 25                        | 0                     |
| 57ª ZE         | ITAINOPOLIS         | 25                        | 0                     |
| 91ª ZE         | LUIS CORREIA        | 25                        | 1                     |
| 7ª ZE          | CAMPO MAIOR         | 24                        | 0                     |
| 25ª ZE         | JERUMENHA           | 24                        | 0                     |
| 40ª ZE         | FRONTEIRAS          | 24                        | 2                     |
| 97ª ZE         | TERESINA            | 24                        | 1                     |
| 89ª ZE         | VALENÇA DO PIAUI    | 22                        | 0                     |
| 28ª ZE         | PICOS               | 21                        | 2                     |
| 61ª ZE         | FLORIANO            | 21                        | 0                     |

| ORGAO JULGADOR | SEDE                 | Casos novos não criminais | Casos novos criminais |
|----------------|----------------------|---------------------------|-----------------------|
| 3ª ZE          | PARNAIBA             | 19                        | 0                     |
| 38ª ZE         | PAULISTANA           | 19                        | 2                     |
| 41ª ZE         | ESPERANTINA          | 19                        | 0                     |
| 22ª ZE         | CORRENTE             | 18                        | 0                     |
| 46ª ZE         | GUADALUPE            | 18                        | 0                     |
| 83ª ZE         | PAES LANDIM          | 18                        | 0                     |
| 4ª ZE          | PARNAIBA             | 13                        | 0                     |
| 39ª ZE         | SAO MIGUEL DO TAPUIO | 13                        | 0                     |
| 96ª ZE         | CAMPO MAIOR          | 13                        | 4                     |
| 12ª ZE         | PEDRO II             | 12                        | 0                     |
| 15ª ZE         | BOM JESUS            | 12                        | 0                     |
| 24ª ZE         | JOSE DE FREITAS      | 12                        | 1                     |
| 26ª ZE         | PARNAGUA             | 12                        | 0                     |
| 33ª ZE         | BURITI DOS LOPES     | 12                        | 4                     |
| 11ª ZE         | PIRIPIRI             | 11                        | 0                     |
| 43ª ZE         | REGENERAÇÃO          | 11                        | 0                     |
| 90ª ZE         | SIMPLICIO MENDES     | 11                        | 0                     |
| 35ª ZE         | GILBUES              | 9                         | 2                     |
| 2ª ZE          | TERESINA             | 8                         | 0                     |
| 84ª ZE         | ANGICAL DO PIAUI     | 8                         | 1                     |
| 88ª ZE         | AVELINO LOPES        | 8                         | 0                     |
| 59ª ZE         | CRISTINO CASTRO      | 5                         | 4                     |
| 45ª ZE         | BATALHA              | 4                         | 0                     |
| 92ª ZE         | AROAZES              | 4                         | 0                     |
| 1ª ZE          | TERESINA             | 2                         | 0                     |
| 44ª ZE         | RIBEIRO GONÇALVES    | 1                         | 0                     |
| 42ª ZE         | INATIVA              | 0                         | 0                     |
| 51ª ZE         | INATIVA              | 0                         | 0                     |
| 55ª ZE         | INATIVA              | 0                         | 0                     |
| 60ª ZE         | INATIVA              | 0                         | 0                     |
| 65ª ZE         | INATIVA              | 0                         | 0                     |
| 93ª ZE         | INATIVA              | 0                         | 0                     |
| 98ª ZE         | TERESINA             | 0                         | 2                     |
| <b>TOTAL</b>   |                      | <b>2729</b>               | <b>50</b>             |

Fonte: Relatório de Metas Nacionais do TRE-PI – Knowage

Conforme informações extraídas do relatório de metas nacionais deste Regional, em 2019, foram proferidas 4.841 sentenças em 1º Grau. Sendo que 55 sentenças são criminais e 4.786 sentenças não criminais, conforme gráfico e tabela abaixo.

Gráfico IV – Sentenças de 1º Grau – ano de 2019



Fonte: Relatório de Metas Nacionais do TRE-PI – Knowage

Tabela IV – Sentenças de 1º Grau – ano de 2019

| ZE     | SEDE                | Sentenças não criminas | Sentenças criminais |
|--------|---------------------|------------------------|---------------------|
| 95ª ZE | SAO RAIMUNDO NONATO | 273                    | 0                   |
| 69ª ZE | SAO JOAO DO PIAUI   | 189                    | 0                   |
| 52ª ZE | AGUA BRANCA         | 174                    | 3                   |
| 49ª ZE | PORTO               | 173                    | 0                   |
| 68ª ZE | PADRE MARCOS        | 161                    | 0                   |
| 58ª ZE | MONSENHOR GIL       | 151                    | 1                   |
| 74ª ZE | BARRO DURO          | 151                    | 5                   |
| 10ª ZE | PICOS               | 121                    | 0                   |
| 5ª ZE  | OEIRAS              | 117                    | 1                   |
| 67ª ZE | MANOEL EMIDIO       | 117                    | 2                   |
| 16ª ZE | UNIAO               | 114                    | 1                   |
| 37ª ZE | SIMPLICIO MENDES    | 110                    | 0                   |
| 34ª ZE | CASTELO DO PIAUI    | 99                     | 0                   |
| 47ª ZE | ALTOS               | 91                     | 0                   |
| 48ª ZE | ELESBAO VELOSO      | 91                     | 0                   |
| 79ª ZE | CARACOL             | 89                     | 0                   |
| 2ª ZE  | TERESINA            | 87                     | 0                   |
| 9ª ZE  | FLORIANO            | 84                     | 0                   |
| 62ª ZE | PICOS               | 81                     | 1                   |
| 94ª ZE | OEIRAS              | 78                     | 9                   |
| 90ª ZE | SIMPLICIO MENDES    | 75                     | 0                   |
| 33ª ZE | BURITI DOS LOPES    | 73                     | 0                   |
| 77ª ZE | ARRAIAL             | 72                     | 0                   |
| 91ª ZE | LUIS CORREIA        | 72                     | 2                   |
| 18ª ZE | VALENÇA DO PIAUI    | 70                     | 1                   |
| 32ª ZE | ALTOS               | 65                     | 0                   |
| 6ª ZE  | BARRAS              | 64                     | 0                   |
| 36ª ZE | CANTO DO BURITI     | 64                     | 0                   |
| 80ª ZE | MATIAS OLIMPIO      | 62                     | 0                   |
| 53ª ZE | COCAL               | 60                     | 0                   |
| 19ª ZE | JAICOS              | 59                     | 0                   |
| 30ª ZE | SAO PEDRO DO PIAUI  | 57                     | 0                   |
| 14ª ZE | URUCUI              | 56                     | 1                   |
| 85ª ZE | JOAQUIM PIRES       | 56                     | 0                   |
| 81ª ZE | CAMPINAS DO PIAUI   | 55                     | 0                   |
| 20ª ZE | SAO JOAO DO PIAUI   | 52                     | 0                   |
| 11ª ZE | PIRIPIRI            | 51                     | 1                   |
| 35ª ZE | GILBUES             | 50                     | 0                   |
| 31ª ZE | PALMEIRAIS          | 48                     | 0                   |
| 41ª ZE | ESPERANTINA         | 48                     | 1                   |
| 64ª ZE | INHUMA              | 48                     | 0                   |
| 27ª ZE | LUZILANDIA          | 47                     | 2                   |
| 17ª ZE | MIGUEL ALVES        | 46                     | 2                   |
| 3ª ZE  | PARNAIBA            | 44                     | 0                   |

| ZE           | SEDE                 | Sentenças não criminas | Sentenças criminais |
|--------------|----------------------|------------------------|---------------------|
| 7ª ZE        | CAMPO MAIOR          | 43                     | 0                   |
| 28ª ZE       | PICOS                | 43                     | 3                   |
| 72ª ZE       | ITAUEIRA             | 43                     | 0                   |
| 13ª ZE       | SAO RAIMUNDO NONATO  | 41                     | 1                   |
| 40ª ZE       | FRONTEIRAS           | 41                     | 5                   |
| 57ª ZE       | ITAINOPOLIS          | 40                     | 1                   |
| 71ª ZE       | CAPITAO DE CAMPOS    | 40                     | 0                   |
| 44ª ZE       | RIBEIRO GONÇALVES    | 38                     | 0                   |
| 8ª ZE        | AMARANTE             | 37                     | 0                   |
| 54ª ZE       | DEMERVAL LOBAO       | 36                     | 1                   |
| 21ª ZE       | PIRACURUCA           | 35                     | 0                   |
| 89ª ZE       | VALENÇA DO PIAUI     | 33                     | 0                   |
| 12ª ZE       | PEDRO II             | 32                     | 0                   |
| 96ª ZE       | CAMPO MAIOR          | 31                     | 5                   |
| 15ª ZE       | BOM JESUS            | 30                     | 0                   |
| 56ª ZE       | SIMÕES               | 28                     | 0                   |
| 83ª ZE       | PAES LANDIM          | 27                     | 2                   |
| 26ª ZE       | PARNAGUA             | 26                     | 0                   |
| 97ª ZE       | TERESINA             | 26                     | 2                   |
| 25ª ZE       | JERUMENHA            | 24                     | 0                   |
| 22ª ZE       | CORRENTE             | 22                     | 0                   |
| 38ª ZE       | PAULISTANA           | 21                     | 0                   |
| 39ª ZE       | SAO MIGUEL DO TAPUIO | 15                     | 0                   |
| 43ª ZE       | REGENERAÇÃO          | 11                     | 0                   |
| 46ª ZE       | GUADALUPE            | 11                     | 0                   |
| 59ª ZE       | CRISTINO CASTRO      | 11                     | 0                   |
| 84ª ZE       | ANGICAL DO PIAUI     | 11                     | 0                   |
| 92ª ZE       | AROAZES              | 11                     | 0                   |
| 61ª ZE       | FLORIANO             | 9                      | 0                   |
| 24ª ZE       | JOSE DE FREITAS      | 8                      | 1                   |
| 1ª ZE        | TERESINA             | 6                      | 1                   |
| 4ª ZE        | PARNAIBA             | 6                      | 0                   |
| 45ª ZE       | BATALHA              | 4                      | 0                   |
| 98ª ZE       | TERESINA             | 1                      | 0                   |
| 29ª ZE       | PIO IX               | 0                      | 0                   |
| 42ª ZE       | INATIVA              | 0                      | 0                   |
| 51ª ZE       | INATIVA              | 0                      | 0                   |
| 55ª ZE       | INATIVA              | 0                      | 0                   |
| 60ª ZE       | INATIVA              | 0                      | 0                   |
| 65ª ZE       | INATIVA              | 0                      | 0                   |
| 88ª ZE       | AVELINO LOPES        | 0                      | 0                   |
| 93ª ZE       | INATIVA              | 0                      | 0                   |
| <b>TOTAL</b> |                      | <b>4786</b>            | <b>55</b>           |

Fonte: Relatório de Metas Nacionais do TRE-PI – Knowage

Conforme relatório de estoque processual extraído do sistema de informações Knowage do TRE-PI, em 07 de fevereiro de 2020, o acervo processual de 1º Grau é de 3.867 processos; e de 2º Grau é de 308 processos, conforme tabelas abaixo.

**Tabela V – Estoque Processual de 1º Grau – Fevereiro de 2020**

| CLASSE  | QUANTIDADE  |
|---|-------------|
| PRESTAÇÃO DE CONTAS - PC                                  | 2069        |
| AÇÃO PENAL - AP   | 259         |
| REPRESENTAÇÃO - RP  | 256         |
| PETIÇÃO - PET   | 173         |
| CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL - CIE                 | 158         |
| CARTAS - CART   | 103         |
| COMPOSIÇÃO DE MESA RECEPTORA - CMR                        | 82          |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO - PA                              | 81          |
| NOTÍCIA-CRIME - NC  | 81          |
| CORREIÇÃO EM PRIMEIRO GRAU - CPG                          | 72          |
| INQUÉRITO - INQ   | 68          |
| EXECUÇÃO FISCAL - EF                                      | 56          |
| AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AIJE            | 52          |
| REGISTRO DE CANDIDATURA - RCAND                           | 47          |
| RECURSO/IMPUGNAÇÃO DE ALISTAMENTO ELEITORAL - RIAE        | 25          |
| DUPLICIDADE/PLURALIDADE DE INSCRIÇÃO (COINCIDÊNCIA) - DPI | 19          |
| AÇÃO CAUTELAR - AC  | 16          |
| AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO - AIME              | 14          |
| DENÚNCIA - 15C  | 8           |
| IMPUGNAÇÃO PERANTE AS JUNTAS ELEITORAIS - IPJE            | 7           |
| FILIAÇÃO PARTIDÁRIA - FP                                  | 7           |
| DESCARTE DE MATERIAL - DM                                 | 6           |
| EMBARGOS À EXECUÇÃO - EE                                  | 5           |
| EXCEÇÃO - EXC   | 4           |
| REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DO ELEITOR - RSE                | 3           |
| INFRAÇÃO ELEITORAL - 16C                                  | 3           |
| DIREITOS POLÍTICOS - DP                                   | 3           |
| CARTA PRECATÓRIA - 8C                                     | 2           |
| APURAÇÃO DE ELEIÇÃO - AE                                  | 2           |
| INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - 13C                               | 1           |
| HABEAS CORPUS - HC  | 1           |
| EXECUÇÃO PENAL - EP                                       | 1           |
| AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - 21C             | 1           |
| SINDICÂNCIA - SIND  | 1           |
| AÇÃO CAUTELAR INOMINADA - 19C                             | 1           |
| <b>TOTAL</b>  | <b>3687</b> |

Fonte: Relatório de Estoque Processual do TRE-PI – Knowage

**Tabela VI – Estoque Processual de 2º Grau – Fevereiro de 2020**

| CLASSE                                  | QUANTIDADE |
|---|------------|
| PRESTAÇÃO DE CONTAS                     | 144        |
| RECURSO ELEITORAL                       | 53         |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO                 | 52         |
| REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ELEITOR    | 16         |
| PETIÇÃO                                 | 14         |
| AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL | 6          |
| REPRESENTAÇÃO                           | 3          |
| COINCIDÊNCIA                            | 3          |
| DIREITOS POLÍTICOS                      | 3          |
| MANDADO DE SEGURANÇA                    | 2          |
| RECURSO CRIMINAL                        | 2          |
| AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO   | 2          |
| EXECUÇÃO FISCAL                         | 1          |
| REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO      | 1          |
| CORREIÇÃO ORDINÁRIA                     | 1          |
| CORREIÇÃO                               | 1          |
| CONSULTA                                | 1          |
| HABEAS CORPUS                           | 1          |
| AÇÃO CAUTELAR                           | 1          |
| REVISÃO DE ELEITORADO                   | 1          |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>308</b> |

Fonte: Relatório de Estoque Processual do TRE-PI – Knowage

**Tabela VII – Estoque Processual de 2º Grau por órgão julgador– Fevereiro de 2020**

| ÓRGÃO JULGADOR                            | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Relatoria Jurista 2                       | 58         |
| Relatoria Vice-Presidência                | 48         |
| Relatoria Juiz de Direito 2               | 47         |
| Relatoria Jurista 1                       | 42         |
| Relatoria Juiz Federal                    | 38         |
| Relatoria Corregedoria Regional Eleitoral | 32         |
| Relatoria Juiz de Direito 1               | 23         |
| Relatoria Presidência                     | 20         |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>308</b> |

Fonte: Relatório de Estoque Processual do TRE-PI – Knowage

**Tabela VIII – Estoque Processual de 1º Grau – Fevereiro de 2020**

| Nº ZONA | ÓRGÃO JULGADOR      | QUANTIDADE |
|---------|---------------------|------------|
| 13      | SAO RAIMUNDO NONATO | 323        |
| 49      | PORTO               | 306        |
| 85      | JOAQUIM PIRES       | 188        |
| 35      | GILBUES             | 133        |
| 44      | RIBEIRO GONÇALVES   | 120        |
| 27      | LUZILANDIA          | 117        |

| Nº ZONA | ÓRGÃO JULGADOR      | QUANTIDADE |
|---------|---------------------|------------|
| 74      | BARRO DURO          | 104        |
| 72      | ITAUEIRA            | 100        |
| 30      | SAO PEDRO DO PIAUI  | 97         |
| 26      | PARNAGUA            | 91         |
| 12      | PEDRO II            | 88         |
| 94      | OEIRAS              | 81         |
| 37      | SIMPLICIO MENDES    | 72         |
| 16      | UNIAO               | 71         |
| 95      | SAO RAIMUNDO NONATO | 69         |
| 52      | AGUA BRANCA         | 68         |
| 36      | CANTO DO BURITI     | 65         |
| 79      | CARACOL             | 63         |
| 46      | GUADALUPE           | 62         |
| 29      | PIO IX              | 57         |
| 20      | SAO JOAO DO PIAUI   | 51         |
| 69      | SAO JOAO DO PIAUI   | 49         |
| 58      | MONSENHOR GIL       | 48         |
| 28      | PICOS               | 48         |
| 40      | FRONTEIRAS          | 47         |
| 34      | CASTELO DO PIAUI    | 47         |
| 19      | JAICOS              | 45         |
| 97      | TERESINA            | 43         |
| 48      | ELESBAO VELOSO      | 42         |
| 88      | AVELINO LOPES       | 39         |
| 59      | CRISTINO CASTRO     | 38         |
| 47      | ALTOS               | 38         |
| 67      | MANOEL EMIDIO       | 36         |
| 9       | FLORIANO            | 33         |
| 15      | BOM JESUS           | 33         |
| 14      | URUCUI              | 33         |
| 63      | TERESINA            | 33         |
| 81      | CAMPINAS DO PIAUI   | 33         |
| 53      | COCAL               | 31         |
| 24      | JOSE DE FREITAS     | 31         |
| 75      | LANDRI SALES        | 30         |
| 54      | DEMerval LOBAO      | 29         |
| 2       | TERESINA            | 28         |
| 4       | PARNAIBA            | 27         |
| 1       | TERESINA            | 26         |
| 98      | TERESINA            | 24         |
| 21      | PIRACURUCA          | 23         |
| 64      | INHUMA              | 22         |
| 7       | CAMPO MAIOR         | 21         |
| 6       | BARRAS              | 21         |
| 3       | PARNAIBA            | 20         |
| 10      | PICOS               | 20         |

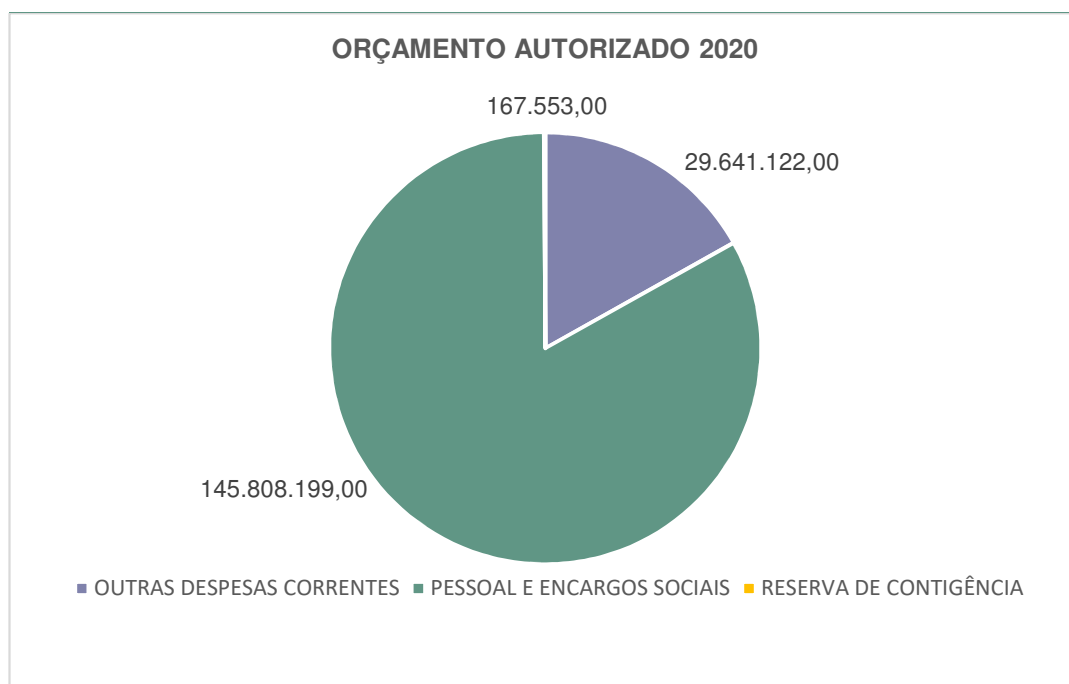
| Nº ZONA | ÓRGÃO JULGADOR       | QUANTIDADE |
|---------|----------------------|------------|
| 77      | ARRAIAL              | 20         |
| 11      | PIRIPIRI             | 18         |
| 91      | LUIS CORREIA         | 17         |
| 43      | REGENERAÇÃO          | 16         |
| 56      | SIMÕES               | 15         |
| 61      | FLORIANO             | 15         |
| 89      | VALENÇA DO PIAUI     | 14         |
| 57      | ITAINOPOLIS          | 14         |
| 39      | SAO MIGUEL DO TAPUIO | 14         |
| 66      | INATIVA              | 13         |
| 68      | PADRE MARCOS         | 12         |
| 60      | INATIVA              | 12         |
| 22      | CORRENTE             | 12         |
| 33      | BURITI DOS LOPES     | 11         |
| 5       | OEIRAS               | 11         |
| 41      | ESPERANTINA          | 10         |
| 38      | PAULISTANA           | 10         |
| 83      | PAES LANDIM          | 9          |
| 31      | PALMEIRAS            | 9          |
| 18      | VALENÇA DO PIAUI     | 9          |
| 17      | MIGUEL ALVES         | 8          |
| 96      | CAMPO MAIOR          | 7          |
| 90      | SIMPLICIO MENDES     | 7          |
| 71      | CAPITAO DE CAMPOS    | 5          |
| 62      | PICOS                | 5          |
| 84      | ANGICAL DO PIAUI     | 4          |
| 25      | JERUMENHA            | 3          |
| 92      | AROAZES              | 3          |
| 8       | AMARANTE             | 3          |
| 65      | INATIVA              | 3          |
| 78      | INATIVA              | 2          |
| 76      | INATIVA              | 2          |
| 80      | MATIAS OLIMPIO       | 2          |
| 42      | INATIVA              | 2          |
| 50      | INATIVA              | 1          |
| 93      | INATIVA              | 1          |
| 55      | INATIVA              | 1          |
| 32      | ALTOS                | 1          |
| 45      | BATALHA              | 1          |
| 73      | INATIVA              | 1          |
| TOTAL   |                      | 3687       |

Fonte: Relatório de Estoque Processual do TRE-PI – Knowage

## XII - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2020 – ORDINÁRIA

O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí está estruturado em três Grupos de Natureza de Despesa, PESSOAL, CUSTEIO e INVESTIMENTO, os quais tiveram o aporte da monta de **R\$ 175.616.874,00** (cento e setenta e cinco milhões, seiscentos e dezesseis reais e oitocentos e setenta e quatro reais) para o exercício financeiro de 2020, assim distribuídos:

| GND                        | AUTORIZADO            |
|----------------------------|-----------------------|
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 29.641.122,00         |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 145.808.199,00        |
| RESERVA DE CONTINGENCIA    | 167.553,00            |
| <b>TOTAL</b>               | <b>175.616.874,00</b> |



Para uma melhor transparência, o Orçamento 2020 encontra-se com a seguinte composição por subárea de atuação do governo (subfunção):

| GND (SUBFUNÇÃO)  | AUTORIZADO    |
|--|---------------|
| ADMINISTRAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO GERAL                    | 125,1 milhões |
| ENCARGOS ESPECIAIS - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS         | 16,3 milhões  |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO | 24,2 milhões  |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA                                | 167,6 mil     |
| SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA                                 | 3,5 milhões   |
| TRABALHO - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR        | 6,3 milhões   |

Para uma melhor visualização dos créditos consignados no exercício financeiro de 2020, a elaboração da proposta orçamentária teve por base as demandas encaminhadas pelas Unidades Administrativas deste Tribunal, as quais foram analisadas pelo Conselho de Governança da Estratégia – CONGEST, nos termos da tabela a seguir:

#### PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2020

| UA    | DESPESA AGREGADA                            | NATUREZA DA DESPESA DETALHADA                             | ITEM DE DESPESA  | VALOR      |
|-------|---|---|--|------------|
| COAAD | ÁGUA E ESGOTO                               | 33.90.39.44 - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO                   | 33.90.39.44.0018 - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO                   | 120.200,00 |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01.0001 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 342.400,00 |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01.0009 - ARQUIVISTA                                  | 107.100,00 |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01.0011 - CARREGADORES                                | 146.000,00 |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01.0013 - MENSAGEIRO                                  | 91.200,00  |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01.0014 - MOTORISTA                                   | 248.700,00 |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01.0025 - OPERADORES DE SOM                           | 51.500,00  |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01.0027 - RECEPCIONISTAS                              | 243.200,00 |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01.0033 - SERVIÇOS GERAIS                             | 33.500,00  |

# RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2020

| UA    | DESPESA AGREGADA                            | NATUREZA DA DESPESA DETALHADA   | ITEM DE DESPESA  | VALOR        |
|-------|---|---|--|--------------|
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | 33.90.37.01.0034 - AUXILIAR GRÁFICO  | 206.200,00   |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | 33.90.37.01.0038 - ATENDENTE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO                          | 45.800,00    |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | 33.90.37.01.0048 - SECRETARIADO  | 145.600,00   |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | 33.90.37.01.0049 - GERENTE DE PROJETOS   | 100.000,00   |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | 33.90.37.01.0050 - CONTÍNUOS   | 192.000,00   |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | 33.90.37.01.0051 - TÉCNICOS DE TIC   | 940.000,00   |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | 33.90.37.01.0055 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI                            | 69.800,00    |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.37.05 - SERVIÇOS DE COPA E COZINHA                              | 33.90.37.05.0005 - SERVIÇOS DE COPA E COZINHA                                  | 227.000,00   |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.39.41 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO                             | 33.90.39.41.0016 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO                                 | 49.800,00    |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.39.63 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS                          | 33.90.39.63.0028 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS                              | 19.600,00    |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.39.63 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS                          | 33.90.39.63.0102 - SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO                        | 13.100,00    |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.90.39.63 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS                          | 33.90.39.63.0112 - ENCADERNAÇÕES   | 4.000,00     |
| COAAD | APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 33.91.47.18 - CONTRIB.PREVIDENCIÁRIAS - SERVIÇOS DE TERCEIROS         | 33.91.47.18.0003 - CONTRIB.PREVIDENCIÁRIAS - SERV DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 6.000,00     |
| COAAD | COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS                | 33.90.40.14 - TELEFONIA FIXA E MÓVEL - PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS | 33.90.40.14.0014 - TELEFONIA FIXA E MÓVEL - PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS     | 11.100,00    |
| COAAD | DIVULGAÇÃO INSTI                            | 33.90.39.90 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL                           | 33.90.39.90.0043 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL                               | 17.500,00    |
| COAAD | DIVULGAÇÃO INSTI                            | 33.91.39.47 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL                        | 33.91.39.47.0001 - PUBLICAÇÕES NA IMPRENSA OFICIAL                             | 69.800,00    |
| COAAD | ENERGIA ELÉTRICA                            | 33.90.39.43 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA                            | 33.90.39.43.0017 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA                                | 1.349.200,00 |
| COAAD | LIMPEZA E CONSERVAÇÃO                       | 33.90.37.02 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO                                   | 33.90.37.02.0002 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO                                       | 2.091.200,00 |
| COAAD | LIMPEZA E CONSERVAÇÃO                       | 33.90.39.78 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO                                   | 33.90.39.78.0069 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO                  | 65.000,00    |
| COAAD | LOCAÇÃO DE IMÓVEIS                          | 33.90.36.15 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS                                      | 33.90.36.15.0004 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS  | 714.400,00   |
| COAAD | LOCAÇÃO DE IMÓVEIS                          | 33.90.39.10 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS                                      | 33.90.39.10.0005 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS  | 117.000,00   |

# RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2020

| UA    | DESPESA AGREGADA   | NATUREZA DA DESPESA DETALHADA                                      | ITEM DE DESPESA  | VALOR        |
|-------|--|--|--|--------------|
| COAAD | LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS MÓVEIS            | 33.90.39.12 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS                   | 33.90.39.12.0006 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS                          | 77.300,00    |
| COAAD | MANUTEN E CONSERVA DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS MÓVEIS | 33.90.39.17 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS  | 33.90.39.17.0010 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS         | 31.900,00    |
| COAAD | MANUTEN E CONSERVA DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS MÓVEIS | 33.90.39.17 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS  | 33.90.39.17.0080 - MANUTENÇÃO DE PABX  | 32.900,00    |
| COAAD | MANUTEN E CONSERVA DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS MÓVEIS | 33.90.39.17 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS  | 33.90.39.17.0088 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIP. ODONTOLÓGICOS   | 2.000,00     |
| COAAD | MANUTENÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE VEÍCULOS                       | 33.90.30.39 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS                 | 33.90.30.39.0020 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS                        | 177.000,00   |
| COAAD | MANUTENÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE VEÍCULOS                       | 33.90.30.39 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS                 | 33.90.30.39.0044 - PEÇAS AUTOMOTIVAS   | 170.900,00   |
| COAAD | MANUTENÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE VEÍCULOS                       | 33.90.39.19 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS                 | 33.90.39.19.0012 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS                        | 43.000,00    |
| COAAD | MANUTENÇÃO PREDIAL   | 33.90.37.04 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS             | 33.90.37.04.0004 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS                    | 1.717.267,22 |
| COAAD | MANUTENÇÃO PREDIAL   | 33.90.39.16 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS             | 33.90.39.16.0009 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS                    | 53.800,00    |
| COAAD | MANUTENÇÃO PREDIAL   | 33.90.39.16 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS             | 33.90.39.16.0048 - MANUTENÇÃO DE ELEVADORES                                    | 40.600,00    |
| COAAD | MANUTENÇÃO PREDIAL   | 33.90.39.17 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS  | 33.90.39.17.0054 - MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CENTRAIS DE AR | 198.400,00   |
| COAAD | MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS             | 33.90.30.24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES | 33.90.30.24.0013 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES        | 20.100,00    |
| COAAD | MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS             | 33.90.30.25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS              | 33.90.30.25.0014 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS                     | 8.100,00     |
| COAAD | MATERIAIS DE EXPEDIENTE                                    | 33.90.30.16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE                               | 33.90.30.16.0007 - MATERIAL DE EXPEDIENTE                                      | 3.600,00     |
| COAAD | SEGUROS  | 33.90.39.69 - SEGUROS EM GERAL                                     | 33.90.39.69.0066 - SEGURO GERAL DE VEÍCULOS                                    | 130.200,00   |
| COAAD | SERVIÇOS DE LOGÍSTICA                                      | 33.90.39.47 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL                     | 33.90.39.47.0110 - SERVIÇOS DE CORREIOS - ECT                                  | 259.200,00   |
| COAAD | TELEFONIA FIXA   | 33.90.39.58 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES                         | 33.90.39.58.0026 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES                                | 236.100,00   |
| COAAD | VIGILÂNCIA OSTENSIVA                                       | 33.90.37.03 - VIGILÂNCIA OSTENSIVA                                 | 33.90.37.03.0003 - VIGILÂNCIA OSTENSIVA  | 1.300.000,00 |
| COAAD | VIGILÂNCIA OSTENSIVA                                       | 33.90.37.03 - VIGILÂNCIA OSTENSIVA                                 | 33.90.37.03.0019 - VIGILÂNCIA ARMADA   | 1.331.300,00 |
| COEDE | CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EJE - TRE-PI             | 33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS                                      | 33.90.14.14.0002 - DIÁRIAS NO PAÍS   | 11.256,00    |
| COEDE | CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EJE - TRE-PI             | 33.90.33.01 - PASSAGENS PARA O PAÍS                                | 33.90.33.01.0001 - PASSAGENS PARA O PAÍS                                       | 10.200,00    |

# RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2020

| UA    | DESPESA AGREGADA   | NATUREZA DA DESPESA DETALHADA                          | ITEM DE DESPESA   | VALOR      |
|-------|--|--|---|------------|
| COEDE | CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EJE - TRE-PI                 | 33.90.39.48 - SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO         | 33.90.39.48.0059 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES                  | 56.500,00  |
| COEDE | CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EJE - TRE-PI                 | 33.90.93.11 - RESSARCIMENTO DE MENSALIDADES            | 33.90.93.11.0008 - BOLSA DE ESTUDOS - PÓS-GRADUAÇÃO           | 30.000,00  |
| COEDE | CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PAC - TRE-PI                 | 33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS                          | 33.90.14.14.0002 - DIÁRIAS NO PAÍS                            | 54.124,00  |
| COEDE | CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PAC - TRE-PI                 | 33.90.33.01 - PASSAGENS PARA O PAÍS                    | 33.90.33.01.0001 - PASSAGENS PARA O PAÍS                      | 32.300,00  |
| COEDE | CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PAC - TRE-PI                 | 33.90.39.48 - SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO         | 33.90.39.48.0059 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES                  | 79.700,00  |
| COEDE | CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PAC - TRE-PI                 | 33.90.93.11 - RESSARCIMENTO DE MENSALIDADES            | 33.90.93.11.0014 - BOLSA DE ESTUDOS - GRADUAÇÃO               | 25.920,00  |
| COOF  | DIARIAS E AJUDA DE CUSTO PARA SERVIDORES                       | 33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS                          | 33.90.14.14.0002 - DIÁRIAS NO PAÍS                            | 424.800,00 |
| COOF  | DIARIAS PARA MEMBROS   | 33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS                          | 33.90.14.14.0002 - DIÁRIAS NO PAÍS                            | 67.200,00  |
| COOF  | DIARIAS PARA SUBSTI  | 33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS                          | 33.90.14.14.0002 - DIÁRIAS NO PAÍS                            | 32.400,00  |
| COOF  | ESTAGIÁRIOS  | 33.90.36.07 - ESTAGIÁRIOS                              | 33.90.36.07.0003 - ESTAGIÁRIOS                                | 571.200,00 |
| COOF  | ESTAGIÁRIOS  | 33.90.39.25 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO                    | 33.90.39.25.0055 - SERVIÇO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO | 50.000,00  |
| COOF  | MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS                   | 33.90.30.09 - MATERIAL FARMACOLÓGICO                   | 33.90.30.09.0058 - VACINAS                                    | 52.000,00  |
| COOF  | PASSAGENS E LOCOMOÇÃO PARA SERVIDORES                          | 33.90.33.01 - PASSAGENS PARA O PAÍS                    | 33.90.33.01.0001 - PASSAGENS PARA O PAÍS                      | 209.600,00 |
| COOF  | PASSAGENS PARA MEMBROS   | 33.90.33.01 - PASSAGENS PARA O PAÍS                    | 33.90.33.01.0001 - PASSAGENS PARA O PAÍS                      | 50.000,00  |
| CRE   | CORREIÇÕES   | 33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS                          | 33.90.14.14.0002 - DIÁRIAS NO PAÍS                            | 43.848,00  |
| CRE   | DIARIAS E AJUDA DE CUSTO PARA SERVIDORES                       | 33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS                          | 33.90.14.14.0002 - DIÁRIAS NO PAÍS                            | 13.230,00  |
| CRE   | DIARIAS PARA MEMBROS   | 33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS                          | 33.90.14.14.0002 - DIÁRIAS NO PAÍS                            | 7.350,00   |
| CRE   | PASSAGENS E LOCOMOÇÃO PARA SERVIDORES                          | 33.90.33.01 - PASSAGENS PARA O PAÍS                    | 33.90.33.01.0001 - PASSAGENS PARA O PAÍS                      | 3.425,18   |
| SEALP | LIMPEZA E CONSERVAÇÃO  | 33.90.39.78 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO                    | 33.90.39.78.0038 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO                      | 283.337,52 |
| SEALP | MANUTENÇÃO PREDIAL   | 33.90.30.04 - GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS      | 33.90.30.04.0049 - RECARGA DE EXTINTORES                      | 12.000,00  |
| SEALP | MANUTENÇÃO PREDIAL   | 33.90.37.04 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 33.90.37.04.0004 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS   | 36.000,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | 33.90.30.17 - MATERIAL DE TIC (CONSUMO)                | 33.90.30.17.0001 - MATERIAIS DE CONSUMO DE TIC                | 47.007,88  |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DA                          | 33.90.30.17 - MATERIAL DE TIC (CONSUMO)                | 33.90.30.17.0033 - FITA PARA IMPRESSORA                       | 4.800,00   |

| UA    | DESPESA AGREGADA   | NATUREZA DA DESPESA DETALHADA                          | ITEM DE DESPESA   | VALOR      |
|-------|--|--|---|------------|
|       | INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO                                       |  |   |            |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | 33.90.30.17 - MATERIAL DE TIC (CONSUMO)                | 33.90.30.17.0034 - TONER PARA IMPRESSORA                    | 224.000,00 |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS                   | 33.90.30.09 - MATERIAL FARMACOLÓGICO                   | 33.90.30.09.0004 - MATERIAL FARMACOLÓGICO                   | 2.000,00   |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS                   | 33.90.30.10 - MATERIAL ODONTOLÓGICO                    | 33.90.30.10.0005 - MATERIAL ODONTOLÓGICO                    | 4.000,00   |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS                   | 33.90.30.25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS  | 33.90.30.25.0014 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS  | 3.500,00   |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS                   | 33.90.30.36 - MATERIAL HOSPITALAR                      | 33.90.30.36.0019 - MATERIAL HOSPITALAR                      | 2.000,00   |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS                   | 33.90.30.36 - MATERIAL HOSPITALAR                      | 33.90.30.36.0047 - MEDICAMENTOS                             | 2.500,00   |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS                 | 33.90.30.25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS  | 33.90.30.25.0014 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS  | 28.000,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS                 | 33.90.30.26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO           | 33.90.30.26.0015 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO           | 23.544,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS                 | 33.90.30.26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO           | 33.90.30.26.0053 - BATERIAS PARA NOBREAK                    | 24.000,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO PARA SERVIÇOS AUXILIARES                  | 33.90.30.01 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 33.90.30.01.0002 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 72.000,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO PARA SERVIÇOS AUXILIARES                  | 33.90.30.07 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO                   | 33.90.30.07.0003 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO                   | 54.400,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO PARA SERVIÇOS AUXILIARES                  | 33.90.30.07 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO                   | 33.90.30.07.0029 - ÁGUA MINERAL                             | 16.000,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO PARA SERVIÇOS AUXILIARES                  | 33.90.30.19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 33.90.30.19.0009 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 32.224,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE CONSUMO PARA SERVIÇOS AUXILIARES                  | 33.90.30.21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA               | 33.90.30.21.0010 - MATERIAL DE COPA E COZINHA               | 44.000,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE EXPEDIENTE  | 33.90.30.16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE                   | 33.90.30.16.0007 - MATERIAL DE EXPEDIENTE                   | 98.918,20  |
| SEALP | MATERIAIS DE EXPEDIENTE  | 33.90.30.21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA               | 33.90.30.21.0010 - MATERIAL DE COPA E COZINHA               | 16.000,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE EXPEDIENTE  | 33.90.30.29 - MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO        | 33.90.30.29.0017 - MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO        | 13.056,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE EXPEDIENTE  | 33.90.30.41 - MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA      | 33.90.30.41.0037 - MATERIAL GRÁFICO                         | 20.000,00  |
| SEALP | MATERIAIS DE EXPEDIENTE  | 33.90.30.46 - MATERIAL BIBLIOGRÁFICO                   | 33.90.30.46.0024 - MATERIAL BIBLIOGRÁFICO                   | 16.000,00  |

| UA           | DESPESA AGREGADA                                | NATUREZA DA DESPESA DETALHADA  | ITEM DE DESPESA  | VALOR                |
|--------------|---|--|--|----------------------|
| STI          | APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC              | 33.90.40.11 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC                           | 33.90.40.11.0011 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC                | 835.900,00           |
| STI          | COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS                    | 33.90.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES EM GERAL                      | 33.90.40.13.0013 - REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS - BACKBONE        | 1.929.000,00         |
| STI          | COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS                    | 33.90.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES EM GERAL                      | 33.90.40.13.0026 - COMUNICAÇÃO DE DADOS                            | 436.600,00           |
| STI          | MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC | 33.90.40.12 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC            | 33.90.40.12.0012 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC | 75.600,00            |
| STI          | MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE            | 33.90.40.07 - MANUTENÇÃO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARES | 33.90.40.07.0007 - MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARES | 6.200,00             |
| <b>TOTAL</b> |   |  |  | <b>19.859.208,00</b> |

### PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2020 POR ELEMENTO DE DESPESA

| ELEMENTO DE DESPESA | VALOR                | %              |
|---------------------|----------------------|----------------|
| 339014              | 654.208,00           | 3,29%          |
| 339030              | 1.191.650,08         | 6,00%          |
| 339033              | 305.525,18           | 1,54%          |
| 339036              | 1.285.600,00         | 6,47%          |
| 339037              | 9.665.767,22         | 48,67%         |
| 339039              | 3.330.337,52         | 16,77%         |
| 339040              | 3.294.400,00         | 16,59%         |
| 339093              | 55.920,00            | 0,28%          |
| 339139              | 69.800,00            | 0,35%          |
| 339147              | 6.000,00             | 0,03%          |
| <b>TOTAL</b>        | <b>19.859.208,00</b> | <b>100,00%</b> |

### PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2020 POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

| ELEMENTO DE DESPESA | VALOR                | %              |
|---------------------|----------------------|----------------|
| COAAD               | 13.671.567,22        | 68,84%         |
| COEDE               | 300.000,00           | 1,51%          |
| COOF                | 1.457.200,00         | 7,34%          |
| CRE                 | 67.853,18            | 0,34%          |
| SEALP               | 1.079.287,60         | 5,43%          |
| STI                 | 3.283.300,00         | 16,53%         |
| <b>TOTAL</b>        | <b>19.859.208,00</b> | <b>100,00%</b> |

Cabe esclarecer que o TRE/PI não contará com orçamento no Grupo de Natureza de Despesa INVESTIMENTO, inclusive para obras, tendo em vista as diretrizes e limites orçamentários estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral para o corrente exercício financeiro. Neste ponto, lembro que os investimentos com obras estão regulamentados pela Resolução TSE nº 23.544/2014, Orientação SOF/TSE nº 4 e Resolução TRE/PI nº 228/2011.

Para as Eleições 2020, o TRE/PI foi contemplando com o valor de R\$ 11.224.099,00 (onze milhões, duzentos e vinte e quatro mil e noventa e nove reais) direcionados para OUTRAS DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO), conforme proposição abaixo:

| UO     | UNIDADE ADMINISTRATIVA                | DESPESA AGREGADA  | VALOR        | AJUSTE     | PROPOSTA FINAL |
|--------|---------------------------------------|---|--------------|------------|----------------|
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO  | 20.000,00    | -          | 20.000,00      |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA   | 600.000,00   | -          | 600.000,00     |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS 1º TURNO                                  | 830.000,00   | 100.000,00 | 730.000,00     |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA  | 280.000,00   | -          | 280.000,00     |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | SERV. DE OP. DE MÁQUINAS, MOTORISTAS, RECEPCIONISTAS E AUXIL              | 384.000,00   | -          | 384.000,00     |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES E COLABORADORES 1º TURNO                        | 50.000,00    | -          | 50.000,00      |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE MATERIAIS PARA SERVIÇOS AUXILIARES                           | 90.000,00    | -          | 90.000,00      |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | SERVIÇOS DE SISTEMA MÓVEL PARA TRANSMISSÃO DE DADOS VIA SATÉLITE 1º TURNO | 400.000,00   | -          | 400.000,00     |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | SERVS DE LOGÍSTICA P/ MAT DE VOTAÇÃO, APURAÇÃO E JUST 1º TUR              | 60.000,00    | -          | 60.000,00      |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | FORÇAS POLICIAIS 2º TURNO   | 60.000,00    | -          | 60.000,00      |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | FORNECIMENTO ALIMENTAÇÃO MESÁRIOS E ESCRUTINADORES 1º TURNO               | 1.538.000,00 | -          | 1.538.000,00   |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | SERVIÇOS PARA DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS                                      | 25.000,00    | -          | 25.000,00      |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS                           | 50.000,00    | -          | 50.000,00      |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS MÓVEIS 1º TURNO                  | 2.000,00     | -          | 2.000,00       |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO                                    | 50.000,00    | -          | 50.000,00      |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE PASSAGENS PARA SERVIDORES 1º TURNO                           | 80.000,00    | -          | 80.000,00      |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS 2º TURNO                                  | 100.000,00   | -          | 100.000,00     |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | FORÇAS POLICIAIS 1º TURNO   | 380.000,00   | -          | 380.000,00     |
| TRE-PI | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS 1º TURNO                                 | 220.000,00   | -          | 220.000,00     |

| UO           | UNIDADE ADMINISTRATIVA                | DESPESA AGREGADA  | VALOR                | AJUSTE            | PROPOSTA FINAL       |
|--------------|---------------------------------------|---|----------------------|-------------------|----------------------|
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE TELEFONIA FIXA                                 | 80.000,00            | -                 | 80.000,00            |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | APOIO OPERACIONAL - URNAS ELETRÔNICAS                       | 3.300.000,00         | 567.845,10        | 2.732.154,90         |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | FORNECIMENTO ALIMENTAÇÃO MESÁRIOS E ESCRUTINADORES 2º TURNO | 164.000,00           | -                 | 164.000,00           |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL    | 62.300,00            | -                 | 62.300,00            |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO | ADICIONAL DE PASSAGENS PARA MEMBROS 1º TURNO.               | 20.000,00            | -                 | 20.000,00            |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | TREINAMENTOS  | 396.000,00           | -                 | 396.000,00           |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | ADICIONAL DE DIÁRIAS PARA MEMBROS 2º TURNO                  | 6.650,00             | -                 | 6.650,00             |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | ADICIONAL DE DIÁRIAS PARA SERVIDORES 1º TURNO               | 313.200,00           | -                 | 313.200,00           |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | REPAROS E ADAPTAÇÕES DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO       | 490.000,00           | -                 | 490.000,00           |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | ADICIONAL DE DIÁRIAS PARA MEMBROS 1º TURNO                  | 73.150,00            | -                 | 73.150,00            |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | ADICIONAL DE DIÁRIAS PARA SERVIDORES 2º TURNO               | 3.360,00             | -                 | 3.360,00             |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | TREINAMENTO DE MESÁRIOS                                     | 80.000,00            | -                 | 80.000,00            |
| TRE-PI       | COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | OFICIAIS DE JUSTIÇA   | 286.000,00           | -                 | 286.000,00           |
| TRE-PI       | SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO    | ADICIONAL DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE                        | 1.116.010,64         | 30.000,00         | 1.086.010,64         |
| TRE-PI       | SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO    | ADICIONAL DE MATERIAIS DE CONSUMO DE TIC                    | 171.853,44           | -                 | 171.853,44           |
| TRE-PI       | CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL       | TREINAMENTO DE MESÁRIOS                                     | 55.440,00            | -                 | 55.440,00            |
| TRE-PI       | CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL       | ADICIONAL DE PASSAGENS PARA SERVIDORES 1º TURNO             | 13.700,72            | -                 | 13.700,72            |
| TRE-PI       | CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL       | ADICIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL    | 65.399,30            | -                 | 65.399,30            |
| TRE-PI       | CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL       | ADICIONAL DE DIÁRIAS PARA SERVIDORES 1º TURNO               | 5.880,00             | -                 | 5.880,00             |
| <b>TOTAL</b> |                                       |   | <b>11.921.944,10</b> | <b>697.845,10</b> | <b>11.224.099,00</b> |

## XIII - RELAÇÃO DOS CONTRATOS EM VIGOR

As informações relacionadas aos servidores abaixo podem ser obtidas no sítio do TRE-PI através do link <http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos>.

As informações dos contratos estão segregadas da seguinte forma:

- Contratos e Aditivos
- Contratos de TI
- Contratações Diretas (Dispensa e Inexigibilidade)
- Atas de Registro de Preços

Dentre os contratos celebrados pelo TRE-PI, merece atenção o Contrato TRE/PI nº 18/2019, celebrado com a empresa IT Tecnologia e Informática Ltda, com valor anual totalizado em R\$ 2.098.498,50 (dois milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos). Frisa-se que, até o presente momento, a empresa contratada não cumpriu com suas obrigações, restando, ainda, 20 enlaces de dados a serem implantados de um total de 82, ou seja, aproximadamente 25% do contrato.

O prazo para a instalação dos últimos enlaces findou em 30/9/2019, constituindo referido contrato em alto risco ao funcionamento das zonas eleitorais envolvida, inclusive, com impacto direto na realização das Eleições de outubro próximo.

Nesse contexto, visando apurar a responsabilidade da empresa contratada, foram autuados os seguintes processos: processos SEI nº 0017124-81.2019, nº 0018396-78.2019, nº 0019419-91.2019, nº 0018801- 07.2019 e nº 0020250-42.2019.

# XIV - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

A portaria Nº 0001/2020 tornou público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre de 2019, constituído pelos seguintes demonstrativos:

- Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;
- Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal; e
- Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Os referidos demonstrativos se encontram no sítio do TRE-PI e pode ser acessado através do link <http://www.tre-pi.ius.br/transparencia/transicao-gestao/relatorio-gestao-fiscal>.

# XV - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO QUADRO DE PESSOAL

No sítio da internet do TRE/PI podemos obter através do link abaixo as seguintes informações necessárias ao relatório de transição. Informações atualizadas em 05/02/2020.

- Quadro de pessoal de servidores ativos;
- Quadro de cargos providos e funções vagas;
- Quadro de cargos inativos e pensionistas;
- Lista de servidores do TRE/PI requisitados de outros órgãos;
- Lista de servidores do TRE/PI requisitados para zonas eleitorais;
- Lista de servidores do TRE/PI cedidos para outros órgãos;
- Quantitativo, lotação e distribuição de cargos em comissão e funções comissionadas no TRE/PI;
- Lista de servidores do TRE/PI removidos para outros órgãos;
- Lista de servidores do TRE/PI licenciados;

<http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/quadro-pessoal>.

## **QUADRO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS**

No sítio da internet do TRE/PI podemos obter através do link abaixo a lista de servidores do TRE/PI requisitados para zonas eleitorais necessárias ao relatório de transição. Informações atualizadas em 05/02/2020.

<http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/quadro-pessoal>.

## XVI - QUADRO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO DA TITULARIDADE DE JUÍZES ELEITORAIS

No sítio da internet do TRE/PI podemos obter através do link abaixo um demonstrativo da situação de ocupação da titularidade de juízes eleitorais do TRE/PI necessárias ao relatório de transição. Informações atualizadas até 29/01/2020.

<http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/quadro-pessoal>.

# XVII - RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DO TCU PARA GOVERNANÇA DE PESSOAL

O Levantamento de Governança de Pessoas promovido pelo Tribunal de Contas da União – TCU avalia os órgãos da Administração Pública Federal com o objetivo de conhecer e avaliar a situação da governança e da gestão de pessoas.

Para maiores informações, segue o link do Relatório do TCU de avaliação de governança de tecnologia da Informação. Importante ressaltar que o TCU não aplicou o questionário para o ano de 2019.

<http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/diagnostico-tcu>.

# XVIII - RELATÓRIO DO TCU DE AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As estratégias implementadas no PETI e no PDTI tem contribuído para a melhoria da maturidade em governança deste Tribunal.

O Levantamento de Governança de TI promovido pelo Tribunal de Contas da União - TCU avalia os órgãos da Administração Pública Federal com o objetivo de verificar o nível de maturidade na adoção de práticas que promovam a melhoria da governança e da gestão de TI. Em 2010, os critérios adotados foram liderança; estratégias e planos; pessoas; e processos. Em 2012, os critérios adotados foram: liderança; estratégias e planos; informação e conhecimento; pessoas; e processos. Em 2014, o TCU redefiniu os critérios de avaliação da maturidade das instituições da Administração Pública Federal (APF) e, em consequência disso, o desempenho obtido pelas entidades sofreu uma variação para baixo no índice final, não necessariamente representando um retrocesso na maturidade obtida em avaliações anteriores.

Na Tabela 4 são apresentados os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação (iGovTIC) do TRE-PI ao longo do período de 2010 a 2018. Em 2019 não constam resultados na página do TCU (link).

| ANO  | IGovTI | CAPACIDADE    |
|------|--------|---------------|
| 2010 | 0,36   | Inicial       |
| 2012 | 0,56   | Intermediária |
| 2014 | 0,45   | Básico        |
| 2016 | 0,65   | Intermediário |
| 2017 | 0,57   | Intermediário |
| 2018 | 0,45   | Intermediário |

Fonte: TCU

Essas informações servem para avaliar a maturidade do TRE-PI quanto às iniciativas e práticas relacionadas à governança e gestão de Tecnologia da Informação. Baseado no desempenho obtido até o momento, a percepção é que o Tribunal ainda tem espaço para melhorias, principalmente no aspecto relacionado à gestão de processos da área de TI. Atualmente, a STI vem desenvolvendo um conjunto de iniciativas que contribuirão para melhoria nesse contexto e, conseqüentemente, poderá resultar na melhoria do iGovTI do Tribunal.

Para maiores informações acerca do Relatório de avaliação de governança de tecnologia da Informação do TCU, podemos acessar o link <http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/diagnostico-tcu>.

# XIX - RELATÓRIO DE INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS

A gestão patrimonial consiste na análise, acompanhamento de movimentação e ressuprimento de Material de Consumo, na aquisição, distribuição, utilização e baixa de Bens Móveis Permanentes no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Ressaltamos que diversas contas estão em acerto de pagamento de Danfes de meses anteriores e em duplicidade de depreciação originárias de anos anteriores.

## **PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO TRE-PI**

O TRE-PI possui a seguinte estrutura imobiliária para Cartórios Eleitorais e unidades da Secretaria:

- Imóveis Próprios: 23
- Imóveis Alugados: 43
- Imóveis Cedidos: 2

No sítio da internet do TRE/PI podemos obter o detalhamento do patrimônio imobiliário do TRE/PI através do link <http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/acervo-patrimonial>.

## **PATRIMÔNIO DE TRANSPORTES**

Quanto à frota, foram adquiridos 37 (trinta e sete) novos veículos, os quais foram disponibilizados para Sede da Justiça Eleitoral, Cartórios Eleitorais da Capital e do interior do Estado. Tal investimento foi da ordem de R\$ 3.221.680,00.

O TRE-PI também investiu em infraestrutura móvel para atendimento ao eleitor – através da aquisição de um conjunto composto por um veículo tipo "caminhão" e uma estrutura móvel (cartório móvel) para atendimento descentralizado de eleitores, no total de R\$ 634.800,00.

No sítio da internet do TRE/PI podemos obter o detalhamento do patrimônio de transportes do TRE/PI através do link abaixo.

<http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/acervo-patrimonial>

# XX - RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL

Para o registro da Conformidade Contábil, são observados os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o plano de contas da União, a conformidade de registro de gestão, o Manual SIAFI, os relatórios mensais de movimentação de bens móveis e de almoxarifado, e outros instrumentos no SIAFI que subsidiem o processo de análise, tais como as demonstrações contábeis, balancetes, transações CONDESAUD (Consultar Desequilíbrio de Equação de Auditor) e documentos SIAFI.

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí é realizada na Assistência em Matéria de Setorial Contábil. Durante a realização da conformidade contábil foi observada a segregação de função, uma vez que o responsável pela conformidade contábil não realiza lançamento de gestão no SIAFI ou em outros sistemas contábeis de gestão deste Tribunal.

Em 2019, a conformidade contábil foi realizada de acordo com a tabela abaixo:

| Mês       | Situação      | Restrição | Observação |
|-----------|---------------|-----------|------------|
| Janeiro   | Sem Restrição |           |            |
| Fevereiro | Sem Restrição |           |            |
| Março     | Sem Restrição |           |            |
| Abril     | Sem Restrição |           |            |
| Maio      | Sem Restrição |           |            |
| Junho     | Sem Restrição |           |            |
| Julho     | Sem Restrição |           |            |
| Agosto    | Sem Restrição |           |            |
| Setembro  | Sem Restrição |           |            |
| Outubro   | Sem Restrição |           |            |
| Novembro  | Sem Restrição |           |            |
| Dezembro  | Sem Restrição |           |            |

*Teresina-PI, 06/02/2020*  
**José Oliveira Dias**  
*Técnico Judiciário - CRC nº 8166/0-PI*

# XXI - RELATÓRIO DE ESTOQUE DO ALMOXARIFADO

O estoque de bens de consumo e permanente são representados por 7796 itens constantes do relatório de estoque, patrimônio e depósitos incluso no processo SEI 0014592-37.2019.6.18.8000 e na planilha publicada no sitio do TRE-PI através do link <http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/estoque>.

# XXII - RELATÓRIO DAS OBRAS EM ANDAMENTO

## OBRAS EM ANDAMENTO

| Nº O.S. | LOCAL                       | DESCRIÇÃO  | Processo SEI              |
|---------|-----------------------------|--|---------------------------|
| 61/2019 | Almoxarifado Cristo Rei     | Manutenção predial   | 0012320-70.2019.6.18.8000 |
| 68/2019 | Prédio Sede                 | Instalação de porta de vidro temperado no hall do auditório          | 0016169-50.2019.6.18.8000 |
| 70/2019 | Prédio Anexo                | Instalação de persianas em janelas de vidro do plenário              | 0006105-78.2019.6.18.8000 |
| 75/2019 | Prédio Anexo                | 1ª Etapa das instalações do novo Espaço Memória                      | 0010672-55.2019.6.18.8000 |
| fev/20  | Fórum Eleitoral de Teresina | Instalação de valetas de drenagem na entrada dos depósitos de urnas. | 0000622-33.2020.6.18.8000 |

## PROJETOS EM ANDAMENTO

| Nº O.S. | LOCAL                      | DESCRIÇÃO                            | Processo SEI              |
|---------|----------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
|         | 18ª ZE – Valença           | Reforma e manutenção das instalações | 0018258-26.2018.6.18.8000 |
|         | 5ª ZE – Oeiras             | Reforma e manutenção das instalações | 0010616-31.2019.6.18.8094 |
|         | 20ª ZE – São João do Piauí | Reforma e manutenção das instalações | 0008638-44.2018.6.18.8000 |
|         | 7ª e 96ª ZE – Campo Maior  | Reforma e manutenção das instalações | 0014341-53.2018.6.18.8000 |
|         | 91ª ZE – Luís Correia      | Reforma e manutenção das instalações | 0007952-52.2018.6.18.8000 |
|         | 11ª ZE – Piripiri          | Reforma e manutenção das instalações | 0008635-89.2018.6.18.8000 |
|         | 12ª ZE – Pedro II          | Reforma e manutenção das instalações | 0007966-36.2018.6.18.8000 |
|         | 15ª ZE – Bom Jesus         | Reforma e manutenção das instalações | 0007940-38.2018.6.18.8000 |
|         | 59ª ZE – Cristino Castro   | Reforma e manutenção das instalações | 0007950-82.2018.6.18.8000 |
|         | 14ª ZE – Uruçuí            | Reforma e manutenção das instalações | 0016065-92.2018.6.18.8000 |

**PROJETOS EM ANDAMENTO**

| Nº O.S. | LOCAL  | DESCRIÇÃO   | Processo SEI              |
|---------|--|---|---------------------------|
|         | Prédios Sede e Anexo                             | Deslocamento de unidades  | 0013654-42.2019.6.18.8000 |
|         | Cartórios do interior                            | Construção de garagens nos imóveis que receberam veículos             | 0011457-03.2019.6.18.8037 |
|         | 24ª ZE – José de Freitas                         | Adequações das instalações de novo imóvel a locar                     | 0011410-68.2019.6.18.8024 |
|         | 33ª ZE – Buriti dos Lopes                        | Manutenção/adequação das instalações                                  | 0010741-24.2018.6.18.8000 |
|         | 17ª ZE – Miguel Alves                            | Locação de novo imóvel – adequações                                   | 0002231-22.2018.6.18.8000 |
|         | 17ª ZE – Miguel Alves                            | Manutenção para devolução do prédio ao proprietário                   | 0006312-60.2018.6.18.8017 |
|         | 35ª ZE – Gilbués                                 | Locação de novo imóvel – adequações                                   | 0008583-59.2019.6.18.8000 |
|         | 35ª ZE – Gilbués                                 | Manutenção para devolução do prédio ao proprietário                   | 0010954-30.2018.6.18.8000 |
|         | 61ª ZE – Posto de Atendimento em Nazaré do Piauí | Adaptação do Espaço Cidadania para instalação de ponto de atendimento | 0011840-92.2019.6.18.8000 |
|         | 3ª e 4ª Zonas Eleitorais – Parnaíba              | Reforma e manutenção das instalações                                  | 0016463-05.2019.6.18.8000 |
|         | Prédio Anexo                                     | Instalação de portas internas em banheiros coletivos                  | 0000783-43.2020.6.18.8000 |
|         | Fórum Eleitoral de Teresina                      | Adaptações do protocolo geral e SEVIN                                 | 0000784-28.2020.6.18.8000 |
|         | Fórum Eleitoral de Teresina                      | Adaptação de acessos externos e guarita                               | 0000786-95.2020.6.18.8000 |
|         | Fórum Eleitoral de Teresina                      | Instalação de películas em janelas de salas administrativas           | 0000808-56.2020.6.18.8000 |
|         | Prédio Sede e Anexo                              | Instalação de piso podotátil  | 0000226-56.2020.6.18.8000 |

**OUTRAS CONTRATAÇÕES RELEVANTES**

| Nº O.S. | LOCAL                | DESCRIÇÃO                          | Processo SEI              |
|---------|----------------------|------------------------------------|---------------------------|
|         | Prédio Sede          | Substituição integral do elevador  | 0007658-63.2019.6.18.8000 |
|         | Prédio anexo         | Modernização dos dois elevadores   | 0007658-63.2019.6.18.8000 |
|         | Prédios sede e anexo | Instalação de catracas eletrônicas | 0005387-63.2019.6.18.8000 |
|         | Prédios sede e anexo | Instalação de detector de metais   | 0002568-63.2019.6.18.8000 |

# XXIII - PLANEJAMENTO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES

O Planejamento Integrado das Eleições 2020, fruto do amadurecimento advindo dos pleitos eleitorais anteriores, os quais, a cada ano, vêm sendo aperfeiçoados, a partir dos desafios enfrentados pelos diversos servidores, unidades, órgãos, entidades e autoridades que participam do processo eleitoral.

Este Plano Integrado deriva do comprometimento e da dedicação dos líderes dos Projetos e Planos de Ação voltados para as Eleições 2020, que se empenharam no planejamento e execução, da mesma forma, cada etapa do trabalho sob sua responsabilidade, tendo como respaldo o apoio e o patrocínio da administração deste Tribunal de forma a direcioná-los a realizar um processo eleitoral de forma democrática, legítima, segura, econômica e transparente.

É de se destacar a presença de um componente absolutamente inédito nas Eleições 2020, traduzido na introdução do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), ferramenta que será utilizada na tramitação e julgamento dos processos judiciais decorrentes do pleito eleitoral (registro de candidaturas, representações, prestações de contas), que eleva o grau de acesso, agilidade e transparência dos feitos eleitorais.

Importante fazer menção a outras ações conduzidas pelo Escritório de Gestão de Projetos Institucionais, essenciais na consecução dos objetivos do programa:

- Criação de um painel de monitoramento dos projetos e ações estratégicas do TRE-PI, a partir da integração entre a ferramenta de inteligência de negócios *Knowage* e a ferramenta de planejamento e acompanhamento de projetos *Padlog*, o que proporcionará maior visibilidade à alta gestão do TRE-PI, especialmente no que se refere ao desempenho das ações e projetos das unidades envolvidas no Programa Eleições 2020.

- Criação do sítio, na intranet do Tribunal, do Planejamento Integrado das Eleições 2020, instrumento de acesso às informações que interessam a todos os envolvidos e interessados no Programa Eleições 2020, além de outros Tribunais Regionais Eleitorais.
- O Planejamento Integrado do Programa das Eleições 2020 é composto por 27 projetos/planos de ação e trata dos seguintes tópicos:
  - Alinhamento Estratégico
  - Base metodológica
  - Estrutura do Programa
  - Gerenciamento dos Riscos
  - Marcos do Programa
  - Projeção Orçamentária
  - Publicidade
  - Monitoramento e Acompanhamento

Para maiores detalhes, o Planejamento Integrado das Eleições 2020 foi publicado no link <http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/>.

# XXIV - COLETÂNEA DE NORMATIZAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS

O Compêndio Administrativo que tem por principal propósito servir de instrumento para juízes e servidores que laboram neste Tribunal Regional e também abre veredas aos demais operadores e interessados para o amplo e atual conhecimento das normas aplicáveis no âmbito deste Tribunal, colaborando para facilitar a consulta e conferir transparência ao funcionamento da Justiça Eleitoral no Estado do Piauí, desde o próprio Regional até a sua zona eleitoral mais longínqua.

O Compêndio Administrativo encontra-se publicado no sítio do TRE-PI e pode ser acessado através do link

[http://www.tre-pi.jus.br/legislacao/compendio-administrativo-2013-resolucoes-normativas-do-tre-pi-sistematizadas-atualizadas-e-anotadas/compendio-arquivo/compendio-administrativo-resolucoes-normativas-do-tre-pi-sistematizadas-atualizadas-e-anotadas/at\\_download/file](http://www.tre-pi.jus.br/legislacao/compendio-administrativo-2013-resolucoes-normativas-do-tre-pi-sistematizadas-atualizadas-e-anotadas/compendio-arquivo/compendio-administrativo-resolucoes-normativas-do-tre-pi-sistematizadas-atualizadas-e-anotadas/at_download/file)

# XXV - NORMATIVO RELACIONADO AO PROCESSO DE TRANSIÇÃO

O processo de transição da Presidência e Vice-presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí foi regulamentado através da Resolução 268/2013 (alterada pela Res. 317/2015) e visa fornecer, aos dirigentes eleitos, informações essenciais para a elaboração e implementação do Plano de Gestão para o biênio correspondente.

A referida resolução encontra-se publicada no sítio do TRE-PI e pode ser acessado através do link <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-legislacao-res-n-268-20-08-2013-dispoe-sobre-o-processo-de-transicao-da>.



# **ANEXO I**

## **ACHADOS DA GESTÃO**



## ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

### PLANEJAMENTO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES

O Planejamento Integrado de Eleições 2020 constitui medida essencial no alcance dos objetivos delineados no Plano Estratégico da Justiça Eleitoral 2015 - 2020, haja vista que enseja a convergência de esforços de modo equilibrado, adequando os resultados pretendidos aos recursos disponíveis.

O Planejamento Integrado as Eleições foi conduzido pela Assessoria de Planejamento, através do Escritório de Gestão de Projetos Institucionais, elaborou um documento de leitura confortável, ao contrário do planejamento das eleições 2018, que gerou um documento com centenas de páginas, difícil de manusear. O planejamento integrado das Eleições 2020 é sucinto, com poucas páginas, e faz referências aos documentos de planos de ações e termos de abertura de projetos que estão publicados na página no sítio na intranet do TRE-PI.

### PAINEL DE MONITORAMENTO DE PROJETOS

O Escritório de Gestão de Projetos Institucionais (EPI), com apoio técnico do Escritório de Planejamento e Estatística e da Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura (CODIN), definiu e está implementando um painel de monitoramento dos projetos e ações estratégicas do TRE-PI, o qual tem como núcleo principal uma integração entre o sistema Padlog de planejamento e acompanhamento de projetos e planos de ações, com a ferramenta de inteligência de negócios Knowage.

O Painel de Monitoramento do Escritório de Gestão de Projetos Institucionais (EPI) tem como objetivo prestar informações relevantes sobre o desempenho dos projetos, bem como o desempenho de cada Unidade que possui projetos e ações estratégicas previstas como iniciativas no Planejamento Estratégico do TRE-PI.

Além de monitorar ações estratégicas mapeadas no Planejamento Estratégico do TRE-PI, o painel de monitoramento estará monitorando programas de projetos e ações relacionadas aos programas Eleições 2020 e Prêmio CNJ de Qualidade, podendo monitorar

também outros programas como Sustentabilidade ou Monitoramento de Processos de Negócio.

Vale ressaltar que as informações apresentadas no painel de monitoramento têm como fator crítico de sucesso a necessidade periódica de atualização por parte da equipe EPI das informações dos projetos e planos de ação através do Padlog, assegurando assim um grau de precisão nas informações relatadas no painel.

## **METODOLOGIAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS, METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS, GESTÃO DE RISCOS**

### **Metodologia de Gerenciamento de Projetos**

A atual metodologia de Gerenciamento de Projetos do TRE-PI, aprovada no CONGEST, tem como objetivo suportar o atendimento dos objetivos definidos no planejamento estratégico do TRE/PI, através do EPI, que por sua vez, surgiu por meio de recomendação do TSE, através dos dispositivos legais abaixo:

Resolução TRE-PI nº 271/2013, art. 21, I-XXXI. Estabelece diretrizes básicas das competências do EPI Institucionais no âmbito do TRE-PI.

<http://www.justicaeeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-legislacao-resolucao-n-271-01-10-2013>

Portaria TRE-PI nº 1092/2011. Institui o Escritório Estratégico de Projetos Institucionais no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí, conforme o anexo I deste documento.

<http://www.justicaeeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-portaria-1092-2011-instituicao-do-epi>

Dentro ainda dessa perspectiva, vale destacar, as vantagens advindas de uma metodologia de gestão orientada à projetos, tais quais:

- Padronização de procedimentos e práticas;
- Estabelecimento de uma linguagem comum;
- Redução de custos;
- Aumento de produtividade;
- Melhor distribuição de informações sobre os projetos; e
- Compartilhamento de lições aprendidas sobre os projetos anteriores.

A partir dos benefícios supracitados, entende-se a necessidade da metodologia que, de forma clara, deve esclarecer e ajudar na condução de Projetos, Portfólio e Programas do TRE-PI.

Para maiores informações acerca da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do TRE-PI, acesse <http://adm.justicaeleitoral.jus.br/tre-pi/o-tre/governanca/normas-e-regulamentos/arquivos/metodologia-de-gerenciamento-de-projetos-tre-pi>

### **Metodologia de Gerenciamento de Processos**

A necessidade proeminente de aperfeiçoamento da gestão pública vem para atender à demanda por resultados mais rápidos e efetivos. Nesse sentido, faz-se necessário, identificar, formalizar e, sendo necessário, porque não, propor formas diferentes de realizar o conjunto de atividades que fazem parte do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

É importante destacar que a modelagem dos processos de trabalho está definida no Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral – PI como cenário pretendido para o período 2015-2020. Esta metodologia se propõe a ser o passo inicial para o alcance de tal cenário.

Também é de suma importância evidenciar que, com uma metodologia própria estaremos em consonância com o Tribunal Superior Eleitoral, e com os diversos Tribunais Regionais Eleitorais do país que já adotaram tal medida.

Vale ressaltar que desde 2014 a Portaria 2040 institui a criação do Escritório de Processos Organizacionais – EPO, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Para maiores informações acerca da Metodologia de Gerenciamento de Processos do TRE-PI, acesse <http://adm.justicaeleitoral.jus.br/tre-pi/o-tre/governanca/normas-e-regulamentos/arquivos/metodologia-de-gerenciamento-de-processos>

### **Metodologia de Gerenciamento de Riscos**

A metodologia de gerenciamento de riscos tem por finalidade estabelecer as diretrizes adotadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí na identificação, avaliação, tratamento monitoramento e comunicação das ameaças geradas.

A gestão estratégica dos riscos, como elemento de governança, tem como finalidade atender a consecução do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em acordo com o Mapa da Estratégia elaborado para o período 2015-2020. Ainda com este fim, vale destacar sua fundamental contribuição para o fortalecimento dos indicadores de governança.

A Metodologia de Gerenciamento de Riscos se utiliza da Metodologia de Gerenciamento de Processos de Negócios do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, que na sua etapa inicial, formaliza, por meio de fluxos, os processos de trabalho advindos dos macroprocessos pertencentes a cadeia de valor, permitindo o correspondente desmembramento em subprocessos e atividades, para a elicitación dos riscos correspondentes e de suas medidas de tratamento.

Dessa forma, a presente metodologia inicialmente se apresenta como orientada aos processos de trabalho (a gestão de riscos nas iniciativas de planejamento é tratada na metodologia de gerenciamento de projetos) o que não impede, que em um processo evolutivo gradual, se incorpore outros objetivos, tais como: estratégicos, de comunicação e compliance, em conformidade com o COSO II.

Para elaboração deste documento se utilizou o modelo integrado COSO II – Gerenciamento de Riscos Corporativos, e o Guia de Conhecimento de Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK) – 6ª Edição, 2017. Também foram consultadas iniciativas similares desenvolvidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais de outros Estados, além da Metodologia de Gestão de Riscos do CGU e o Referencial Básico de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas da União – TCU. Como marco legal, vale destacar a Portaria 784 de 20 de outubro de 2017 que dispõem sobre a Política de Gestão de Riscos do Tribunal Superior Eleitoral e a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, de 10/05/2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no setor público.

Para maiores detalhes acerca da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do TRE-PI, acesse <http://adm.justicaeleitoral.jus.br/tre-pi/o-tre/governanca/normas-e-regulamentos/arquivos/metodologia-de-gestao-de-riscos>

## SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Segundo os critérios da Resolução CNJ nº 211/2015, o quadro de servidores de carreira de TI do Regional é **insuficiente para desempenho das atividades**, de acordo com o porte do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Em razão disso, o Tribunal Superior Eleitoral, a quem compete propor ao Congresso Nacional a criação de novos cargos para a Justiça Eleitoral, realizou levantamento para identificar a necessidade de incremento no número de servidores de carreira da área de TI dos Regionais e, como resultado, apresentou à Câmara de Deputados o Projeto de Lei nº 7.990/2013, que propõe a criação de novos cargos específicos de carreira de TI, para prover a infraestrutura de pessoal adequada à área de TI para o cumprimento de sua missão institucional.

Por outro lado, o Tribunal dispõe de alguns contratos de prestação de serviços de TI com o propósito de apoiar a STI na realização de atividades de menor complexidade que possam ser realizadas por empresas contratadas e, assim, aumentar a eficiência da unidade na execução de sua estratégia.

Alguns desses contratos preveem a alocação de profissionais na própria STI, de modo a melhorar a resposta às demandas da unidade e atendendo a requisitos contratuais. A Tabela 2 – Distribuição de profissionais terceirizados na STI, detalha a distribuição dos profissionais lotados nas unidades que integram a STI.

**Tabela: Distribuição de profissionais terceirizados na STI**

| UNIDADE  | AÇÃO CONSULTORIA | LIFE TECNOLOGIA CONSULTORIA | BROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA | CTIS TECNOLOGIA | TOTAL |
|--|------------------|-----------------------------|----------------------------------|-----------------|-------|
| <b>Secretaria de Tecnologia da Informação</b>            |                  |                             |                                  |                 |       |
| Gabinete da Secretaria                                   |                  |                             |                                  |                 |       |
| <b>Coordenadoria de Suporte Técnico</b>                  |                  |                             |                                  |                 |       |
| Gabinete da Coordenadoria                                |                  |                             |                                  |                 |       |
| Seção de Gerenciamento de Sistemas Eleitorais            |                  |                             |                                  |                 |       |
| Seção de Apoio ao Usuário                                | 1                |                             | 7                                |                 | 8     |
| <b>Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura</b> |                  |                             |                                  |                 |       |
| Gabinete da Coordenadoria                                |                  |                             |                                  |                 |       |
| Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas        |                  |                             | 4                                |                 | 4     |

| UNIDADE   | AÇÃO CONSULTORIA | LIFE TECNOLOGIA CONSULTORIA | BROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA | CTIS TECNOLOGIA | TOTAL     |
|---|------------------|-----------------------------|----------------------------------|-----------------|-----------|
| Seção de Infraestrutura                         |                  |                             | 3                                |                 | 3         |
| <b>Coordenadoria de Eleições Informatizadas</b> |                  |                             |                                  |                 |           |
| Gabinete da Coordenadoria                       |                  |                             |                                  |                 |           |
| Seção de Voto Informatizado                     |                  |                             | 1                                |                 | 1         |
| Seção de Logística e Informações Eleitorais     |                  |                             |                                  |                 |           |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>1</b>         | <b>0</b>                    | <b>14</b>                        | <b>0</b>        | <b>15</b> |

Fonte: GABSTI

Os colaboradores terceirizados foram contratados, conforme os cargos a seguir:

#### Ação Consultoria

- Um colaborador no perfil Técnico em Manutenção de Equipamentos;
- sete colaboradores no perfil Técnico de Processamento e Suporte;
- Um colaborador no perfil Administrador de Banco de Dados;
- Quatro colaboradores no perfil Suporte e Sustentação de Software;
- Dois colaboradores no perfil Atendente de Service Desk;
- Um colaborador no perfil Especialista em Administração e Suporte a Redes

Em resumo, a força de trabalho de TI do Tribunal é composta por 50 profissionais, distribuídos de acordo com as informações apresentadas na Tabela 3 – Força de trabalho de TI no TRE-PI por vínculo.

Tabela 3: Força de trabalho de TI no TRE-PI por vínculo

| DESCRIÇÃO  | QUANTIDADE |
|--|------------|
| Servidores efetivos do TRE-PI da carreira de TI na STI             | 25         |
| Servidores efetivos do TRE-PI da carreira de TI em outras unidades | 3          |
| Servidores efetivos de outros Tribunais da carreira de TI          | 1          |
| Servidores efetivos do TRE-PI de outras carreiras na STI           | 0          |
| Servidores efetivos de outros Tribunais de outras carreiras na STI | 0          |
| Colaboradores terceirizados  | 15         |
| Estagiários da área de TI  | 6          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>50</b>  |

Fonte: GABSTI

## PLANO DE ACOMPANHAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS – PADS

A área de desenvolvimento de sistemas é fundamental para a melhoria dos processos de trabalho das unidades administrativas porque ela é responsável pela construção, implantação ou melhoria de sistemas corporativos que buscam promover a agilidade e o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas por essas unidades.

Atualmente, a equipe de desenvolvimento está comprometida com o atendimento da demanda representada pelos sistemas priorizados pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI), que integram o Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas (PADS) vigente. Além de outras demandas que surgiram ao longo do período, definidas pela administração superior como prioritárias.

Para realização dos trabalhos relacionados a essa atividade, o Tribunal dispõe do Contrato TRE-PI nº 70/2018, celebrado com a empresa iBrowse Consultoria e Informática. Esse contrato é gerido pela Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura e fiscalizado pela Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas. O contrato foi renovado recentemente e sua vigência vai até 05 de novembro de 2020.

## INFRAESTRUTURA DE TI

Durante a gestão houve empenho dos colaboradores no sentido de fortalecer a infraestrutura de TI, primar pela satisfação dos clientes dos serviços, entregar serviços alinhados aos requisitos da Justiça Eleitoral e promover a segurança da Informação, estando todas essas ações em conformidade com os objetivos do Plano Estratégico 2015-2020 e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI).

Das ações executadas merecem destaque as voltadas nas seguintes áreas:

### **Telecomunicações**

#### ***Backbone Secundário***

Em 2018 foi realizado certame licitatório para links de comunicação de dados que culminou no Contrato TRE-PI nº 18/2019 (ITT). O novo contrato possui velocidades de links de comunicação de pelo menos 5Mbps, o que viabiliza várias aplicações no Tribunal, dentre elas a videoconferência, e está em processo de migração dos links nas diversas zonas eleitorais.

Ao fim de 2019, estão em funcionamento:

- um enlace de 200Mbps (concentrador), na sede do Tribunal;
- 106 enlaces de dados disponíveis para uso nos cartórios eleitorais e concentradores;

Enlaces em unidades administrativas externas (ARQUIVO, DEPÓSITO).

A assinatura do Contrato n° 18/2019 proporcionou uma economia anual de quase R\$ 700.000,00, quando comparado ao contrato anterior (Contrato TRE-PI n° 01/2015 – Oi).

### **Rede sem Fio**

Em caráter de teste, foram instaladas no Fórum da Capital e em algumas zonas eleitorais redes sem fio, com acesso à Internet e Intranet:

- 91ª zona eleitoral (Luís Correia);
- 3ª e 4ª zonas eleitorais (Parnaíba);
- 11ª Zona Eleitoral (Piripiri);
- 10ª, 28ª e 62ª Zonas Eleitorais (Picos);
- 38ª Zona Eleitoral (Paulistana).

### **INFRAESTRUTURA DE DATACENTER**

O data center atual do TRE-PI foi inaugurado em 12/12/2011. Desde então foram adicionados equipamentos como: nova biblioteca de fitas para backups, links de internet redundante, expansão de armazenamento, duas novas lâminas para processamento na infraestrutura do Chassi Blade e novos refrigeradores de precisão.

Para atualização dos equipamentos de processamento (Blade) e armazenamento (Storages) foram iniciados, ainda em 2017, estudos sobre sistemas de hiperconvergência. Em 2018, foi dado início ao processo de aquisição (0003654-17.2018.6.18.8000) que não logrou êxito. Caso o processo licitatório tivesse sido exitoso, o parque de processamento e armazenamento seria atualizado e o remanescente (Blade e Storage) serviriam como site backup (Resolução CNJ nº 211, na Seção III - NIVELAMENTO TECNOLÓGICO).

Além dos processos de renovação da infraestrutura na área de processamento e armazenamento, foi iniciado, através do SEI 0005264-20.2018.6.18.8000, o processo de

aquisição de switches que integram o núcleo de comunicação do Tribunal (switches core), mas esse processo também não teve êxito.

Ainda carente de atualização e de equipamentos de redundância, a Seção de Infraestrutura iniciou, em 2019, processos para aquisição de armazenamento (0007235-06.2019.6.18.8000) e de switches core (0002524-55.2019.6.18.8000 e 0012643-75.2019.6.18.8000). O primeiro processo está em vias de recebimento da solução de armazenamento (storage), o segundo (switches) está na fase de pregão. Com essas atualizações, espera-se suplantat as necessidades básicas da infraestrutura e criar um certo nível de redundância para as operações críticas do Tribunal.

Com a implantação da nova storage, haverá a necessidade de atualização do software de backup para que seja possível a realização do backup das máquinas virtuais em meio que não seja fita magnética. O backup realizado em disco (storage) permitirá rápida recuperação em caso de falhas.

Foram realizadas aquisições em 2019 para renovação e ampliação dos serviços providos pela STI. Foram adquiridos 10 switches de acesso, aguarda-se o envio de 2 switches para rede de armazenamento (SAN), e 3 switches para o núcleo de transmissão da rede local (core para o backbone da rede local), permitindo escalamento para maiores velocidades no futuro.

A infraestrutura de aquisição foi realizada para viabilizar do projeto de criação de Site Backup (remoto) localizado do Fórum de Teresina.

Foi adquirida e instalada a solução de armazenamento All-flash com 100TB de armazenamento, permitindo maior segurança, rapidez e eficiência das informações armazenadas no Tribunal (e-mail, banco de dados do Pje e outros).

Foi adquirida nova estrutura de processamento (Chassi Blade) para aumentar o processamento e recursos (memória) para as aplicações deste TRE. Com esse equipamento será permitida a movimentação da estrutura para o data center localizado do Fórum de Teresina, criando-se o site backup necessário para atender exigências legais e de disponibilidade dos sistemas.

Para maiores detalhes consultar sitio do TRE-PI através do link <http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-gestao/relatorio-transicao-sti>.

## ELEIÇÃO OFICIAL

### **Sobre o Recadastramento Eleitoral Biométrico**

Em 2018, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí/TRE-PI estava no apagar das luzes do recadastramento eleitoral com biometria. O processo revisional alcançava já os últimos 41 municípios restantes para que todo o eleitorado do Estado do Piauí fosse contemplado com o recadastramento biométrico.

Deste modo, nas eleições de 2018, cem por cento do eleitorado piauiense estava habilitado a utilizar a impressão digital na hora de votar, substituindo a assinatura a punho, o que conferiu mais celeridade ao processo e aumentou, sobremaneira, a transparência no exercício do voto.

Além da conclusão do cadastramento com biometria, o Tribunal deu prosseguimento, em 2018, ao processo de rezoneamento nos cartórios do interior. Das 98 zonas eleitorais antes existentes, o TRE passou a contar, na etapa final de remanejamento, com 82 zonas eleitorais e 16 postos descentralizados para atendimento ao eleitor.

### **Sobre a Redistribuição das Urnas Eletrônicas**

Em recente encontro de Diretores Gerais dos TREs, ocorrido em Brasília, na sede do TSE, foi informado que a justiça eleitoral fará redistribuição do seu parque atual de urnas eletrônicas, caso a aquisição de novos equipamentos, cujo processo ainda está em andamento, não ocorra a tempo de possibilitar sua efetiva utilização nas eleições municipais de 2020.

Se isso ocorrer, muitos regionais deverão ceder uma parte do seu acervo de urnas eletrônicas, a fim de sanar o déficit existente no conjunto das urnas existentes em todo o país, de modo a não causar prejuízo ao pleito eleitoral de outubro vindouro.

**Por determinação do TSE cada Tribunal cedente deverá elaborar plano contemplando o remanejamento de parte de suas urnas para outros Tribunais, o que implicará em alterações no planejamento do citado pleito eleitoral e provocará o recálculo da quantidade de eleitores por seção nessas eleições.**

Em números atuais o estado do Piauí possui 10.548 seções eleitorais distribuídas nos seus 224 municípios. Ao considerarmos as agregações de seções, que de praxe acontecem em cada pleito, chegaremos ao número de aproximadamente 9.500 seções efetivas, para fazer face à votação no dia do pleito eleitoral de outubro deste ano. Além das seções efetivas, seriam necessárias em torno de 1.000 urnas de reserva para eventuais contingências.

Foi a partir de cálculos similares a esses que o TRE-PI disponibilizou 11.529 urnas eletrônicas – contadas aí urnas de seção e de contingência, nas eleições de 2018. Com a eventual redistribuição a ser implementada pelo TSE, tem-se que o estado do Piauí teria que dispor seu eleitorado total – 2.408.707 eleitores – números de hoje – em apenas 7.665 seções eleitorais efetivas.

Dessa forma, nas eleições de 2020, o TRE-PI contaria com aproximadamente 9.000 urnas - entre seção e contingência, portanto mais de 2.500 urnas a menos que no último pleito eleitoral realizado. Nessas condições seria necessário alocar-se até 500 eleitores por seção na capital e até 400 por seção no interior.

**Tamanha redução no número de urnas eletrônicas produzirá efeitos diretos no pleito eleitoral, tendo em vista que aumentará a concentração de eleitores por seção, acarretando maior volume de trabalho para os mesários e, dilatando, em consequência, o tempo médio de votação do eleitor, o horário de encerramento das urnas nas seções e o tempo de transmissão dos resultados.**

### **Conselhos Tutelares**

Por solicitação, no primeiro trimestre de 2019, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA-PI, o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí viabilizou a cessão, por empréstimo, de urnas eletrônicas e sistema eletrônico de votação, para a realização das eleições de Conselheiros Tutelares dos municípios piauienses. O referido pleito eleitoral veio a ocorrer no dia 6 de outubro de 2019.

Segundo o Termo de Convênio nº 7/19, celebrado entre o TRE-PI e o CEDCA-PI, o Tribunal faria o empréstimo e o transporte das urnas eletrônicas, já preparadas, até a sede das zonas eleitorais e ministraria, através dos cartórios eleitorais, treinamento para técnicos indicados pelos conselhos tutelares, com a finalidade de prestar suporte na véspera e no dia

do pleito. Foram utilizadas 1.892 urnas eletrônicas, sendo 1.471 na recepção de votos e 421 a título de contingência.

Dada a importância dos Conselhos Tutelares, instituições imbuídas da defesa dos direitos da criança e do adolescente, o Tribunal Superior Eleitoral, visando alargar a transparência do processo, disponibilizou, além de urnas e sistema de votação, um sistema totalizador para os municípios que assim desejassem.

No Piauí, 69 municípios optaram por utilizar o sistema totalizador da justiça eleitoral, instalado nos cartórios eleitorais. 119 municípios, conquanto tenham utilizado urnas eletrônicas, optaram pela totalização de maneira individualizada, sem utilização do totalizador da justiça eleitoral.

As eleições dos Conselhos Tutelares se dão, semelhantemente aos pleitos eleitorais oficiais, a cada quatro anos. Assim como em 2019, o TRE-PI também emprestou urnas eletrônicas e sistema de votação quando das eleições realizadas pelos Conselhos no ano de 2015.

Naquela ocasião, todavia, se deu apenas o empréstimo das urnas eletrônicas e sistema de votação, sem, no entanto, a participação do Tribunal ter se estendido, como em 2019, ao transporte das urnas, o funcionamento dos cartórios eleitorais na véspera e dia da eleição e a disponibilização de sistema totalizador.

As experiências com o processo eleitoral dos Conselhos Tutelares de 2019 nos trazem luzes para o cenário que poderá ser o próximo pleito que essas entidades organizarão quando da renovação, daqui a quatro anos, dos mandatos dos representantes eleitos em 2019, caso de novo solicitem a parceria da justiça eleitoral.

É aconselhável que o Tribunal Regional Eleitoral, se outra vez demandado quanto ao empréstimo de urnas eletrônicas e sistema de votação para as eleições dos conselhos tutelares nos municípios, não vá além do empréstimo puro e simples dos equipamentos e respectivo sistema de votação.

Não foi atitude proveitosa o TRE-PI ter efetuado o transporte das urnas eletrônicas e oferecido suporte através de servidores e colaboradores, na sede e nos cartórios eleitorais, gerando horas trabalhadas a serem pagas em pecúnia ou convertidas em folgas, como se deu.

Houve considerável transtorno quando da efetivação do pagamento desses colaboradores, pois a fonte pagadora era externa – o CEDCA-PI. O pagamento em pecúnia foi feito de maneira parcial, contemplando uns e deixando de contemplar outros, o que gerou grande descontentamento junto ao pessoal que, tendo prestado serviço, somente algum tempo depois foi remunerado. O CEDCA alegou desencontros nas informações bancárias dos favorecidos.

O transtorno narrado gerou a abertura de apuração (SEI nº 0019316-84.2019.6.18.8000), tendo em vista que o CEDCA-PI, signatário do Termo de Convênio nº 7/2019, firmado entre o TRE e a citada instituição, não cumpriu integralmente as cláusulas contratuais do referido termo.

Afigura-se prudente que o Tribunal lance mão, para as eleições dos conselhos tutelares, exatamente da mesma logística utilizada quando realiza os demais pleitos comunitários: parametrizar a eleição, preparar as urnas, treinar os representantes da entidade requerente e entregar os equipamentos mediante recibo, prevendo eventual responsabilização por danos causados.

## CENTRAL DE SERVIÇOS

Ao longo dos anos o TRE-PI tem envidado esforços para melhoria de seus serviços de TI. No ano de 2011 a CSTI (Central de Serviços de Tecnologia da Informação) foi instituída pela Portaria nº 635/2011 do TRE-PI. No período de maio de 2011 até novembro de 2015, utilizou uma ferramenta gratuita para gerenciamento de incidentes e requisição de serviços, entretanto, a ferramenta não contemplava várias orientações contidas na ITIL, como o Gerenciamento de Mudanças e Acordos de Nível de Serviços.

Dessa maneira, em 2014 foi firmado o Contrato TRE-PI nº 009/2014 com a empresa INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA, por meio do qual foram contratados serviços de consultoria para implantação de 9 (nove) processos e 1 (uma) função, fornecimento de software e treinamento. A função contratada foi a Central de Serviços e os processos contratados foram:

- Gerenciamento do Catálogo de serviços
- Gerenciamento de Nível de Serviços
- Gerenciamento de Mudanças
- Gerenciamento de Configuração e Ativos de Serviços

- Gerenciamento da Liberação e Implantação
- Gerenciamento de Eventos
- Gerenciamento de Incidentes
- Gerenciamento de Requisições
- Gerenciamento de Problemas

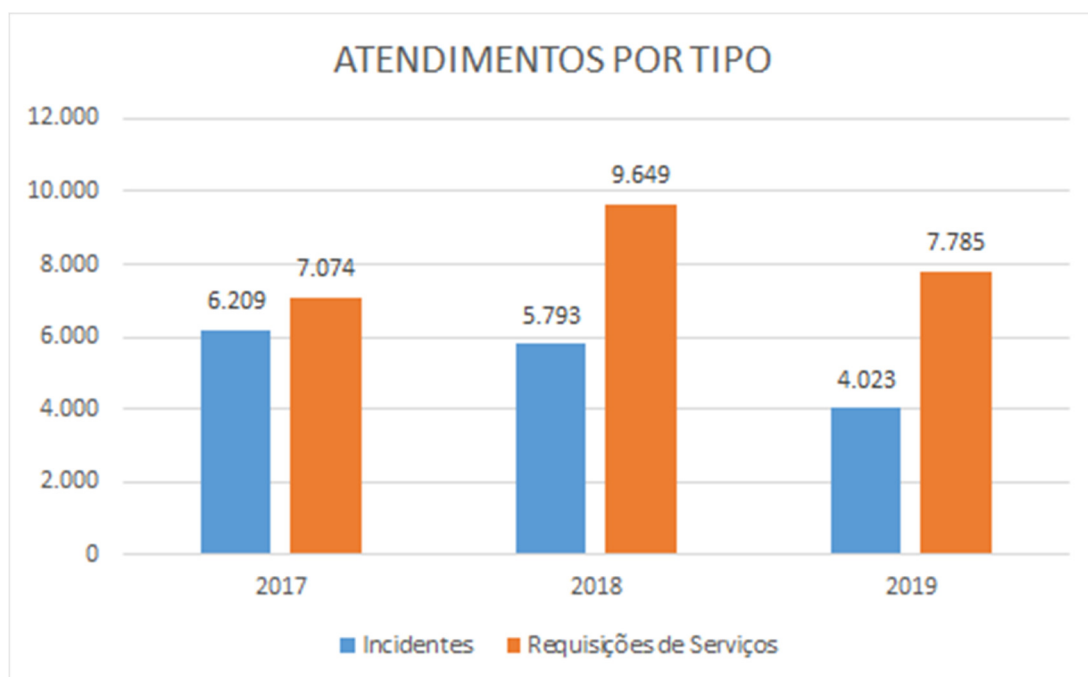
Atualmente, os processos de gerenciamento de incidentes e de requisições são os que estão em um nível mais avançado de utilização. Já os processos de gerenciamento de catálogo de serviços, de nível de serviços e de configuração e ativos de serviços estão em estágio inicial de funcionamento. Os processos de problema e mudança estão em fase de teste de cadastro no sistema SysAid. Os demais processos ainda não estão implementados.

Abaixo tabela demonstrativa com informações da evolução do atendimento de chamados junto à central de serviços.

Quadro – Atendimentos por tipo

| Ano   | 2017          | 2018          | 2019          |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Incidentes  | 6.209         | 5.793         | 4.023         |
| Requisições de Serviços                                 | 7.074         | 9.649         | 7.785         |
| <b>Total</b>  | <b>13.283</b> | <b>15.442</b> | <b>11.808</b> |
| <b>Fonte: Sistema SysAid, consultado em 13/01/2020.</b> |               |               |               |

Gráfico – Atendimentos por tipo



## URNAS ELETRÔNICAS

Com o advento da votação eletrônica no Brasil nas eleições gerais 1996, a Justiça Eleitoral passou a investir na aquisição de urnas eletrônicas para todo o Brasil. A implantação da votação eletrônica foi realizada em três eleições sucessivas, conforme o quantitativo do eleitorado do país, sendo que nas Eleições Gerais de 2000 o projeto de implantação do voto eletrônico atingiu todos os municípios do Brasil.

Desde então, a Justiça Eleitoral vem atualizando o parque de urnas eletrônicas para atender os requisitos de avanços tecnológicos exigidos pela sociedade brasileira. A Tabela abaixo apresenta o quantitativo de urnas do Estado do Piauí.

**Tabela 22 – Quantitativo de urnas eletrônicas no estado do Piauí**

| URNAS MODELO          | SITUAÇÃO            | ESTOQUE       |
|-----------------------|---------------------|---------------|
| URNAS 2006            | PARA DESCARTE       | 25            |
| URNAS 2008            | PARA DESCARTE       | 168           |
| PARQUE URNAS          | OPERACIONAIS        | 10.894        |
| <b>TOTAL DE URNAS</b> | <b>DESCARTE</b>     | <b>193</b>    |
|                       | <b>OPERACIONAIS</b> | <b>10.894</b> |

**Fonte:** COELEI

## REDES LOCAIS

Após viagens realizadas em razão do Plano de Ação "Instalação de equipamentos de TI para utilização do PJe", foram detectadas demandas para serem sanadas posteriormente.

Entre essas demandas, destaca-se a necessidade de implantação de rede lógica certificada, com os locais de acomodação de equipamentos ativos de rede, e de uma rede elétrica que permita o uso seguro de equipamentos elétricos (computadores, monitores, impressoras ...).

Nos cartórios eleitorais do Piauí é normal não existir rack para a instalação de switch de rede e equipamentos de comunicação, há um uso exagerado de extensões ante a pouca quantidade de tomadas elétricas, etc.

Essa precariedade na infraestrutura de rede lógica e elétrica, além de deixar desprotegido o sistema computacional do TRE/PI a ataques externos (hackers), expõe os servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral a riscos que podem causar danos a sua integridade física (possibilidade de choque, incêndio ...)

Desse modo, faz-se necessário a elaboração de um plano de ação que implante em todos os cartórios eleitorais do Piauí uma infraestrutura para a rede lógica e elétrica em conformidade com as normas técnicas pertinentes (ABNT) e com a competência das disciplinas profissionais envolvidas (Engenharia Elétrica e suas especializações).

Para tanto, deve ser feito ou contratado pelo setor de engenharia deste Tribunal, nos termos da Resolução CONFEA nº 218/1973, que discrimina as atividades a serem desenvolvidas pelas diferentes modalidades de engenharia, a elaboração e execução de um projeto personalizado para cada zona eleitoral.

Por fim, as redes locais (LAN – Local Area Network), conforme relatórios apresentados pela SEAU, não possuem certificação, consistindo, portanto, em um fator de precariedade na segurança da informação e na conectividade do prédio sede e de inúmeras zonas eleitorais. Nesse ponto, é necessária a revisão das redes locais no curto e no médio prazo.

## SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

### COORDENADORIA DE PESSOAL

#### **Implantação do sistema de frequência nacional**

Começou a operar, a partir de 01º de dezembro de 2019, o novo sistema de controle de frequência dos servidores do Tribunal (Frequência Nacional). Como toda novidade, nesta fase inicial o sistema ainda exige muitos aperfeiçoamentos. Todo o curso de sua implantação está consolidado no Processo SEI nº [0011206-96.2019.6.18.8000](#).

#### **Banco de Horas – anulação de processos de reconhecimento de dívida**

Nos autos do processo SEI nº [0012587-76.2018.6.18.8000](#), a Presidência do TRE-PI decretou a nulidade de todas as decisões que autorizaram a conversão em pecúnia de créditos horários lançados em banco de horas. Determinou, ainda, diversas providências adicionais que estão sendo observadas por esta Secretaria.

#### **Controle do limite legal para consignações facultativas**

Numa iniciativa da Direção-Geral, foi deflagrado procedimento direcionado à produção de relatório sobre os percentuais de consignação facultativa atualmente existentes nos contracheques dos servidores (SEI nº [0012587-76.2018.6.18.8000](#))

#### **Reembolsos de mandados (processos sobrestados)**

Cumprindo determinação da Presidência desta Casa, exarada no Processo SEI nº [0008026-39.2019.6.18.8011](#), os processos de reembolso pelo cumprimento de mandados estão sobrestados até a aprovação de nova Resolução sobre a matéria, o que é objeto do PJe n. 0600213-54.2017.6.18.0000.

#### **Indícios de irregularidades apontados pelo TCU atualmente em apuração**

Está em curso o Processo SEI nº [0012876-72.2019.6.18.8000](#), que versa sobre indício de irregularidade consistente no pagamento de pensão civil a filha maior de 21 anos.

#### **Concessões da vantagem denominada "opção de função"**

Quanto a Indícios de Irregularidade, em procedimento de controle externo (Representação do TC 035.933/2019-4) estão sendo tratadas as concessões da vantagem denominada "opção de função" a 8 (oito) servidores inativos enquadradas como "Recebimento indevido de rubrica de Opção". Para fins de ciência e acompanhamento, encontra-se no SEI, no processo restrito [0001488-41.2020.6.18.8000](#), a relação dos servidores que recebem tal parcela em seus proventos. Importante frisar que a revisão das concessões decorre de alteração de entendimento pelo TCU.

**Recomendações decorrentes dos achados de auditoria na folha de pagamento**

Nos Processos SEI nº [0009905-17.2019.6.18.8000](#) e nº [0008432-30.2018.6.18.8000](#) estão consolidados os mapeamentos dos processos de trabalho e as providências adotadas em cumprimento às recomendações decorrentes dos achados de auditoria empreendida pela unidade competente na folha de pagamento.

**Autuação de processos para registro e controle dos dados referentes às folhas de pagamento**

Mensalmente, são criados no sistema SEI processos com a finalidade de consolidar as informações relativas às folhas de pagamento de servidores, a exemplo do SEI nº [0000053-32.2020.6.18.8000](#) e processos a ele relacionados.

**Redistribuições obrigatórias**

Em cumprimento à determinação da Corregedoria Geral Eleitoral, exarada no Pedido de Providências nº 23/2016-CGE, tramita neste Regional o Processo SEI n.º [0008803-91.2018.6.18.8000](#), cujo objeto é redistribuições obrigatórias de cargos, estando algumas delas ainda pendentes de efetivação.

**COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO****Dimensionamento da Força de Trabalho**

O projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho surgiu de uma parceria entre o Tribunal Superior Eleitoral - TSE e a Universidade de Brasília - UNB, com o objetivo de desenvolver e implementar uma metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho no TSE e nos demais Tribunais Regionais Eleitorais. No dia 19 de agosto de 2019, sob a Coordenação da COEDE, o grupo de trabalho realizou no Auditório “Des. Vicente Ribeiro Gonçalves” o lançamento oficial do Dimensionamento da Força de Trabalho no TRE – PI com a presença do Diretor Geral do TRE – PI, do Juiz Auxiliar da Presidência e Corregedoria, dos Secretários, Coordenadores e Chefes de Seção. Os trabalhos de coleta qualitativa no TRE – PI iniciaram-se no dia 26 de agosto de 2019, de acordo com a disponibilização das unidades encaminhadas pelo TSE. Atualmente já foram feitas as coletas qualitativas (entrevistas) na Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria Judiciária, Secretaria de Tecnologia da Informação e Corregedoria Regional Eleitoral.

**Gestão por Competências**

Entre os dias 25 e 29 de março de 2019, o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em parceria com a Universidade Federal do Pará, realizou a Oficina de Mapeamento das

Competências nas unidades deste Regional. Cerca de 70 unidades foram mapeadas e 532 competências descritas pelos servidores. De 12 de junho a 10 de julho de 2019, foi realizado o 1º Ciclo Avaliativo da Gestão por Competências, que obteve participação de 89% dos servidores da instituição. O resultado, apresentado por meio do Relatório Final, será utilizado para definir/subsidiar as ações de capacitação que serão desenvolvidas pela instituição (pelo Tribunal) e para quais membros da equipe as mesmas serão oferecidas (e os servidores que serão contemplados).

### **Nomeações de Servidores**

Com o advento da Emenda Constitucional 95/2016, o Tribunal Superior Eleitoral tem editado, sistematicamente, normas que disciplinam o provimento dos cargos vagos no âmbito da Justiça Eleitoral. Foram autorizados e nomeados, no ano de 2019, 08 (oito) Técnicos Judiciários, sendo 06 (seis) da Área Administrativa sem especialidade e 02 (dois) com a especialidade Programação de Sistemas (Processos SEI nº 0000709-23.2019.6.18.8000 e 0008296-96.2019.6.18.8000). Ressaltamos, que, de acordo com a Port. TSE nº 33/2020, de 16/01/2020, que altera a Portaria – TSE nº 671/2017, que dispõe sobre a suspensão de provimentos de cargos efetivos no âmbito da Justiça Eleitoral, conforme os arts. 1º e 2º, há possibilidade de nomeação, no exercício de 2020, nos casos de aposentadoria e falecimento de servidor, de 1 cargo de Analista Judiciário e 7 cargos de Técnicos Judiciários, nos casos de vacâncias ocorridas a partir de 1º de abril do ano anterior, em razão de exoneração, demissão e posse em outro cargo inacumulável, independentemente de limite. O Concurso ora vigente terá sua validade expirada em 29.08.2020 e não há previsão na Proposta Orçamentária/2020 para contratação de entidade para realização de novo certame público.

### **Cargos Vagos**

Informamos que há um cargo vago de Analista Judiciário – Área Administrativa, Especialidade Medicina, cuja redistribuição foi determinada pelo Corregedoria Geral Eleitoral para o TRE-TO, e um cargo vago de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Transporte.

Quantitativo de Técnicos e Analistas com as respectivas formações acadêmicas:

| Cargo               | Total de servidores | Graduação | Especialização | Mestrado | AQ 1 | AQ2 | AQ 3 |
|---------------------|---------------------|-----------|----------------|----------|------|-----|------|
| Técnico Judiciário  | 236                 | 63        | 136            | 5        | 53   | 50  | 49   |
| Analista Judiciário | 171                 | 171       | 143            | 6        | 26   | 38  | 64   |

### **Adicional de Qualificação**

Treinamento: Em complementação, informamos que 136 servidores adquiriram Adicional de Qualificação – Treinamento, neste ano, sendo 77 Técnicos Judiciários e 59 Analistas Judiciários.

### **Progressão/promoção (2019)**

| Classe/Padrão | Técnico Judiciário | Analista Judiciário |
|---------------|--------------------|---------------------|
| A1            | 8                  | 0                   |
| A2            | 1                  | 1                   |
| A3            | 9                  | 9                   |
| A4            | 13                 | 4                   |
| A5            | 0                  | 2                   |
| B6            | 2                  | 1                   |
| B7            | 4                  | 4                   |
| B8            | 6                  | 5                   |
| B9            | 7                  | 4                   |
| B10           | 10                 | 12                  |
| C11           | 3                  | 0                   |
| C12           | 2                  | 7                   |
| C13           | 170                | 123                 |
| <b>TOTAL</b>  | <b>235</b>         | <b>172</b>          |

**Plano Anual de Capacitação - ano 2019****GERAL**

| TIPO                    | QTD, | Nº DE PARTICIPANTES |
|-------------------------|------|---------------------|
| CURSOS                  | 07   | 382                 |
| CONGRESSO               | 01   | 02                  |
| FÓRUM                   | 01   | 04                  |
| SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO | 01   | 01                  |

**STI/2019**

| TIPO   | QTD, | Nº DE PARTICIPANTES |
|--------|------|---------------------|
| CURSOS | 03   | 07                  |

**EXTRA PAC/2019**

| TIPO        | QTD, | Nº DE PARTICIPANTES |
|-------------|------|---------------------|
| CURSOS      | 06   | 66                  |
| TREINAMENTO | 01   | 05                  |
| MBA         | 01   | 02                  |

**Concurso de Remoção**

Informamos que o Processo SEI nº 0003595-29.2018.6.18.8000, originado do PAD 2336/201, que deflagrou o 25º concurso de remoção para Técnico Judiciário, encontra-se sobrestado por determinação do Diretor-geral, conforme Despacho nº (doc. 0876576). Quanto à designação da comissão, encontra-se em fase de consulta (doc. 0889753), em virtude de Despacho - SGP nº 48270 (doc. 0872389).

**Clima Organizacional**

A Pesquisa de Clima Organizacional encontra-se em fase de alteração de composição do Comitê de Gestão do Clima Organizacional (doc. SEI 0014893-81.2019.6.18.8000). Posteriormente, será definido, pelo Comitê, o cronograma de atividades e a metodologia a ser utilizada no questionário aplicado.

**Quantitativo de estagiários:**

Temos vagas para 64 (sessenta e quatro), sendo 48 (quarenta e oito) de nível superior, 8 (oito) de nível médio e 8 (oito) pós-graduação.

O valor da bolsa de estágio vigente é de R\$ 742,00 para nível superior, R\$ 566,00 para nível médio e R\$ 1.019,17 de pós-graduação. Tramita em Processo SEI nº 0019672-79.2019.6.18.8000 estudos para promoção de reajuste do valor da bolsa para estagiário de nível superior para R\$ 838,90, de nível médio para R\$ 639,92 e de pós-graduação para R\$ 1.224,30.

As atividades realizadas pela Coordenadoria Técnica compreendem matérias adstritas à legislação de pessoal e envolveram, ao longo dos meses da Gestão, desde a orientação inicial acerca da concessão de direitos e benefícios, até a execução, análise, acompanhamento e fiscalização de atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadorias e pensões e reversão ao serviço público.

No biênio de trabalho desta Administração até a presente data (20/1/2020), esta Coordenadoria emitiu 2.329 pareceres, propôs 54 minutas para criação/atualização de normativos deste Regional, prestou 42 Informações à Presidência para subsidiar suas respostas aos órgãos externos. Ainda, auxiliou através de 462 despachos e 376 diligências, subsidiando a tomada de decisão da Secretaria que lhe compete, bem como a Diretoria-Geral e a Presidência, dentre outras inúmeras atividades processuais possíveis de serem aferidas através de estatística do próprio Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Através dos tipos documentais citados no parágrafo anterior, os achados desta Coordenadoria envolveram estudos e sugestões, instrução básica para uma necessária alteração (e adequação às normas mais recentes) da legislação de pessoal em assuntos diversos. Dentre eles, a propositura de uma nova Resolução regulamentadora dos reembolsos e das indenizações pelo cumprimento de mandados no âmbito deste Regional – já em trâmite no PJE nº 0600213-54.217.6.18.0000, estando os autos conclusos para decisão.

Ainda em trâmite no SEI encontram-se os seguintes processos que merecem atenção especial:

- Processo nº 0012587-76.2018.6.18.8000: Alteração da Resolução acerca da prestação de labor além-jornada – uma nova Resolução será proposta

ainda nesta gestão para aprovação e implementação pela próxima Administração);

- Processo nº 0011846-02.2019.6.18.8000: Alteração da Resolução acerca do pagamento de diárias – a propositura de uma nova Resolução dá-se em decorrência das várias etapas implantadas de rezoneamento, bem como para sanar incongruências com a Resolução TSE nº 23.323/2010);;
- Processo nº 0000526-52.2019.6.18.8000: Estudo e revisão da parcela denominada “opção de função” nas aposentadorias – decorrente da mudança de entendimento do Tribunal de Contas da União acerca do tema.

Nesta gestão, conforme citado, a Coordenadoria Técnica também passou a colaborar diretamente em respostas desta Presidência à Advocacia-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e ao Conselho Nacional de Justiça, com informações e documentações enviadas quando demandas judiciais envolviam o TRE-PI. Importa salientar que as solicitações judiciais mais comuns e principais relacionavam-se aos seguintes temas:

- Recolhimento do Imposto de Renda sobre os valores do terço constitucional de férias pagos ao servidor;
- Recolhimento de valor relativo à participação no programa de Assistência Pré-Escolar; e
- Questionamentos acerca das regras para banco de horas, bem como solicitações de pagamento de tais horas realizadas em exercícios anteriores.

Após finalização das etapas de rezoneamento, importa salientar a necessidade de atualização do Anexo I, da Portaria nº 001/2013, já alterado pela Portaria nº 693/2014, relativamente às substituições dos Chefes de Cartório.

Ainda e por fim, importante se faz a edição de Portaria que determine o valor dos reembolsos e das indenizações pelo cumprimento de mandados no âmbito deste Regional, bem como atualizar anualmente os valores pagos a título de benefícios aos servidores.

## SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Foram promovidas, como ações de prevenção ao adoecimento, ações tais como a implantação do programa de ginástica laboral (SEI nº 0010202-24.2019.6.18.8000), programa de prevenção da saúde bucal (SEI nº 0014735-26.2019.6.18.8000), Campanha de Vacinação Antigripal (SEI nº 0003689-40.2019.6.18.8000) e ciclo de palestras na área médica e odontológica (SEI nº 0006127-39.2019.6.18.8000).

Em continuação ao plano de promoção à saúde de magistrados e servidores, conforme Resolução CNJ nº 207/2015, o SAS encaminhou os seguintes programas:

## ACÕES DE PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO

### METAS E AÇÕES PARA 2020

| DESCRIÇÃO   |
|---|
| Campanha de Vacinação Antigripal, Ano 2020  |
| Curso de Gestante   |
| Programa Reeducação Alimentar   |
| Exames Médicos Periódicos, Ano 2020   |
| Programa Saúde Mental   |
| Emissão de Guias Médicas através da internet e intranet do TRE-PI   |
| <u>Campanha de Saúde Bucal – 2ª Etapa</u> - Realização de palestra abordando orientações para promoção e prevenção de saúde bucal aos servidores lotado nos cartórios eleitorais do interior do Estado. |
| <u>Plano de convocação, voluntária, dos servidores ativos da sede do TRE-PI</u> , visando a realização de exames clínicos para controle preventivo e detecção de possíveis agravos à saúde bucal.       |
| Palestra de Saúde Bucal para os colaboradores terceirizados lotados na sede do TRE-PI.  |

### METAS E AÇÕES PARA 2021

|  |
|--|
| Programa Prevenção da Saúde Bucal.                                 |
| Campanha de Vacinação Antigripal, Ano 2021                         |
| Programa: Pausa no Trabalho (Ginastica Laboral)                    |
| Programa: Prevenção do Estresse e Outros Transtornos Psicossociais |
| Exames Médicos Periódicos, Ano 2021                                |

**METAS E AÇÕES PARA 2022**

|   |
|---|
| Programa Prevenção da Saúde Bucal.              |
| Campanha de Vacinação Antigripal, Ano 2022      |
| Programa: Pausa no Trabalho (Ginastica Laboral) |
| Programa: Prevenção e Controle do Diabetes      |
| Exames Médicos Periódicos, Ano 2022             |

**METAS E AÇÕES PARA 2023**

|  |
|--|
| Programa Prevenção da Saúde Bucal.         |
| Campanha de Vacinação Antigripal, Ano 2023 |
| Programa: Coração Amigo                    |
| Programa: Maturidade Ativa                 |
| Exames Médicos Periódicos, Ano 2022        |
| Programa: Doação de Órgão (sangue)         |

Quanto aos valores despendidos para programa de assistência à saúde, PRÓ SAÚDE, e os valores pagos ao plano de saúde dos servidores, através da Associação de Servidores da Justiça Eleitoral - ASJEPI, temos o seguinte:

| <b>CATEGORIA</b>                                     | <b>VALOR</b>        |
|--|---------------------|
| REEMBOLSO  | 155.507,76          |
| PARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS COM PLANO DE SAÚDE PRIVADO | 2.083.305,90        |
| RESSARCIMENTO AOS SERVIDORES                         | 950.090,83          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>3.188.904,49</b> |

Por fim, em relação aos Exames Médicos Periódicos, previstos nas Resoluções TRE/PI nº 261/2013 e nº 285/2014, tramita uma solicitação para redução do número de exames exigidos no Processo SEI nº 0001103-64.2018.6.18.8000.

## GABINETE SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Dentre outras atribuições, ao Gabinete da Secretaria cabe a publicação dos relatórios da transparência, exigência do Conselho Nacional de Justiça. As Resoluções do CNJ e as informações publicadas estão em pasta virtual com caminho no fileservidor SGP - SGP ANO 2019 - TRANSPARÊNCIA 2019.

Ao encargo do Gabinete está o acompanhamento dos Índícios de Irregularidades, por descumprimento de preceitos legais, apontados pelo Tribunal de Contas da União. Esses indícios estão relacionados no portal do TCU e-Pessoal e já tiveram esclarecimentos registrados, ora estando submetidos a análise e acompanhamento pelo Órgão de Controle. Destaca-se, porém, que existe um único indício para o qual ainda não foram registradas as informações, estando aguardando, para tal, a finalização o processo SEI 0012876-72.2019.6.18.8000, onde estão sendo apurados os fatos apontados como irregularidades pelo TCU.

Em cumprimento a Intimação do Conselho Nacional de Justiça, a constituição do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, encontra-se em fase de escolha dos magistrados, para tal, tramita processo SEI nº 0013396-66.2018.6.18.8000.

Por fim, os indicadores estratégicos definidos para Secretaria de Gestão de Pessoas, na Estratégica para o período de 2015/2020, estão em processo SEI nº 0007466-33.2019.6.18.8000.

## COORDENADORIA DE CONTROLES INTERNOS

### PRINCIPAIS CARÊNCIAS DA UNIDADE

#### Servidores

A Unidade conta com um quadro reduzido de servidores nas Seções de Auditoria de Gestão de Pessoas e de Gestão Administrativa. Atualmente, cada unidade conta apenas com duas servidoras cada uma, o que representa limite no desempenho das funções ou mesmo para implantação de novas rotinas que permitam aperfeiçoamento das atividades.

A mesma carência se revela na Assistência de Prestação de Contas, tendo em vista o volume de processos que tramitam na Coordenadoria para análise. Atualmente, referida assistência conta apenas com três servidores.

#### Capacitação

Em face da diversidade de temas abordagem nas auditorias, a participação dos servidores da Unidade, incluindo a área de análise de processos licitatórios, em eventos de capacitação específicos se revela fundamental para melhor desempenho das atividades.

#### Corregedoria

##### AÇÕES E PROJETOS DE MAIOR DESTAQUE DE 2018 a 2019

1. Cadastro dos juízes eleitorais e chefes de cartório no sistema de acesso ao **Banco Nacional de Mandados de Prisões - BNMP 2.0**, do CNJ;
2. **Desenvolvimento do plano de ação “Organização do Atendimento no Fechamento do Cadastro Eleitoral”**: Planejamento de iniciativas para evitar congestionamento dos cartórios na etapa final do prazo de alistamento eleitoral - fechamento do cadastro;
3. **Renovação dos termos de convênio com o TJ-PI e o MP-PI para utilização do SIEL – Sistema de Informações Eleitorais**: Garantia da continuidade de acesso direto de juízes e promotores eleitorais aos dados do Cadastro Nacional de Eleitores – Sistema ELO;
4. **IV Etapa do Rezzoneamento Eleitoral de Municípios do Piauí**:
  - 4.1 Remanejamento da 85ª Zona Eleitoral (Joaquim Pires e Murici dos Portelas) para Esperantina, que passou a contar com duas zonas (41ª e 85ª);
  - 4.2 Remanejamento da 77ª Zona Eleitoral (Arraial e Francisco Aires) para Floriano, que passou a contar com três zonas (9ª, 61ª e 77ª);

4.3 Redistribuição de parte do eleitorado da 9ª Zona Eleitoral (Floriano) para a 61ª Zona Eleitoral, também sediada em Floriano.

5. **Revisão do Manual de Procedimentos Cartorários:** Atualização normativa e procedimental do manual que norteia o funcionamento dos cartórios eleitorais, fruto de 9 (nove) meses de árduo trabalho de uma competente equipe de servidores de cartórios eleitorais e da sede;
6. **Desenvolvimento de aplicativo “Sophos”:** Ferramenta para acesso ao Manual de Procedimentos Cartorários em dispositivos móveis, desenvolvido em parceria com a STI, que permite consulta, atualização contínua e interação com usuários;
7. **Evento de capacitação de chefes de cartório:** Curso de atualização sobre as inovações do novo Manual de Procedimentos Cartorários e de apresentação do aplicativo *Sophos* com uma média de 100 participantes;
8. **Implantação do Sistema de Informação de Óbitos e Suspensão de Direitos Políticos INFODIP:** Automatização das ações de registro de informações no Cadastro Geral de Eleitores diretamente pelos órgãos da Justiça Comum, dispensando a tramitação de documentos físicos sobre óbitos, condenações criminais e extinção de punibilidade, entre outros;
9. **Instalação e efetivo funcionamento do Núcleo de Assistência Administrativa ao Primeiro Grau na Corregedoria – NAAPGCRE.**
10. **Implantação do PJe - Processo Judicial Eletrônico:** Todas as zonas eleitorais da circunscrição do TRE-PI integrados ao PJe até dezembro/2019;
11. **Atividades correcionais:**
  - 42 inspeções “*in loco*” em 2018;
  - 81 correções ordinárias em 2018;
  - 82 correções ordinárias e 1 extraordinária em 2019.
12. **Novo provimento regulamentando inspeções e correções eleitorais no Piauí:** Atualização normativa e adequação de procedimentos, com destaque para:
  - Novo período de realização das correções ordinárias (fevereiro e março), reduzindo a sobrecarga no final dos anos eleitorais;
  - Instituição da “correção de posse” por Juízes ao assumirem titularidade de zonas eleitorais para levantamento de acervo processual e patrimonial do cartório;
  - Instituição da “inspeção virtual” por videoconferência entre as equipes da Corregedoria e das zonas eleitorais; e
  - Autuação e tramitação das correções e inspeções em meio eletrônico, pelo sistema PJe, que absorverá a maioria dos procedimentos de correção e inspeção

## PRINCIPAIS PROJETOS PROGRAMADOS PARA 2020

### PROJETO MESÁRIOS – ELEIÇÕES 2020

- Capacitação especial de mesários para auxiliar eleitores com deficiência (PcD);
- Adesão do TRE-PI ao Canal do Mesário, que disponibiliza aplicativo para smartfone;
- Realização de treinamento de mesários por EaD e Internet;
- Fomento à realização de parcerias com instituições de ensino superior públicas e privadas para incentivar a participação de mesários voluntários;
- Realização de ações perante as Câmaras Municipais objetivando a aprovação de leis municipais de incentivo ao “Mesário Voluntário”;
- Viabilização da participação de servidores de cartórios eleitorais e dos integrantes do Grupo de Trabalho “Mesários” do TRE-PI no 2º Fórum Nacional de Chefes de Cartório – FNCC, com foco nas boas práticas cartorárias, envolvendo a temática *mesários*.

### PROJETO FECHAMENTO DO CADASTRO – ELEIÇÕES 2020 (SEI nº 0001188-79.2020.6.18.8000)

- Iniciativas para minimizar a concentração de eleitores na semana final do prazo de alistamento (fechamento do cadastro eleitoral);
- Normatização do horário do funcionamento dos Cartórios Eleitorais do Estado, por meio de edição de uma Portaria Conjunta.
- Acompanhamento in loco das atividades referente ao fechamento do cadastro.

### PROJETO AMPLIAÇÃO DO INFODIP

Celebração de Termo de Convênio com a Justiça Federal do Piauí e organizações militares do Estado, para utilização do Sistema INFODIPWeb quando do envio das comunicações referentes à conscrição, condenação criminal/improbidade administrativa e extinção de pena.

### ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

#### Dificuldades verificadas quanto à atividade disciplinar:

A apuração de denúncias apresentadas contra os Juízes Eleitorais de 1º grau está sob a responsabilidade do Corregedor Regional Eleitoral, nos termos do art. 20, I, do Regimento Interno do TRE/PI - Resolução TRE/PI nº 107/2005. De igual modo, o processamento de reclamações e representações contra os servidores dos Cartórios Eleitorais também constitui atividade designada, regimentalmente, ao Corregedor Regional Eleitoral, como previsto no art. 20, III, do Regimento Interno do TRE/PI - Resolução TRE/PI nº 107/2005.

No desempenho desse mister, as notícias/denúncias que chegam à Corregedoria são autuadas como procedimento de averiguação preliminar, submetidos a uma análise simplificada, da qual pode resultar: arquivamento, ou determinação de abertura de processo para apuração, que seja sindicância ou PAD.

Quando a conclusão é pela abertura de processo disciplinar em face de servidor de Cartório Eleitoral ou de Magistrado de 1º grau, o Corregedor determina a apuração perante a Comissão respectiva em atuação neste Tribunal, todas constituídas por determinação do Presidente do órgão, às quais o Corregedor delega a competência para apuração e de quem recebe o relatório.

De modo sucinto, listamos algumas dificuldades já verificadas no cumprimento desta tarefa:

- Aparente omissão no Regimento do TRE/PI, no que pertine à competência para apurar denúncias em face de servidores da Sede, uma vez que o art. 20, III, refere-se a servidores de Cartórios Eleitorais, e, s.m.j., não encontramos na resolução do Regimento Interno disposição similar, prevendo a mesma competência em relação aos servidores da sede do Tribunal;
- Aparente conflito normativo entre o regramento do art. 20, III, do Regimento Interno do TRE-/PI (que se refere aos servidores dos Cartórios Eleitorais) e as disposições contidas no Código de Ética – Resolução TRE/PI nº 258/2013, que se refere a todos os servidores do Tribunal, de modo amplo, incluindo requisitados e até estagiários;
- Falta de harmonização na aplicação das normas da Lei nº 8.112/90, do RITRE/PI e do Código de Ética, no que pertine ao procedimental dos processos disciplinares.

Assim, sugerimos a criação de um grupo de trabalho multissetorial com o objetivo de discutir amplamente todos os aspectos que envolvem apuração de ilícitos no âmbito deste Regional, para, ao final, apresentar soluções quanto ao regramento e estruturação dessa atividade no organograma desta Justiça Especializada.

Registramos, por fim, que a Assessoria da Presidência desta Casa, em manifestação do processo SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0890340), informa que não houve apuração de denúncias apresentadas e nem proposta a instauração de processo administrativo disciplinar em face dos Membros deste Tribunal.

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em razão do processo SEI nº **0015867-21.2019.6.18.8000** que versa a situação encontrada do imóvel pertencente a este Egrégio Tribunal, localizado na Rua Castro Alves, s/n, Bairro Junco, Picos-PI, por meio de arquivo fotográfico constante do SEI nº 0839507, que evidencia o estado péssimo de conservação, o qual poderá trazer sérios riscos de acidentes aos transeuntes, recomendamos o acompanhamento das medidas adotadas para a solução em definitivo da situação evidenciada nos autos em epígrafe.

Necessidade de acompanhamento do Processo Administrativo SEI nº 0017255-56.2019.6.18.8000, onde constatou-se a necessidade retificação dos registros de imóveis da União, nos quais encontram-se edificadas o Prédio Sede deste Tribunal e seus dois anexos, bem como seja adotado providência no sentido de reaver uma área de 128,00 m<sup>2</sup> do referido imóvel, invadido pela Arquidiocese de Teresina.

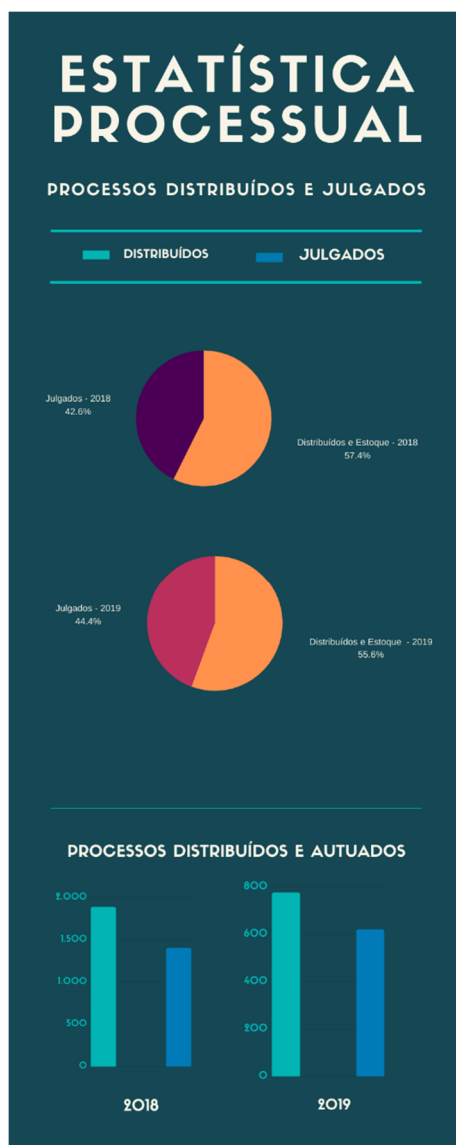
## SECRETARIA JUDICIÁRIA

### SECADP

#### DESEMPENHO INSTITUCIONAL – ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIAL

Na gestão da prestação jurisdicional referente ao **ano de 2018**, a Secretaria Judiciária autuou e distribuiu 1.634 (hum mil seiscentos e trinta e quatro) processos, que somados aos feitos distribuídos em anos anteriores e pendentes de apreciação – 248(duzentos e quarenta e oito), totalizam 1882(hum mil oitocentos e oitenta e dois) processos em tramitação, tendo sido submetidos a julgamento 1.399(hum mil trezentos e noventa e nove) feitos. Este Egrégio Regional julgou 74,33% (setenta e quatro e trinta e três por cento) dos processos judiciais autuados, consoante se vê no demonstrativo abaixo.

Em referência ao **exercício de 2019**, a Secretaria Judiciária autuou, distribuiu e revisou autuações de 292(duzentos e noventa e dois) processos, que somados aos feitos distribuídos em anos anteriores ainda pendentes de julgamento – 483(quatrocentos e oitenta e três), totalizam 775(setecentos e setenta e cinco) feitos, dos quais, 619(seiscentos e dezenove) foram apreciados por esta corte eleitoral, conforme cenário estatístico abaixo.



Desta forma, a Secretaria Judiciária deste Tribunal alcançou o índice geral de **85%** no cumprimento da Meta 1 2018 e **212%** em 2019 do Poder Judiciário (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente). Quanto ao cumprimento da meta 2 (julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015), o índice geral do TRE-PI foi de 56,25%.

### PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe

O Processo Judicial Eletrônico não contemplava todas as classes processuais, passando a incorporá-las em sua totalidade, inclusive quanto às competências originária e recursal, com o advento da Resolução TRE/PI n.º 360, de 11.06.2018 e n.º 363, de 14.08.2018.

Estas medidas contribuíram sobremaneira para a promoção da celeridade na tramitação dos processos judiciais e administrativos, assegurando a razoável duração dos processos que tramitam neste Tribunal, seja originariamente ou em sede recursal, tudo em sintonia com os objetivos estratégicos de combater a corrupção e a improbidade administrativa e garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e administrativa.

Um marco importante foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico na totalidade das zonas eleitorais do Piauí no exercício de 2019, iniciando no mês de agosto com conclusão em dezembro do ano em referência, em obediência à determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Para o cumprimento desta ação, foram necessários diversos treinamentos envolvendo todas as zonas eleitorais do estado do Piauí, treinamentos estes que a SECADP participou ativamente seja como instrutor, seja como auxiliar, envolvendo 90%(noventa por cento) de seu quadro funcional. Desta forma, o TRE/PI cumpriu a meta específica do CNJ para 2019 para a justiça Eleitoral (Implantar o processo judicial eletrônico (PJE) em unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral).

Com a implantação do PJe nas zonas eleitorais a Secretaria Judiciária criou tutorias de apoio ao sistema eletrônico, subdivididas por região, como um meio facilitador da utilização eficiente do sistema eletrônico de processos.

## **GESTÃO DA ESTATÍSTICA PROCESSUAL**

Observando-se a estatística de gestão processual disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral em sua página eletrônica, que refletia o quantitativo de processos parados há mais de 30 dias em cada unidade da federação, o TRE/PI demonstrava um elevado número de feitos estagnados no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP. A Secretaria Judiciária compôs uma força tarefa com o propósito de analisar e propor soluções para imprimir celeridade aos feitos eleitorais paralisados, concluindo que o fato gerador era, substancialmente, a precária alimentação do sistema sob análise, primordialmente, nas zonas eleitorais. Após implementação das medidas corretivas, o estoque processual deste tribunal, em relação à condição referida, apresentou um decréscimo de 213 processos, passando a figurar somente 39 feitos paralisados há mais de trinta dias no demonstrativo de tramitação processual disponibilizado pelo TSE.

Uma medida reparadora desta unidade, desta feita em referência ao processo eletrônico, foi a revisão de todas as autuações no sistema adotado por este tribunal, para adaptá-las às tabelas processuais unificadas aprovadas e disponibilizadas.

## **GESTÃO DO PROCESSO DE REGISTRO DE CANDIDATURA NAS ELEIÇÕES 2018**

### **O Projeto Gestão do Processo de Registro de Candidatura nas Eleições 2018**

teve como principal produto a capacitação dos colaboradores da Secretaria Judiciária e de outras unidades do TRE/PI, bem como dos representantes dos partidos políticos e advogados para as demandas provenientes do registro de candidatura no pleito próximo passado, de forma eficaz e efetiva, adequando os sistemas operacionais, recursos materiais e rotinas cartorárias, possibilitando uma tramitação célere e diligente dos processos de registro de candidatura, com habilidade para operar os sistemas que lhes são pertinentes e garantir o cumprimento do calendário eleitoral imposto pela legislação pertinente, observando-se as alterações impostas pela Resolução TSE nº 23.548/2017.

Ressalte que, como no ano de 2018 inaugurou-se o pleito utilizando-se o processo judicial eletrônico integrado ao Sistema de Candidatura – CAND os principais riscos enfrentados pela Secretaria Judiciária se detiveram no processo eleitoral especialmente quanto ao uso adequado dos Sistemas de Candidatura (CANDex e CAND) e PJe pelos servidores, partidos políticos e advogados.

Assim, para mitigar esses riscos adotou-se a estratégia de realizar treinamento sobre os sistemas de candidatura e processo judicial eletrônico aos servidores, representantes partidários e advogados.

O processamento das representações de propaganda eleitoral, bem como os pedidos de direito de resposta ficaram sob a responsabilidade da SECADP em sua integralidade, contemplando desde o fluxo inicial até o seu respectivo arquivamento. Para cumprimento desta atribuição, a unidade destacou três colaboradores, restando para os demais, todo o curso dos feitos relativos ao registro de candidatura e demais processos em tramitação neste tribunal.

Impende registrar que se alcançou o objetivo maior desse projeto, com a capacitação dos servidores e colaboradores dessa unidade, além dos partidos políticos e advogados, de forma eficaz e efetiva, adequando-se os sistemas operacionais, recursos

materiais e rotinas cartorárias de modo a possibilitar uma tramitação de processos de registro de candidatura célere e diligente e com habilidade para operar os sistemas que lhes são pertinentes.

Registre, por fim, que o presente projeto mostrou-se de elevada importância vez que implementou metodologias que otimizaram o desempenho dos servidores da Secretaria Judiciária, garantindo a qualidade da prestação dos serviços eleitorais no tocante ao processo de registro de candidatura e propaganda eleitoral, devendo ser renovado quando das eleições vindouras, além de contribuir para a execução dos objetivos estratégicos institucionais, no caso, decrescendo a taxa de congestionamento dos feitos eleitorais, meta atingida devido a redução do tempo médio de tramitação dos processos, o que possibilitou celeridade aos atos processuais.

## MULTAS APLICADAS PELO TRE/PI

Nas tabelas a seguir estão relacionadas as multas eleitorais aplicadas aos partidos políticos, candidatos e demais condenados até o exercício de 2019. As tabelas estão divididas por processos que geraram multas e que foram encaminhadas à PFN/AGU para inscrição em Dívida Ativa da União e processos em que houve condenação pecuniária ainda em execução neste Tribunal.

### 1. Processos encaminhados à PFN/AGU para inscrição em Dívida Ativa da União

**TABELA 1 - Multas de Processos encaminhadas para a PFN**

| Exercício da Remessa | Processo      | Valor R\$        |
|----------------------|---------------|------------------|
| 2018                 | RP 2393-39    | 5.320,50         |
| 2019                 | PET 34-09     | 5.320,50         |
| 2019                 | RP 2641-05    | 7.934,29         |
| 2019                 | PC 0601613-69 | 5.000,00         |
| 2019                 | PA 0600648-91 | 19.183,16        |
| 2019                 | RP 0601188-42 | 5.000,00         |
| 2019                 | PC 0601346-97 | 1.935,90         |
| 2019                 | PC 0601599-85 | 1.280,00         |
| 2019                 | PA 0602002-54 | 2.119,73         |
| <b>SUBTOTAL</b>      |               | <b>42.453,08</b> |

**TABELA 2 - Multas de Processos encaminhadas para a AGU**

| Exercício da Remessa | Processo      | Valor R\$         |
|----------------------|---------------|-------------------|
| 2018                 | PC 91-61      | 6.838,22          |
| 2018                 | PC 152-19     | 12.048,47         |
| 2018                 | PC 85-88      | 2.010,00          |
| 2018                 | PC 90-13      | 23.184,03         |
| 2018                 | PC 70-51      | 2.273,76          |
| 2018                 | PC 105-45     | 171.335,33        |
| 2019                 | PC 0601311-40 | 100.000,00        |
| 2019                 | PC 0601314-92 | 6.000,00          |
| 2019                 | RP 1223-90    | 75.000,00         |
| 2019                 | PC 0601499-33 | 14.070,00         |
| <b>SUBTOTAL</b>      |               | <b>412.759,81</b> |

*Observação: As informações sobre o status das multas impostas nos processos das tabelas acima são atualizadas de acordo com a comunicação da PFN/AGU ou do próprio devedor a esta secretaria. Caso não tenham informado o pagamento ou não pagamento das multas, não constará nas tabelas, entendendo-se como montante a ser recolhido no cálculo total feito após as tabelas abaixo.*

**TABELA 3 – Multas Eleitorais**

| Exercício da Execução | MONTANTE DEVIDO   | VALOR LIQUIDADO ATÉ DEZEMBRO DE 2019 | REQUERENTE DO PARCELAMENTO          |
|-----------------------|-------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| 2019                  | 10.641,00         | 10.641,00                            | Candidato (QUITADO)                 |
| 2019                  | 10.641,00         | 10.641,00                            | Candidato (QUITADO)                 |
| 2019                  | 4.266,00          | 512,76                               | Pessoa Física (PARCELADO)           |
| 2018                  | 5.320,50          | 5.320,50                             | Candidato (QUITADO)                 |
| 2018                  | 5.320,50          | 5.320,50                             | Candidato (QUITADO)                 |
| 2019                  | 1624,96           | -                                    | Candidato (EM PROCESSAMENTO)        |
| 2019                  | 5.000,00          | 5.000,00                             | Candidato (QUITADO)                 |
| 2019                  | 54.327,00         | 18.077,06                            | Pessoa Física (PARCELADO)           |
| 2019                  | 54.327,00         | 20.192,39                            | Pessoa Jurídica ((PARCELADO)        |
| 2018/2019             | 367.790,17        | 64.548,16                            | Candidato (PARCELADO)               |
| 2019                  | 23.104,03         | -                                    | Processo suspenso por 12 meses      |
| 2019                  | 2.000,00          | 2.000,00                             | Coligação Partidária                |
| 2019                  | 2.317,93          | 289,74                               | Candidato (PARCELADO)               |
| 2019                  | 285,90            | 285,90                               | Candidato (QUITADO)                 |
| 2019                  | 1.900,00          | -                                    | Candidato (EM PROCESSAMENTO)        |
| 2019                  | 50.826,92         | -                                    | Partido Político (EM PROCESSAMENTO) |
| 2019                  | 25.000,00         | -                                    | Candidato (EM PROCESSAMENTO)        |
| <b>SUBTOTAL</b>       | <b>624.692,91</b> | <b>142.829,01</b>                    |                                     |

TABELA 4 – Devolução ao Erário

| Exercício da Execução | MONTANTE DEVIDO R\$ | VALOR LIQUIDADO ATÉ DEZEMBRO DE 2019 R\$ | REQUERENTE DO PARCELAMENTO                           |
|-----------------------|---------------------|--|--|
| 2018                  | 6.450,00            | 6.450,00                                 | Partido Político (QUITADO)                           |
| 2019                  | 1.514,85            | -  | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 1.871,00            | 1.871,00                                 | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 9.771,80            | 497,68                                   | Candidato (PARCELADO)                                |
| 2019                  | 6,23                | 6,23                                     | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 370,00              | 0,00                                     | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 26,50               | 26,50                                    | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 1.064,10            | 1.064,10                                 | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 24,00               | 24,00                                    | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 26,80               | 26,80                                    | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 50,00               | 50,00                                    | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 23.104,03           | -  | Partido Político<br>(Processo suspenso por 12 meses) |
| 2019                  | 2.273,76            | -  | Partido Político                                     |
| 2019                  | 5.000,00            | -  | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 6.000,00            | -  | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 5.000,00            | -  | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 71,80               | 71,80                                    | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 150,00              | 150,00                                   | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 398,50              | 398,50                                   | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 1.300,00            | -  | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 70,00               | 70,00                                    | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 104.603,36          | -  | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 59,10               | 59,10                                    | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 785,90              | 785,90                                   | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 4.573,90            | 4.573,90                                 | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 74.044,26           | -  | Partido Político (EM PROCESSAMENTO)                  |
| 2019                  | 7.974,22            | -  | Partido Político (EM PROCESSAMENTO)                  |
| 2019                  | 3.935,90            | 3.935,90                                 | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 800,00              | -  | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 435,90              | 435,90                                   | Candidato (QUITADO)                                  |
| 2019                  | 1.850,00            | -  | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 308,33              | -  | Partido Político (EM PROCESSAMENTO)                  |
| 2019                  | 1.935,90            | -  | Candidato (EM PROCESSAMENTO)                         |
| 2019                  | 2.080,00            | 2.080,00                                 | Candidato (QUITADO)                                  |
| <b>SUBTOTAL</b>       | <b>267.930,14</b>   | <b>22.577,31</b>                         |  |

## RESULTADOS E CONCLUSÕES NA GESTÃO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E ELEITORAIS DA SECADP

Em linhas concludentes, há de se observar o bom êxito das iniciativas implantadas nesta unidade, propiciando o aperfeiçoamento dos andamentos processuais, seja pela implantação em sua totalidade do processo judicial eletrônico, seja pela melhoria das rotinas cartorárias, o que lhe permitiu atuar como coadjuvante importante no alcance do cumprimento da meta 1 de 2019 do Conselho Nacional de Justiça. Tudo isto impactou no cumprimento dos objetivos estratégicos deste TRE/PI, quais sejam, “Combater a corrupção e a improbidade administrativa” e “Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e administrativa”.

### SEGDP

Apresentamos as inovações relevantes existentes em sistemas de competência desta Seção de Gerenciamento de Dados Partidários/SEGDP, pertencente à Secretaria Judiciária deste Tribunal Regional Eleitoral, **biênio 2018/2019**, a seguir:

1. Implantação do novo e virtual Sistema FILIA em substituição ao antigo Filiaweb; Inovação(ões):
  - 1.1 Instalação em nova plataforma (ODIN).
  - 1.2 Extinção da dupla filiação;
  - 1.3 Implantação da filiação automática;
  - 1.4 Possibilidade de, via o próprio sistema Filia, repassar informações acerca do mesmo.
  - 1.5 Transferência da competência da Corregedoria Regional Eleitoral para a Presidência dos Tribunais Regionais Eleitorais.
  - 1.6 Permissão de consultar o “log” das ações dos servidores no sistema Filia;
  - 1.7 Emparelhamento do sistema Filia ao Sistema de Apoio de Partido em Formação/SAPF.
2. Implantação Sistema de Gerenciamento de Dados Partidários versão 3.0, em substituição ao SGIP, versão 2.0;
  - 2.1 Instalação em nova plataforma (ODIN).
  - 2.2 Anotações obrigatórias, via sistema SGIPex, de delegados e representantes partidários;

- 2.3 Todos os campos de anotações partidárias, tais como nomenclatura dos membros (presidente, tesoureiro, etc..) com seus dados pessoais e de contato ficam sendo de uso obrigatório;
- 2.4 O próprio Sistema SGIPin alerta quando existe pendência em anotações, tais como, ausência do cadastro nacional de pessoas jurídicas/CNPJ, ensejando devolução imediata da mesma;
- 2.5 Possibilidade de suspensão do órgão partidários, via sistema, quando não tiver prestado contas anuais de prestação de contas;
- 2.6 Ativação no sistema do painel de acompanhamento das anotações automaticamente pelo sistema SGIPin, onde possibilita a inativação e/ou suspensão de órgãos partidários;
- 2.7 Possibilidade de emissão de relatórios contendo:
  - 2.7.1 Histórico de ações “log”;
  - 2.7.2 Quantitativo de órgãos partidários;
  - 2.7.3 Alterações por partido;
  - 2.7.4 Histórico de membros, etc...
- 2.8 Emparelhamento dos dados do SGIP com o sistema ELO3, bem como com os dados contidos na Receita Federal/RF.
- 3. Implantação do Sistema de Apoio de Partidos em Formação/SAPF;
  - 3.1 Instalação em nova plataforma (ODIN);
  - 3.2 Emparelhamento do Sistema de Apoio de Partido em Formação/SAPF ao Filia;
  - 3.3 O próprio Sistema de Apoio de Partido em Formação/SAPF alerta quando o eleitor apoiador está inapto à assinatura quando o mesmo está filiado a partido político, ensejando sua devolução;
  - 3.4 Emissão de certidão de apoio, via o sistema SAPF;
  - 3.5 Possibilidade de emissão de relatórios de apoio por lote e zona eleitoral, via sistema SAPF;
  - 3.6 Visualização dos responsáveis pela colheita de assinaturas no próprio sistema, neste caso, sendo informado pelo próprio partido em formação no SAPF externo.OFICIO No 4-202

## COSAP

**REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO PJe PARA ADVOGADOS (2018)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno e a Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição ministraram treinamento no PJe de 4 turmas de advogados nos dias 19.01.2018 e 23.02.2018, nos horários das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas.

**GUIA PJe PARA ADVOGADOS E GUIA RÁPIDO PJe PARA ADVOGADOS (2018)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno elaborou dois guias para advogados sobre o Sistema PJe, contemplando: base normativa, acesso ao sistema, painel do advogado, editor de texto do PJe, como cadastrar um novo processo no PJe, como cadastrar processo incidental no PJe autos digitais, como responder a uma intimação (apresentar contestação, interpor recurso, contra-arrazoar, etc.), como anexar petições/documentos a um processo em andamento, como inserir procuração e substabelecimento, como consultar processos não protocolados, como incluir no *push*, como alterar dados cadastrais do advogado, como cadastrar assistente de advogados e como consultar audiência e pauta das sessões.

Os guias foram elaborados a partir da wiki do PJe no CNJ ([http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/P%C3%A1gina\\_principal](http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/P%C3%A1gina_principal)) e do Manual do Advogado (<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-manual-para-advogados-pje>), e estão disponíveis no Portal do TRE-PI na internet: <http://www.tre-pi.jus.br/servicos-judiciais/processo-judicial-eletronico-pje/capacitacao>.

**GUIA DO PORTAL DO TRE-PI (3ª edição) (2018)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno elaborou Guia do Portal do TRE-PI (3ª edição). Organizado em ordem alfabética, relaciona todos os links e serviços disponíveis. Dessa forma, o Guia facilita o acesso do usuário, interno ou externo, à informação ou ao serviço pesquisado, como acórdãos e processos; cadastro para receber, por e-mail, informações processuais; informações acerca das doações aos candidatos, além de uma série de outros dados disponibilizados no Portal do TRE/PI. O guia está disponível no Portal do TRE-PI na internet: <http://www.tre-pi.jus.br/jurisprudencia/publicacoes>.

**COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TRE-PI (2018-2019)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno participou dos trabalhos da Comissão de Revisão do Regimento Interno do TRE-PI, incumbida da adaptação do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí ao Novo Código de Processo Civil e ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 202/2015. A exposição de motivos e a minuta de resolução da Comissão do Regimento Interno foi apresentada no SEI 0013271-64.2019.6.18.8000.

**DEGRAVAÇÃO DAS SESSÕES DO TRE-PI (2018-2019)**

A Seção de Taquigrafia, com o quadro de apenas dois servidores, procedeu à degravação, revisão e consolidação da íntegra das sessões de julgamento e sessões solenes do TRE-PI no período de 2018-2019.

**PROVIDÊNCIAS PARA CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 46/2007, QUE DISPÕE SOBRE AS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS DO PODER JUDICIÁRIO (2018)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno sistematizou e inseriu no SADP, das zonas eleitorais e do Tribunal, os movimentos das Tabelas Processuais Unificadas (magistrados) que estão de acordo com as especificidades da Justiça Eleitoral. Essas informações constam do SEI 10154-02.2018.6.18.8000.

**GUIA RÁPIDO SADP ZONAS ELEITORAIS (2018)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno elaborou o Guia Rápido SADP Zonas Eleitorais, versando a sistematização dos movimentos referentes aos pronunciamentos judiciais. O guia foi organizado a partir da tabela de movimentos disponíveis no Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do CNJ, conforme informações compiladas pela COSAP e que constam do SEI 10154-02.2018.6.18.8000, tendo sido enviado por e-mail às zonas eleitorais.

**GUIA RÁPIDO SADP ASSESSORIAS DOS MEMBROS DA CORTE (2018)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno elaborou o Guia Rápido SADP Assessorias dos Membros da Corte, versando a sistematização dos movimentos referentes aos pronunciamentos judiciais. O guia foi organizado a partir da tabela de movimentos disponíveis no Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do CNJ, conforme informações compiladas pela COSAP e que constam do SEI 10154-02.2018.6.18.8000, tendo sido enviado por e-mail às assessorias dos membros da Corte.

**GUIA RÁPIDO PJe ASSESSORIAS DOS MEMBROS DA CORTE (2018)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno elaborou o Guia Rápido PJe Assessorias dos Membros da Corte, versando a sistematização dos movimentos referentes aos pronunciamentos judiciais. O guia foi organizado a partir da tabela de movimentos disponíveis no Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do CNJ, conforme informações compiladas pela COSAP e que constam do SEI 10154-02.2018.6.18.8000, tendo sido enviado por e-mail às assessorias dos membros da Corte.

**GUIA RÁPIDO SADP SECRETÁRIO DE SESSÕES (2018)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno elaborou o Guia Rápido SADP Secretário de Sessões, versando a sistematização dos movimentos referentes aos pronunciamentos judiciais (acórdãos). O guia foi organizado a partir da tabela de movimentos disponíveis no Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do CNJ. Referido guia foi elaborado a partir das informações compiladas pela COSAP e que constam do SEI 10154-02.2018.6.18.8000.

**PAUTA ANOTADA (2019)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno apresenta aos membros da Corte, antes do início de cada sessão, a Pauta Anotada, contendo informações processuais sobre

cada processo, a composição da Corte, a votação e o teor das manifestações de processos com julgamento suspenso, os impedimentos e/ou suspeições, etc.

### **SISTEMATIZAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS NO SADP: MÓDULO ZONA ELEITORAL (2019)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno elaborou o Guia Sistematização dos Pronunciamentos Judiciais no SADP: Módulo Zona Eleitoral, com as recentes atualizações da Tabela Processual Unificada de Movimentos e com o firme propósito de sensibilizar os servidores para os registros adequados das movimentações processuais no SADP, possibilitando a extração de relatórios gerenciais e estatísticos fidedignos e o aperfeiçoamento das informações processuais. Referido guia está disponível na intranet do TRE-PI: <http://intranet.tre-pi.jus.br/unidades/judiciaria/outras-paginas/publicacoes>.

### **GUIA DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS – SADP: ZONA ELEITORAL (2019)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno elaborou o Guia do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP: Zona Eleitoral, visando ao aprimoramento dos processos internos e da gestão da informação no TRE-PI, facilitando as atividades respectivas e fortalecendo a imagem da instituição na sociedade. Referido guia está disponível na intranet do TRE-PI: <http://intranet.tre-pi.jus.br/unidades/judiciaria/outras-paginas/publicacoes>.

### **REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO PJe PARA ZONAS ELEITORAIS (2019)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno e a Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição ministraram treinamento no PJe para todas as zonas eleitorais no ano de 2019, conforme cronograma de implantação do Sistema.

### **COMPÊNDIO ADMINISTRATIVO – RESOLUÇÕES NORMATIVAS DO TRE-PI SISTEMATIZADAS, ATUALIZADAS E ANOTADAS (2019)**

A Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno elaborou o Compêndio Administrativo – Resoluções Normativas do TRE-PI Sistematizadas, Atualizadas e Anotadas. Em sua primeira parte, apresentam-se o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, o Regimento dos Juízos e Cartórios Eleitorais da Circunscrição do Piauí e o Regulamento Interno da Secretaria do TRE/PI. Seguem-se, na segunda parte, as Resoluções Normativas e, na terceira parte, um quadro analítico com todas as resoluções elaboradas por este Regional a partir de 18/11/1981, contendo o assunto e a respectiva vigência. Ao seu final, encontram-se disponíveis a relação de zonas eleitorais e respectivos termos judiciais após a III etapa do rezoneamento e o índice alfabético para auxiliar o usuário na pesquisa das normas por assunto. Na versão eletrônica, por sua vez, há hiperligações ao longo do texto a fim de facilitar o acesso rápido a outras partes do Compêndio e a documentos localizados na internet.

**COJURD**

A Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação tem por competência, dentre outras, a função de gerenciar a base de dados da jurisprudência deste Egrégio Regional. Destaca-se, além desta competência referida, a tarefa de elaborar e disponibilizar na web do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí os seguintes fascículos: Informativo – TRE/PI, Ementário – TRE/PI e Infosejub – TRE/PI.

Para melhor clareza, passaremos a descrever as mencionadas tarefas, apresentando os respectivos resultados:

**Base de Dados de Jurisprudência**

Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (ITAR) – é uma base de dados desenvolvido pelo TSE e alimentado pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Nesse sistema são inseridas todas as decisões proferidas pela Corte do TRE, ou, em alguns casos, decisões de natureza singular. Assim, são lançados e disponibilizados na web deste Tribunal todos os acórdãos e resoluções proferidos pela egrégia Corte de Justiça deste Tribunal.

No exercício de 2018, foram lançados e disponibilizados no Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (ITAR) o número de 700 acórdãos e 14 resoluções. Em 2019, foram 450 acórdãos e 08 resoluções.

No referido sistema ITAR consta – até a presente data – **17.698 acórdãos** proferidos pela egrégia Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Endereço eletrônico: <http://www.tre-pi.jus.br/jurisprudencia/inteiro-teor>

**Informativo**

É um serviço de disponibilização das ementas das decisões proferidas pela egrégia Corte de Justiça do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, cujo objetivo é divulgar mensalmente, de forma resumida, as decisões da Egrégia Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Este informativo é elaborado pela Seção de Jurisprudência e Biblioteca e disponibilizado na web do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Foram lançados e disponibilizados na web do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e na Biblioteca Virtual do TSE o quantitativo de 12 informativos (exercício de 2018) e 12 informativos (exercício de 2019).

Endereço eletrônico: <http://www.tre-pi.jus.br/jurisprudencia/informativo-tre-pi-1/informativo-tre-pi>

## Ementário

É um compêndio de cunho informativo que disponibiliza – anualmente – as ementas dos acórdãos e resoluções proferidos pela egrégia Corte de Justiça do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, as quais expressam, de forma clara e direta, a síntese dos fundamentos da decisão.

Encontram-se disponibilizados na web deste Tribunal o ementário de 2018 e 2019 no endereço eletrônico: <http://www.tre-pi.jus.br/jurisprudencia/inteiro-teor>

## Infosejub

É um serviço de informação elaborado pela Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Consiste na pesquisa, coleta e disponibilização diária de informações de interesse da Justiça Eleitoral do Piauí oriundas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União e Estado do Piauí.

Essas informações são disponibilizadas, diariamente, via e-mail institucional de todas as unidades administrativas do TRE-PI e servidores deste Tribunal.

A Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação, no exercício de 2019, visando disseminar o conhecimento jurídico a todas as instâncias da Justiça Eleitoral do Piauí, adquiriu – através da Presidência do TRE/PI – acesso à Plataforma Biblioteca Digital Fórum, disponibilizando assim a todos os servidores, bem como aos usuários da Justiça Eleitoral – a estes somente quando presentes no ambiente da Justiça Eleitoral – ferramenta de pesquisa às Revistas, aos Informativos, Livros, Códigos e Vídeos que reúnem o conhecimento gerado e sistematizado pela Editora Fórum, com atualização diária e acesso simultâneo, ilimitado e permanente.

O sistema de busca torna a pesquisa simples e inteligente, proporcionando um aumento da produtividade e segurança na pesquisa para a fundamentação jurídica. De sorte que entre livros, códigos, revistas, informativos e vídeos foram disponibilizados mais de 10.000 (dez mil) exemplares.

Endereço eletrônico: <http://intranet.tre-pi.jus.br/institucional/biblioteca-virtual>

Ademais, foram adquiridos nos exercícios de 2018 e 2019 mais de 500 (quinhentos) livros e códigos para a Biblioteca deste Tribunal.

À Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação cabe também a função de elaborar e executar os Planos de Ação – Eleições de 2020 cuja deliberação deverá ser examinada pela Corte deste Tribunal ao analisar o Programa Eleições 2020:

### **Plano de Ação – Compêndio – Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2020**

É ferramenta de trabalho dos operadores do direito e mesmo como fonte de consulta do eleitor, no exercício de sua cidadania política.

As Resoluções do TSE que serão reunidas neste compêndio são as seguintes:

1. Calendário Eleitoral;
2. Pesquisas Eleitorais;
3. Representações, Reclamações e Pedidos de Respostas;
4. Registro de Candidatura;
5. Propaganda Eleitoral e Condutas Vedadas;
6. Prestação de Contas; e
7. Atos Preparatórios.

As demais resoluções ficarão disponibilizadas no site do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no endereço seguinte: <http://www.tre-pi.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-2020/normas-e-documentacoes-eleicoes-2020>.

### **Plano de Ação – Manuais e Folderes – Eleições 2020**

A organização e execução do processo eleitoral compete à Justiça Eleitoral, consoante art. 1º do Código Eleitoral. Este processo inicia-se com o alistamento eleitoral e finaliza com a diplomação dos eleitos, além das demandas judiciais perpetradas antes, durante e após o referido processo.

Nesse sentido, torna-se necessário o esclarecimento das normas – Resoluções TSE – que regulam o mencionado processo eleitoral. Desta forma, manuais e folderes visam assegurar aos cidadãos acesso entendível a essa gama de informações relativas aos temas: Propaganda Eleitoral, Prazos de Desincompatibilização, Registro de Candidatura e Pesquisa Eleitoral.

No ano eleitoral de 2020, serão elaborados e disponibilizados na web do TRE/PI: (1) Manual de Propaganda Eleitoral com respectivos fluxogramas de Poder de Polícia, Direito de Resposta e Representações – (2) Manual de Prazos de Desincompatibilização com tabela de cargos e respectivos prazos de afastamento – (3) Folder: de Registro de Candidatura com condições de elegibilidade e documentação necessária à formatação dos pedidos de registro de candidaturas – (4) Folder: Pesquisa Eleitoral com requisitos para registro dos pedidos de pesquisas junto à Justiça Eleitoral e (5) Cartaz: Divulgação Disque Eleições 2020.

### **Plano de Ação – Disque Eleições – Eleições 2020**

O exercício do direito de votar e ser votado deverá ser assegurado pela Justiça Eleitoral aos cidadãos que estejam habilitados para tal mister. Assim, a Justiça Eleitoral valer-se-á do serviço Disque Eleições para disponibilizar ao público externo (cidadãos, candidatos,

partidos políticos, contadores, advogados e demais interessados no processo eleitoral), e ao público interno (servidores e Juízes Eleitorais), acesso rápido às informações relativas ao pleito eleitoral de 2020, através de linha telefônica privilegiada, de atendimento presencial, de e-mail e de portal da rede de computadores da Justiça Eleitoral do Piauí, bem como colaborar com o Setor de Comunicação deste Tribunal fornecendo dados a fim de combater os questionamentos com maior eficácia levando em consideração as dúvidas mais frequentes.

O serviço Disque Eleições 2020 funcionará durante o período de registro de candidatura até 10/10/2020, incluindo-se – nesse período – os sábados, domingos e feriados.

À Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação compete, além da gestão documental dos acórdãos e resoluções proferidos por este Regional, – através da Biblioteca deste Regional – selecionar, indexar e incluir na base de dados do sistema **Atos Normativos da Justiça Eleitoral – ANJE** ou correlato as **portarias normativas** expedidas pela Secretaria do Tribunal, na forma do art. 42, inciso V, da Resolução TRE/PI nº 271/2013 (Regulamento da Secretaria do Tribunal).

Resta claro assim que todas as portarias – cujo caráter seja normativo – e editadas pela Secretaria deste Tribunal deverão ser disponibilizadas na web do Tribunal.

Nos exercícios de 2018 e 2019 foram disponibilizadas **27** portarias normativas na web do TRE/PI.

Endereço eletrônico: <http://www.tre-pi.jus.br/legislacao/portarias-normativas-tre-pi>

Nesse quesito, data vênua, temos a sugerir que, para melhor gestão dos documentos originados e recebidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, seria de bom alvitre incluir-se na estrutura administrativa da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação as seguintes unidades/setores:

1. Protocolo Geral
2. Arquivo
3. Espaço Memória.

Especificamente, quanto à disponibilização das portarias normativas editadas por este Tribunal, parece-nos adequado a ação da Secretaria de Gestão de Pessoas em compartilhar – via rede – à Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação, bem como à Biblioteca deste Regional as pastas de portarias – com respectivas anotações de publicação – elaboradas por aquela unidade para que se faça a devida seleção, indexação e inclusão nos sistemas de disponibilização da web deste Tribunal.

## PREMIO CNJ DE QUALIDADE

Instituído pela Portaria CNJ nº 88 de 28 de maio de 2019, o Prêmio CNJ de Qualidade visa estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações; e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional.

O desempenho dos tribunais é avaliado com base em critérios distribuídos em três eixos temáticos: Governança, Produtividade, e Transparência e Informação.

No eixo governança estão contemplados itens que avaliam o funcionamento de unidades e comissões, implantação de resoluções, utilização do Processo Judicial Eletrônico e estrutura na Área de Tecnologia da Informação, práticas socioambientais, capacitação, ações voltadas à saúde de magistrados e servidores, respostas às demandas da ouvidoria e gestão participativa na formulação de metas nacionais.

No eixo produtividade são mais bem avaliados aqueles que conseguem solucionar mais processos com menos recursos disponíveis, conciliar mais, manter menor acervo de processos antigos, cumprir as metas nacionais, reduzir a taxa de congestionamento e obter maior celeridade processual.

Por fim, no eixo sobre transparência e informação, exige-se envio dos dados estatísticos validados, observância às Tabelas Processuais Unificadas e ampla transparência ao cidadão.

Para premiação foram criadas categorias de Prêmio Excelência, Prêmio Melhor do Ano 2019 e Prêmio CNJ de Qualidade. O Prêmio Excelência será atribuído aos tribunais que obtiverem excelente desempenho, com pontuação igual ou maior que 95%.

A premiação “Melhor do Ano 2019” será atribuída aos tribunais com melhor desempenho por segmento de justiça e que tiverem atingido, no mínimo, 60% da pontuação relativa.

O Prêmio CNJ de Qualidade será destinado aos tribunais que tiverem melhor desempenho no ranking geral, considerando todos os ramos de justiça, premiando nas categorias “Diamante”, “Ouro” e “Prata”.

Os arquivos baseados do modelo MNI, em formato XML, de que trata o art. 8º, II da Portaria CNJ nº 88/2018, são os de maior pontuação, e deverão ser transmitidos

mensalmente segundo o cronograma divulgado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ com todos os processos novos ou que tiveram alguma alteração no mês de referência. O envio dos dados deverá ser feito mediante serviço REST, conforme orientações gerais para envio disponíveis no endereço eletrônico <https://cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/premio-cnj-de-qualidade/orientacoes>.

## TRE-PI E O PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

A primeira participação do TRE-PI na premiação do CNJ foi em 2014, no chamado Selo Justiça em Números, selo esse que mais tarde, em 2019, se chamaria Prêmio CNJ de Qualidade.

Em 2019, em novo formato, o Prêmio CNJ de Qualidade segrega sua avaliação nos três eixos temáticos: Governança, Produtividade, e Transparência e Informação. A partir de então, passa a ser considerado não apenas o envio dos dados ao CNJ, mas sim o desempenho do tribunal no que se refere ao desempenho jurisdicional. Outra característica do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação ao Selo Justiça em Números, é que foi excluída da premiação a categoria Bronze.

Com isso, considerando as lições aprendidas do ano anterior, quando o TRE-PI obteve o selo Prata, e a nova abordagem de avaliação do XML, o TRE-PI focou seus esforços no envio dos dados no padrão MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade – formato XML), uma vez que o referido item ainda valia a maior pontuação do Prêmio.

Apesar de todos os esforços da equipe do TRE-PI, quando do julgamento do prêmio não foi considerado o item relacionado ao XML, que tinha o peso de aproximadamente 30% da pontuação total do prêmio, conforme o próprio CNJ detalhou na justificativa que gerou a inaplicabilidade do art. 8º, inciso II:

*“Tendo em vista que as Tabelas Processuais Unificadas da Justiça Eleitoral foram implantadas em 21 de agosto de 2019, a comissão avaliadora optou por relativizar a avaliação do item, tendo em vista que não haveria tempo hábil para reclassificação de todos os processos pelos TREs para esta avaliação. O cumprimento será integralmente exigido a partir do ano de 2020. Dessa forma, os 200 pontos do art. 8º, II foram deduzidos da base de cálculo da pontuação máxima para todos os TREs”,*

Após o TRE-PI ter sido penalizado com essa questão, foi apresentado um recurso ao CNJ para revisão da pontuação, conforme arquivo abaixo:

<http://www.tre-pi.jus.br/transparencia/transicao-de-gestao/premio-cnj-qualidade>

O TRE-PI, através da Assessoria de Planejamento, está criando um Programa específico para tratar e monitorar todas as ações necessárias para retomar o Prêmio CNJ de Qualidade.





# **ANEXO II**

## **INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES**



## Introdução

Trata-se de uma breve explanação sobre indícios de irregularidades identificadas pela atual gestão e que necessita de acompanhamento para melhor esclarecimento dos fatos e posterior tomada de decisões em relação aos achados eventualmente encontrados, inclusive para servir de norte para as futuras gestões do Tribunal que estão por vir.

Nesse sentido, aponta-se os seguintes achados:

### 1. Do Pagamento de URV supostamente prescrita:

Este Regional realizou um pagamento em dezembro de 2016 no total de **R\$ 7.334.505,28** referente a débitos trabalhistas supostamente prescritos, somados à aplicação indevida de juros de mora ao montante pago no âmbito do Processo Administrativo nº 2199/2013.

Em meados de 2012, a Corte de Contas constatou a inobservância dos critérios de juros e de correção, determinando que alguns Tribunais Regionais Eleitorais, incluindo o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, adotassem “as medidas necessárias para o abatimento dos valores pagos a maior contra créditos ainda a receber, quando for o caso, observando o devido processo legal”, nos termos do Acórdão nº 2177/2014-TCU-Plenário (TC 046.131/2012-4 – Apenso TC 018.829/2012-0).

Com a realização dos cálculos, os números encontrados mostraram diferenças a serem pagas a alguns servidores, que terminou resultando na monta dos valores acima informados.

Diante disso, o TRE-PI, por meio do Acórdão nº 34682, sob a relatoria do Desembargador Joaquim Dias de Santana Filho, deliberou pelo pagamento do passivo aos servidores. Tais pagamentos são apresentados sob a nomenclatura de vantagens eventuais, incluindo juros e correção da URV supracitada.

De forma a mostrar o impacto na folha de pagamento deste Regional, segue resumo dos 35 maiores pagamentos realizados em dezembro de 2016 ordenados a título de vantagens eventuais.

Tabela I - 35 maiores pagamentos realizados em dezembro de 2016

| NOME  | VANTA.<br>EVENTUAIS | TOTAL DE<br>CRÉDITOS | IMPOSTO<br>RENDA | RETENÇ<br>ÃO TETO | TOTAL<br>DÉBITOS | REND.<br>LÍQUIDO |
|---|---------------------|----------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|
| MARIA DE JESUS<br>CAMPOS PARENTES               | 106.927,02          | 141.955,77           | 0,00             | -1.265,75         | -3.862,02        | 138.093,75       |
| CLAUDIA NEIVA<br>MOREIRA ALMINO DE<br>LIMA      | 100.679,78          | 121.677,73           | -8.429,64        | 0,00              | -13.873,49       | 107.804,24       |
| LÚCIA DE SOUSA<br>MARTINS                       | 96.328,70           | 130.919,13           | -7.027,53        | -827,43           | -11.022,11       | 119.897,02       |
| ANGÉLICA MARIA<br>MASCARENHAS<br>LOPES DA SILVA | 91.408,54           | 125.171,54           | -7.027,53        | 0,00              | -10.170,57       | 115.000,97       |
| ISABEL MARLENE DA<br>CUNHA ARAUJO<br>MENDES     | 89.224,40           | 122.581,10           | 0,00             | 0,00              | -2.551,58        | 120.029,52       |
| ROSA MARIA<br>MENDES BATISTA DA<br>SILVA        | 86.465,56           | 116.534,36           | -6.123,38        | 0,00              | -8.884,17        | 107.650,19       |
| RAQUEL MARIA<br>FERRO NOGUEIRA                  | 85.610,09           | 112.749,44           | -15.145,57       | 0,00              | -20.106,38       | 92.643,06        |
| LUZIA MARIA<br>MACHADO LOPES<br>SOBRAL          | 85.451,62           | 118.233,24           | -7.219,25        | 0,00              | -14.406,77       | 103.826,47       |
| MARIA DAS<br>MERCEDES ALVES<br>DE LACERDA PROBO | 84.250,04           | 118.013,04           | -7.551,13        | 0,00              | -10.717,82       | 107.295,22       |
| SILVANI MAIA<br>RESENDE SANTANA                 | 84.010,46           | 112.654,42           | -7.938,01        | 0,00              | -13.612,94       | 99.041,48        |
| TERESA MENEZES<br>BARROS                        | 80.798,42           | 111.728,06           | 0,00             | 0,00              | -2.260,50        | 109.467,56       |
| FELIX VALOIS<br>CARVALHO<br>FERREIRA            | 78.391,61           | 106.780,13           | -4.166,59        | 0,00              | -29.176,47       | 77.603,66        |
| CECÍLIA DE OLIVEIRA<br>BAPTISTA                 | 77.245,43           | 107.707,53           | -6.219,64        | 0,00              | -9.023,70        | 98.683,83        |
| EDMAR HOLANDA<br>LUZ                            | 75.314,08           | 107.495,84           | -14.690,64       | 0,00              | -26.769,78       | 80.726,06        |
| LINDAURA DE<br>ALENCAR MÁXIMO                   | 73.422,69           | 103.019,93           | 0,00             | 0,00              | -2.138,04        | 100.881,89       |
| LACORDELES NUNES                                | 72.917,16           | 99.687,79            | -6.645,41        | 0,00              | -19.685,17       | 80.002,62        |

| NOME   | VANTA.<br>EVENTUAIS | TOTAL DE<br>CRÉDITOS | IMPOSTO<br>RENDA | RETENÇ<br>ÃO TETO | TOTAL<br>DÉBITOS | REND.<br>LÍQUIDO |
|--|---------------------|----------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|
| RICARDO MARINHO<br>CASTELO BRANCO              | 68.344,79           | 84.999,81            | -5.588,23        | 0,00              | -10.814,52       | 74.185,29        |
| CARMELITA DE<br>PAIVA DIAS                     | 68.257,03           | 92.387,75            | 0,00             | 0,00              | -1.536,26        | 90.851,49        |
| MARIA DO SOCORRO<br>DO MONTE SOARES            | 66.254,31           | 96.339,55            | -7.868,44        | 0,00              | -13.270,16       | 83.069,39        |
| MARIA MONICA DA<br>SILVA VIVEIROS              | 65.944,02           | 84.378,30            | -9.366,08        | 0,00              | -13.490,95       | 70.887,35        |
| JOAO LUIS LEITE<br>GALVAO                      | 65.620,17           | 83.759,10            | -3.425,83        | 0,00              | -41.851,49       | 41.907,61        |
| LILIAN SOUSA<br>RIEDEL                         | 64.352,23           | 90.756,94            | -7.714,18        | 0,00              | -12.750,74       | 78.006,20        |
| ENEIDA REIS REGO                               | 63.148,87           | 93.895,88            | -6.812,96        | 0,00              | -12.595,11       | 81.300,77        |
| FRANCISCO XAVIER<br>DA SILVA                   | 63.066,68           | 90.322,83            | -9.408,84        | 0,00              | -14.426,33       | 75.896,50        |
| EVALDO FERREIRA<br>DAS CHAGAS                  | 62.289,43           | 86.261,47            | -5.045,94        | 0,00              | -10.190,69       | 76.070,78        |
| SOLANGE<br>FIGUEIREDO<br>MARQUES DA<br>FONSECA | 60.632,20           | 89.431,71            | -5.812,72        | 0,00              | -8.433,89        | 80.997,82        |
| JOSE DE ARIMATEA<br>BORGES DE<br>CARVALHO      | 58.369,90           | 77.044,36            | -6.296,61        | 0,00              | -10.230,87       | 66.813,49        |
| MARIA DA<br>CONCEIÇÃO VERAS<br>E SILVA         | 58.135,11           | 86.736,70            | -5.764,28        | 0,00              | -8.363,68        | 78.373,02        |
| YARA DA COSTA<br>SANTOS                        | 58.019,42           | 72.967,48            | -6.382,08        | 0,00              | -10.503,80       | 62.463,68        |
| ANTONIO LOPES DE<br>ABREU                      | 57.927,57           | 88.820,68            | -6.325,13        | 0,00              | -12.358,19       | 76.462,49        |
| MIRIAN BEATRIZ<br>KREBSKY DOS<br>SANTOS ROCHA  | 57.630,74           | 87.391,53            | -6.047,99        | 0,00              | -11.566,89       | 75.824,64        |
| FRANCISCA NAZIDE<br>PEREIRA AGUIAR             | 57.582,35           | 75.971,48            | -3.823,48        | 0,00              | -8.314,04        | 67.657,44        |
| WALTER AVELINO DE<br>SOUSA                     | 56.288,03           | 67.874,08            | 0,00             | 0,00              | -1.521,08        | 66.353,00        |
| JOSE ALVES<br>SIQUEIRA FILHO                   | 56.083,84           | 79.812,95            | -7.003,63        | 0,00              | -12.804,99       | 67.007,96        |
| JAIME LOPES DE<br>SOUZA JUNIOR                 | 55.823,99           | 77.903,77            | -8.014,02        | 0,00              | -25.390,19       | 52.513,58        |

Fonte: Portal da transparência do TRE-PI

Calha ressaltar que, em que pese o Acórdão nº 34682 tenha determinado a incidência de imposto de renda sobre os valores a serem pagos a título de juros moratórios e correção monetária, referido desconto não aconteceu. Os valores percebidos apenas foram declarados como rendimentos recebidos acumuladamente.

Notificada sobre o pagamento, a Advocacia Geral da União ingressou com Procedimento de Controle Administrativo junto ao CNJ, através do PCA de n. **0005231-71.2019.2.00.0000**, em que questiona a prescrição da dívida, bem como o pagamento de juros pela via administrativa.

O Tribunal já foi notificado do procedimento, tendo apresentado informações iniciais, tendo sido novamente intimado para se manifestar sobre parecer técnico do CNJ do feito, onde se paira dúvidas sobre a natureza da relação, se se trata de relação de trato sucessivo ou não, para efeitos de contagem do prazo prescricional.

O parecer ainda questiona o pagamento de dívida com trânsito em julgado na via administrativa, alegando eventual burla ao pagamento via precatório.

Sobre o presente ponto, já que se encontra sob análise superior do Conselho Nacional de Justiça, recomenda-se o seu acompanhamento junto àquele órgão e aguardar a deliberação do CNJ para que se possa tomar as medidas eventualmente ordenadas pelo órgão superior.

## **2. Do Pagamento de Banco de Horas sem lastro orçamentário:**

Sobre esse assunto, foi identificado, notadamente no ano de 2017, a criação de procedimentos com trâmite bastante acelerado (apenas alguns dias) no sentido de reconhecer dívidas sem o devido lastro orçamentário, que terminou resultando em seis reconhecimentos de dívidas que totalizam o montante de **R\$ 6.817.709,37** (seis milhões, oitocentos e dezessete mil, setecentos e nove Reais e trinta e sete centavos).

Tais fatos resultaram em um pagamento já realizado pelo Tribunal ainda no ano de 2017, sob a rubrica de conversão em pecúnia de horas relativas a labor além-jornada, do montante de **R\$ 2.932.120,39**.

Em contrapartida a isso, os investimentos realizados no Tribunal sempre foram bastante escassos nos últimos anos, cite-se como exemplo o parque tecnológico do Tribunal, que se encontra totalmente ultrapassado, tendo, inclusive, entrado em colapso no ano de

2019, tendo sido socorrido por equipamento que se encontrava sucateado no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, o que fez a atual gestão realizar investimentos de urgência para sanar tais problemas emergenciais e ainda exige muita atenção das futuras gestões no sentido de melhor equipar o data center do Tribunal.

Dessa forma, enquanto se gastava milhões com indenização de horas constantes em banco de horas, que tem como objetivo natural o gozo através de folgas para o servidor, sendo a conversão em pecúnia medida excepcional, tão somente em relação as horas que não forem passíveis de gozo por necessidade do serviço público ou no caso de eventual desligamento do servidor com o Regional, o Tribunal terminava por pagar altas quantias sob tal rubrica, ao invés de investir e melhorar a infraestrutura de funcionamento do próprio tribunal, sendo o parque tecnológico apenas um exemplo das necessidades do Tribunal, podemos citar também os inúmeros cartórios eleitorais que funcionavam de forma capenga, seja a nível de equipamentos, seja em relação ao próprio imóvel que o alberga.

Como demonstração, segue o resumo dos 45 (quarenta e cinco) maiores pagamentos realizados em dezembro de 2017 em forma de vantagens eventuais.

**Tabela II - 35 maiores pagamentos realizados em dezembro de 2017 (exceção dos 3 maiores ref. Tabela III)**

| NOME   | VANTA.<br>EVENTUAIS | TOTAL DE<br>CRÉDITOS | IMPOSTO<br>RENDA | RETENÇÃ<br>O TETO | TOTAL<br>DÉBITOS | REND.<br>LÍQUIDO |
|--|---------------------|----------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|
| JONAS PEREIRA<br>GOUDINHO                            | <b>96.525,77</b>    | 117.790,42           | -10.096,09       | 0,00              | -13.899,60       | 103.890,82       |
| SILVANI MAIA<br>RESENDE SANTANA                      | <b>77.974,88</b>    | 107.140,27           | -8.858,77        | 0,00              | -10.959,63       | 96.180,64        |
| MARIA ANGELICA<br>RODRIGUES DA<br>SILVA ANDRADE      | <b>70.360,02</b>    | 70.360,02            | 0,00             | 0,00              | 0,00             | 70.360,02        |
| JOAQUIM<br>FRANCISCO DE<br>ALMEIDA FILHO             | <b>68.723,63</b>    | 88.197,99            | -3.757,31        | 0,00              | -5.189,24        | 83.008,75        |
| ILDJANE REGIA DA<br>PAZ ARAUJO                       | <b>68.073,83</b>    | 80.062,29            | -2.047,62        | 0,00              | -3.460,78        | 76.601,51        |
| SIDNEI ANTUNES<br>RIBEIRO                            | <b>61.758,25</b>    | 81.890,43            | -3.474,87        | 0,00              | -14.205,82       | 67.684,61        |
| JOANA DARC SOUSA<br>MACEDO LIMA                      | <b>57.806,45</b>    | 79.804,49            | -4.522,12        | 0,00              | -6.045,75        | 73.758,74        |
| CARLOS ALBERTO<br>RIBEIRO DO<br>NASCIMENTO<br>JUNIOR | <b>57.414,58</b>    | 72.458,52            | -4.737,70        | 0,00              | -6.038,41        | 66.420,11        |

| NOME   | VANTA.<br>EVENTUAIS | TOTAL DE<br>CRÉDITOS | IMPOSTO<br>RENTA | RETENÇA<br>O TETO | TOTAL<br>DÉBITOS | RENT.<br>LÍQUIDO |
|--|---------------------|----------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|
| ENEIDA REIS REGO                                       | <b>56.998,33</b>    | 89.116,64            | -7.158,92        | 0,00              | -10.108,06       | 79.008,58        |
| JOSE ALVES<br>SIQUEIRA FILHO                           | <b>55.954,81</b>    | 80.504,19            | -7.998,60        | 0,00              | -12.402,31       | 68.101,88        |
| MARIA ELZA DA<br>SILVA DOMICIANO                       | <b>55.752,07</b>    | 79.016,26            | -7.245,72        | 0,00              | -9.518,72        | 69.497,54        |
| JOSE BAYMA<br>FACANHA                                  | <b>53.650,24</b>    | 71.771,72            | -3.338,18        | 0,00              | -5.083,68        | 66.688,04        |
| JUSSARA MARQUES<br>ROCHA PEREIRA                       | <b>53.348,82</b>    | 79.857,17            | -10.216,20       | 0,00              | -13.519,24       | 66.337,93        |
| FELIX VALOIS<br>CARVALHO<br>FERREIRA                   | <b>52.856,66</b>    | 82.303,13            | -4.539,65        | 0,00              | -17.601,75       | 64.701,38        |
| PAULO SERGIO<br>MAGALHAES                              | <b>48.957,57</b>    | 65.632,75            | -5.668,25        | 0,00              | -7.859,33        | 57.773,42        |
| LELIA MARIA ALVES<br>DOS SANTOS                        | <b>48.831,42</b>    | 68.212,16            | -5.138,37        | 0,00              | -6.681,88        | 61.530,28        |
| VICENTE DE PAULA<br>GOMES                              | <b>44.255,23</b>    | 76.522,43            | -7.195,36        | 0,00              | -10.483,54       | 66.038,89        |
| ANA REGYA LELIS<br>LEAL                                | <b>43.932,51</b>    | 67.894,33            | -10.191,68       | 0,00              | -13.789,36       | 54.104,97        |
| RAQUEL MARIA<br>FERRO NOGUEIRA                         | <b>41.127,41</b>    | 68.412,91            | -12.810,39       | 0,00              | -15.467,30       | 52.945,61        |
| JOAO OLIVEIRA<br>SILVA                                 | <b>39.832,28</b>    | 57.729,58            | -4.974,73        | 0,00              | -7.404,31        | 50.325,27        |
| MARCIA VALERIA DE<br>ARAUJO FERREIRA<br>REBELO SAMPAIO | <b>38.738,16</b>    | 58.492,29            | -3.956,37        | 0,00              | -5.904,23        | 52.588,06        |
| RAIMUNDO NONATO<br>DA COSTA                            | <b>37.530,24</b>    | 55.579,09            | -7.198,77        | 0,00              | -15.375,82       | 40.203,27        |
| FRANCISCO PIRES<br>DE SOUSA                            | <b>36.740,88</b>    | 51.985,96            | -2.720,16        | 0,00              | -3.853,40        | 48.132,56        |
| ISABEL DE SOUSA<br>TORRES                              | <b>36.468,89</b>    | 58.624,25            | -5.887,98        | 0,00              | -7.914,44        | 50.709,81        |
| DOURIMAR<br>ALEXANDRE DE<br>CARVALHO                   | <b>35.587,66</b>    | 35.587,66            | 0,00             | 0,00              | 0,00             | 35.587,66        |
| PAULO GUTENBERG<br>DE CARVALHO<br>SOUZA                | <b>35.539,92</b>    | 58.220,33            | -9.833,40        | 0,00              | -14.039,96       | 44.180,37        |

| NOME   | VANTA.<br>EVENTUAIS | TOTAL DE<br>CRÉDITOS | IMPOSTO<br>RENDA | RETENÇA<br>O TETO | TOTAL<br>DÉBITOS | REND.<br>LÍQUIDO |
|--|---------------------|----------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|
| JOAO LUIS LEITE<br>GALVAO                    | <b>34.896,66</b>    | 54.783,28            | -1.953,06        | 0,00              | -13.370,96       | 41.412,32        |
| ANDERSON<br>CAVALCANTI DE LIMA               | <b>34.020,93</b>    | 56.887,96            | -7.156,29        | 0,00              | -9.187,54        | 47.700,42        |
| RICARDO ARAUJO<br>COELHO                     | <b>33.797,45</b>    | 51.873,56            | -2.691,44        | 0,00              | -9.967,78        | 41.905,78        |
| MARIA ELISABETH DE<br>SOUSA AGUIAR<br>SCHUCK | <b>33.326,13</b>    | 49.935,81            | -5.995,60        | 0,00              | -8.702,02        | 41.233,79        |
| ADRIANO ALMEIDA<br>LEAL                      | <b>33.038,43</b>    | 49.323,30            | -2.786,83        | 0,00              | -4.236,45        | 45.086,85        |
| ISABEL CARDOSO DAS<br>CHAGAS                 | <b>32.947,00</b>    | 49.833,91            | -7.280,11        | 0,00              | -10.337,85       | 39.496,06        |
| JOAO LUIZ DE<br>ARAUJO JUNIOR                | <b>32.864,63</b>    | 54.044,91            | -10.062,20       | 0,00              | -13.841,77       | 40.203,14        |
| EDMAR HOLANDA<br>LUZ                         | <b>32.434,32</b>    | 65.811,82            | -9.211,94        | 0,00              | -15.224,92       | 50.586,90        |
| FRANCISCA<br>APARECIDA LEITE                 | <b>30.699,08</b>    | 48.256,60            | -5.390,61        | 0,00              | -7.589,87        | 40.666,73        |

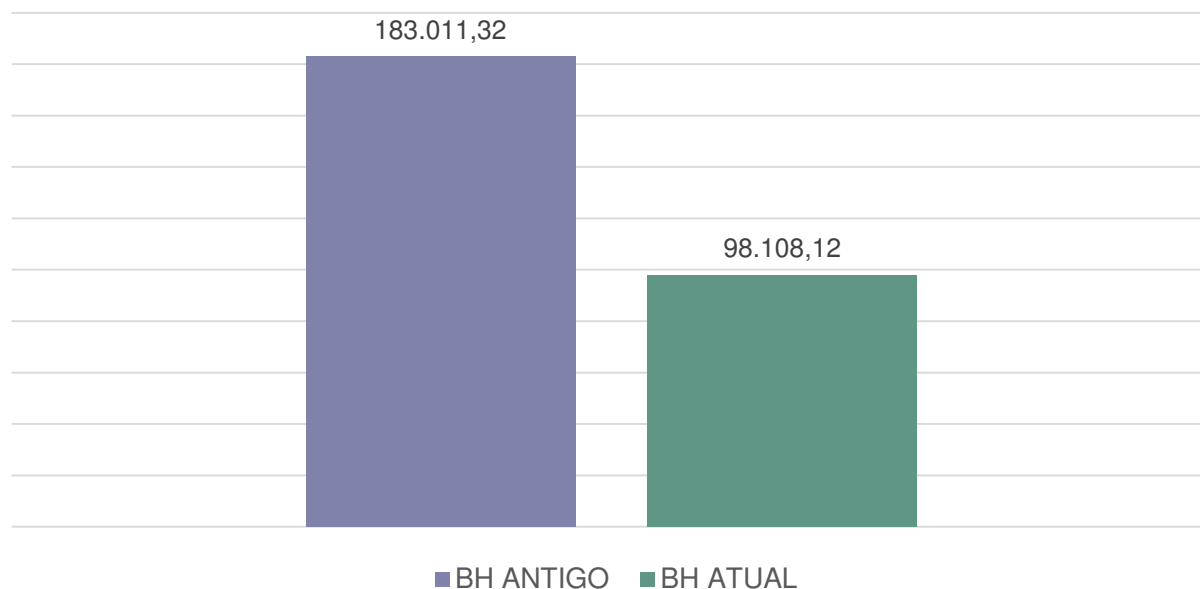
Fonte: Portal da Transparência do TRE-PI

Com a finalidade de sanar o presente problema, uma vez que ainda pendia uma dívida de mais de três milhões sob tal rubrica, o Desembargador Presidente Francisco Antônio Paes Landim, em decisão publicada em 7/1/2020, no processo SEI n. 0012587-76.2018.6.18.8000, determinou as seguintes providências:

- Nulidade das decisões que resultaram nos reconhecimentos de dívidas de vários procedimentos administrativos (PAD's nº **4267/2016, 2688/2017, 2713/2017, 2751/2017, 2761/2017 e 2575/2017**);
- Reconhecimento e suspensão do banco de horas das horas alcançadas pela prescrição quinquenal;
- Anulação de horas cumulada em curso em final de semana;
- A elaboração de normativos que deixem mais claros os controles das horas cumuladas para banco e que limitem o acúmulo de horas mensalmente e em sua totalidade, com obrigação de gozo para o servidor quando alcançar o limite total definido;
- A abertura de procedimentos administrativos individualizados em relação aos servidores alcançados pela decisão, como forma de proporcionar o contraditório e a ampla defesa;

- Informação à Advocacia-Geral da União, Receita Federal, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal para a tomada de providências cabíveis e análise de eventual crime cometido.

Após o efeito da aplicação do prazo prescricional disposta na referida decisão, o Banco de horas deste Regional reduziu em 46,39%, referente às horas prescritas, caindo de 183.011,32 para 98.108,12 horas.



Se levarmos em consideração a média salarial do servidor do TRE-PI publicado no relatório Justiça em Números 2019, a saber, R\$ 19.096,00 e o valor da hora contabilizada a partir do fator normatizado pelo TSE (175 horas/mês) é de R\$ 109,12, o custo do banco de horas que representava R\$ 19.970.195,23, após a correção passou a valer R\$ 10.705.558,05.

Sobre essa questão, recomenda-se o acompanhamento do cumprimento de todos os itens da decisão, inclusive no tocante a abertura dos processos administrativos em relação a cada um dos servidores alcançados pela referida decisão.

### 3. Do Pagamento retroativo da vantagem “Opção de Função”

O TRE-PI, na data de 23/2/2016, reconheceu a possibilidade de carreamento da parcela opção de função para a aposentadoria de alguns servidores, concedendo, ainda, o pagamento retroativo à data de suas aposentações. Tal situação gerou um pagamento de **R\$ 1.124.210,08** numa única parcela.

A publicação do Acórdão TCU nº 2.988/2018, datado de 12/12/2018, alterou o entendimento firmado no Acórdão nº 2.076/2005, dispondo que **somente podem carrear para**

o cálculo dos proventos de aposentadoria os servidores que já tinham implementado os requisitos para aposentadoria até 18/1/1995, e que os demais, caso já tenham sido os atos de aposentadoria registrados pelo TCU, transformaria a referida parcela em VPNI, passível de absorção pelos reajustes específicos concedidos às carreiras a que pertencem os servidores daquele Tribunal – importante evidenciar que a parcela “opção de função” não era sequer incluída no cálculo dos proventos dos servidores desse Regional.

Ademais, a incorporação aos proventos de aposentadoria ou pensão de qualquer vantagem (no caso concreto a vantagem de opção), sem a respectiva contribuição previdenciária na ativa, contraria os princípios da solidariedade, da contributividade e do equilíbrio financeiro e atuarial, todos insculpidos no *caput*, do art. 40, da Constituição Federal.

Ainda, este Regional verificou existirem vários servidores inativos e pensionistas recebendo concomitantemente as parcelas de “opção de função” e “quintos”, em patente ilegalidade, fato que aumenta em muito a folha de pagamento do Tribunal.

Nesse sentido, a incorporação e o pagamento retroativo da vantagem opção de função devem ser considerados ilegais.

Diante disso, recomenda-se a realização de um levantamento de todas as aposentadorias e incorporações de gratificações para que seja analisada a ocorrência de eventual irregularidade, abrindo o devido processo administrativo em relação às que mostrarem indícios de irregularidade, a fim de que possam vir a ser sanadas mediante o devido processo legal.

Como forma de demonstração do impacto na folha de pagamentos de tais rubricas apresentadas sob a nomenclatura de vantagens eventuais, segue abaixo os 3 (três) maiores pagamentos em dezembro de 2017.

**Tabela III - 3 maiores pagamentos realizados em dezembro de 2017**

| NOME  | VANTA.<br>EVENTUAIS | TOTAL DE<br>CRÉDITOS | IMPOSTO<br>RENDA | RETEN<br>ÇÃO<br>TETO | TOTAL<br>DÉBITOS | REND.<br>LÍQUIDO |
|---|---------------------|----------------------|------------------|----------------------|------------------|------------------|
| MARIA DO SOCORRO<br>NASCIMENTO                | <b>427.576,60</b>   | 449.981,07           | -4.781,46        | 0,00                 | -6.876,51        | 443.104,56       |
| MIRIAN BEATRIZ<br>KREBSKY DOS<br>SANTOS ROCHA | <b>387.761,26</b>   | 418.874,57           | -6.389,35        | 0,00                 | -9.227,94        | 409.646,63       |
| ANTONIO LOPES DE<br>ABREU                     | <b>266.042,13</b>   | 298.309,33           | -6.671,77        | 0,00                 | -9.997,17        | 288.312,16       |

#### 4. Dos repasses irregulares à Associação dos Servidores da Justiça Eleitoral do Piauí – Plano de Saúde

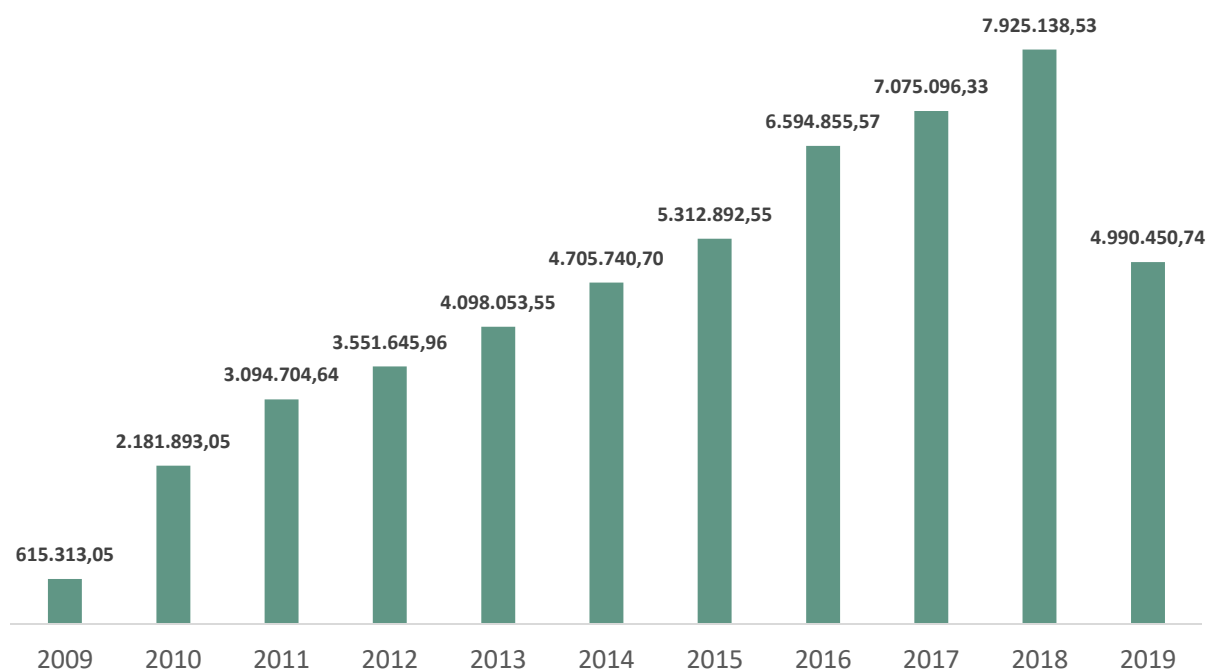
O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, durante anos, tem feito repasses dos recursos da União na ordem de R\$ 50.145.785 entre agosto de 2009 a julho de 2019 para a Associação dos Servidores da Justiça Eleitoral do Piauí – Asjepi, conforme detalhamento da tabela e gráfico abaixo (valores arredondados).

**Tabela IV Pagamentos à ASJEPI – Agosto de 2009 a Julho de 2019**

| <b>ANO</b>         | <b>TOTAL (R\$)</b> |
|--------------------|--------------------|
| 2009               | 615.313,1          |
| 2010               | 2.181.893          |
| 2011               | 3.094.705          |
| 2012               | 3.551.646          |
| 2013               | 4.098.054          |
| 2014               | 4.705.741          |
| 2015               | 5.312.893          |
| 2016               | 6.594.856          |
| 2017               | 7.075.096          |
| 2018               | 7.925.139          |
| 2019               | 4.990.451          |
| <b>TOTAL GERAL</b> | <b>50.145.785</b>  |

Fonte: SEI 13244-81.2019.6.18.8000

Gráfico II Pagamentos à ASJEPI - Agosto de 2009 a Julho de 2019



Fonte: SEI 13244-81.2019.6.18.8000

Tal repasse tem sido feito com fundamento na Resolução n. 261, de 19 de março de 2013, fundamentado no artigo 15, §3º, da citada Resolução. Ocorre que tal repasse contraria o Decreto 8943/2016 que vedou o repasse de verbas públicas para entidades privadas. Para um maior detalhamento dos repasses, segue uma tabela dos pagamentos segundo sua finalidade.

Tabela V Pagamentos à ASJEPI - Agosto de 2009 a Julho de 2019

| ANO  | TRE       | SERVIDOR  | ASJEPI - MENSALIDADE | ASJEPI - HONORÁRIOS | TOTAL     |
|------|-----------|-----------|----------------------|---------------------|-----------|
| 2009 | 401.693,4 | 193.832,3 | 19.787,39            | 0                   | 615.313,1 |
| 2010 | 1.213.701 | 911.187,7 | 57.004,71            | 0                   | 2.181.893 |
| 2011 | 1.297.003 | 1.721.265 | 76.436,08            | 0                   | 3.094.705 |
| 2012 | 1.377.641 | 2.096.407 | 77.597,94            | 0                   | 3.551.646 |
| 2013 | 1.847.663 | 2.169.033 | 81.357,54            | 0                   | 4.098.054 |
| 2014 | 2.457.571 | 2.162.015 | 86.154,59            | 0                   | 4.705.741 |
| 2015 | 2.920.809 | 2.303.896 | 88.187,73            | 0                   | 5.312.893 |
| 2016 | 2.972.489 | 3.437.118 | 91.940,28            | 93.308,33           | 6.594.856 |

|                    |                   |                   |                  |                  |                   |
|--------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 2017               | 2.931.818         | 4.037.650         | 98.702,44        | 6.926            | 7.075.096         |
| 2018               | 2.925.960         | 4.897.339         | 101.839,4        | 0                | 7.925.139         |
| 2019               | 1.834.960         | 3.092.923         | 62.567,3         | 0                | 4.990.451         |
| <b>TOTAL GERAL</b> | <b>22.181.309</b> | <b>27.022.666</b> | <b>841.575,4</b> | <b>100.234,3</b> | <b>50.145.785</b> |

Diante dos fatos relatados, o Desembargador Presidente determinou a realização de uma Auditoria Extraordinária nos procedimentos adotados por este Regional a fim de esclarecer a situação da regularidade da transferência da parcela da União para a ASJEPI, a ausência de prestações de contas e o registro dos repasses das verbas na DIRF.

Então, em dezembro de 2019, a SEAGEP – Seção de Auditorias de Gestão de Pessoas concluiu que:

“2.1 O procedimento de transferência de recursos da União para ASJEPI, no período de agosto/2010 a agosto 2019, relativo ao benefício do auxílio saúde, encontra-se previsto em normativo interno e interpretação da época, contudo em desacordo com o art. 230 da Lei 8.112/90, o que representou impropriedade da forma adotada pelo TRE/PI. Também, verificou-se que não se aplica, ao caso concreto, o disposto no Decreto 6.170/2007; 2.2. Não constam dos convênios de consignação celebrados entre TRE/PI e ASJEPI, cláusula específica que trate de prestação de contas por parte da Associação ao Tribunal dos recursos recebidos e não houve ajuste para contemplar a sistemática de repasse adotada pelo Tribunal no período de agosto/2010 a agosto/2019. No achado 2 recomendou-se providências quanto a adoção de controles e mapeamento do processo de assistência à saúde. 2.3 Com relação a elaboração da DIRF, cabe a este Regional somente o registro de valores com plano de saúde caso tenha sido por ele contratado, nos termos da IN RFB Nº 1836/2018. As evidências reunidas resultaram nos seguintes achados: 1. Impropriedade no normativo interno; 2. Insuficiência de controle interno administrativo no processo de trabalho relativo à assistência à saúde; 3. Impropriedade no registro da DIRF; 4. Impropriedade nos procedimentos de transferência de recursos da União para a ASJEPI. A cada item, foram apresentadas, pela equipe de auditoria, as recomendações respectivas. As recomendações da auditoria visam contribuir com a administração para melhoria no alcance dos seus objetivos estratégicos, nas decisões administrativas e na entrega de resultados.”

Em ato contínuo, foi expedido ofício comunicando o repasse irregular ao MPF, AGU e CNJ a fim de apuração dos fatos noticiados, anexados ao SEI 13244-81.2019.6.18.8000.

Ainda no mesmo processo, o parecer nº 3920, pela assistência jurídica da SAOF considerou irregular o envio de recursos para a ASJEPI entre agosto de 2010 a dezembro de 2016 devido à inexistência de celebração de convênio entre o TRE-PI e a ASJEPI; e ainda irregular os repasses entre dezembro de 2016 a agosto de 2019 por força do decreto nº 8943/2016, do qual vedou o celebração de convênio com associação de servidores.

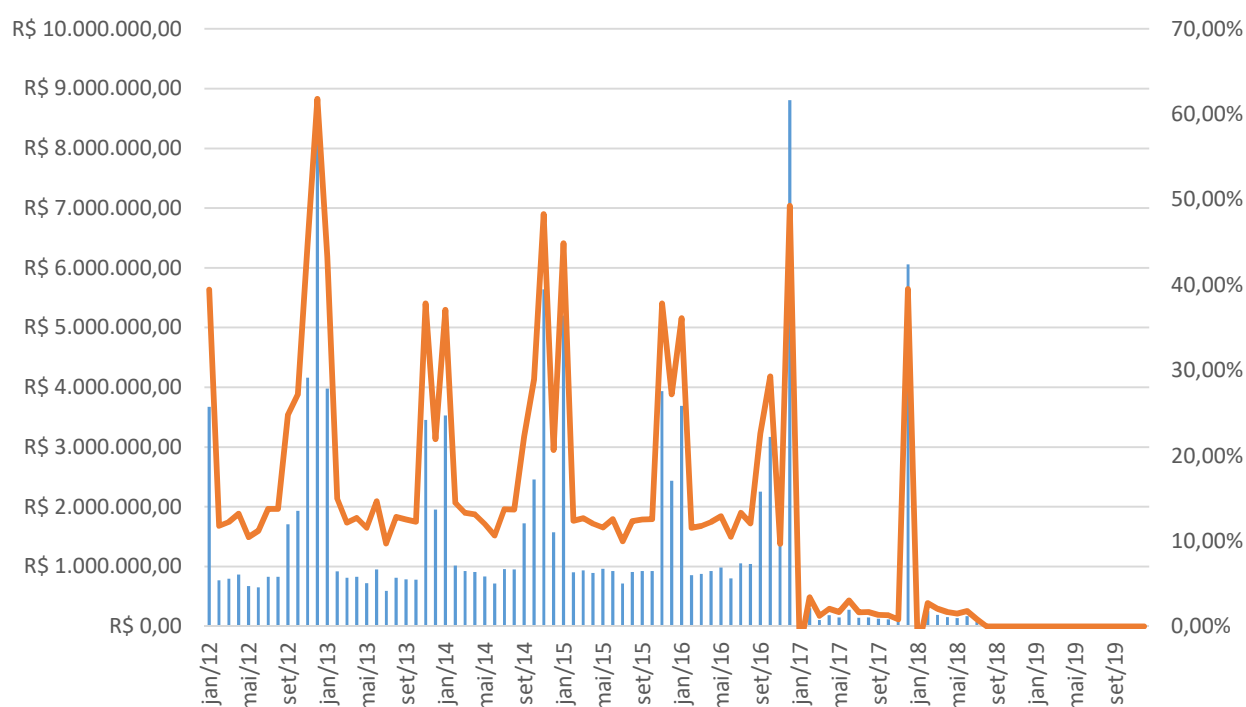
Como providência, a atual gestão notificou a Associação parceira para prestar contas dos recursos percebidos, o que ainda não ocorreu até o momento.

Diante disso, recomenda-se que seja novamente notificada a Associação para prestar contas dos valores percebidos sob pena de ser suspenso o repasse e passar o montante devido vir a ser reembolsado diretamente ao Servidor, mediante a comprovação prévia dos gastos realizados.

## Conclusão

De forma a esclarecer melhor o real impacto de tais irregularidade na folha de pagamento deste Regional, segue abaixo gráfico contendo a série histórica dos pagamentos a título de vantagens eventuais deste Regional desde janeiro de 2012 até dezembro de 2019, e no eixo secundário, a relação entre o montante pago em vantagens eventuais e o pago total de créditos.

**Gráfico III – Pagamentos entre janeiro de 2012 a dezembro de 2019 – montante total e índice de participação das vantagens eventuais**



Se considerarmos a série histórica, temos que o valor médio de montante pago a título de vantagens eventuais em relação ao total de créditos, ou seja, a participação média dessas vantagens na folha é de 13,13%. Temos meses, como dezembro de 2012, 2016 e 2017, que o total de vantagens eventuais alcança 61,80%, 49,25% e 39,53% do total pago, respectivamente. E somados as vantagens eventuais e pessoais, em dezembro de 2012, 66,72% da folha foi comprometida com tais rubricas.

Logo, o que se observa é que, sob o título de vantagens eventuais e pessoais, a folha de pagamento deste Regional é inflado com uma parcela extra de 21,27%, em média, sendo que, 13,13% são de vantagens eventuais e 8,14% de vantagens pessoais. Entretanto, a partir de janeiro de 2018 houve uma redução significativa nos pagamentos de vantagens eventuais, e ainda, a partir de agosto de 2018 não houve oneração da folha para essa finalidade, conforme o portal da transparência.

E ainda, é possível observar no gráfico que, todo período próximo ao final de ano, há picos de pagamentos a título de vantagens eventuais e/ou pessoais.

Com essas informações, a atual gestão espera ter colaborado com o registro e com ações visando sanar problemas que podem vir a resultar em um verdadeiro colapso no funcionamento do Regional, como o noticiado caso do Data center do Tribunal, bem como para a sanar eventuais vícios constantes nas contas públicas do Tribunal.

Dessa forma, a atual gestão do Tribunal Regional Eleitoral espera ter dado os primeiros passos para a realização de uma gestão pública eficiente, fundada na transparência e no gasto racional dos recursos públicos, com foco na melhoria dos serviços prestados à Sociedade Piauiense, prezando por um novo padrão comportamental, em sintonia às louváveis transformações pelas quais passa o sistema político brasileiro, no qual a sociedade exige uma prestação de serviços marcada pela qualidade, eficiência e produtividade.



# **ANEXO III**

## **CARTAS DAS**

### **ZONAS ELEITORAIS**

#### **SEMINÁRIOS ITINERANTES**



## CARTA DE SÃO RAIMUNDO NONATO/PI

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí,

Nos dias 12 e 13 de dezembro de 2019, na cidade de São Raimundo Nonato/PI, foi realizada a 4ª edição do Seminário Itinerante da Justiça Eleitoral, com a participação dos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais que compõem o Polo de São Raimundo Nonato, quais sejam: 13ª ZE/PI – São Raimundo Nonato, 20ª ZE/PI – São João do Piauí, 37ª ZE/PI – Simplício Mendes, 69ª ZE/PI – São João do Piauí, 79ª ZE/PI – Caracol, 83ª ZE/PI – Paes Landim, 90ª ZE/PI – Simplício Mendes e 95ª ZE/PI – São Raimundo Nonato.

Na oportunidade, foram ministradas diversas palestras e apresentações, que nos ajudaram a compreender melhor as atribuições de cada uma das unidades deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e que certamente nos auxiliarão no desempenho de nossas funções.

Ultimados os debates e encerrado o seminário, nós, os representantes das zonas eleitorais suscitadas, nos reunimos a fim de elaborar a presente Carta de São Raimundo Nonato, com as impressões, sugestões e agradecimentos que ora apresentamos a Vossa Excelência.

Inicialmente, expressamos nossa satisfação em participar do evento em comento. O Seminário Itinerante da Justiça Eleitoral nos traz a percepção de que esta colenda Corte de Justiça não está alheia às demandas e dificuldades do primeiro grau de jurisdição, verdadeira porta de entrada da Justiça Eleitoral e que desempenha a importante tarefa de transformar o nacional em autêntico cidadão brasileiro, com a aquisição de seus direitos políticos a partir do alistamento eleitoral. É aqui onde tudo começa. Nada mais natural, portanto, que seja dado o devido reconhecimento e priorizadas as ações cá desenvolvidas, a fim de prestar o serviço de excelência que cada eleitor merece.

Neste ponto, saudamos a Alta Administração desta exímia Corte, que, durante toda a sua gestão, tão enfaticamente priorizou a justiça em primeiro grau, destacando-se, nesse contexto, o Plano Emergencial de Reestruturação dos Cartórios Eleitorais, com a desburocratização de procedimentos, investimentos em infraestrutura e criação de um núcleo de apoio aos Cartórios Eleitorais, vinculado diretamente à Presidência, de modo a fornecer um suporte material e intelectual na consecução de nossas atividades.

Também louvamos a divisão das Zonas Eleitorais em polos, o que concentra e facilita o diálogo e a troca de experiências e traz a vantagem de permitir uma maior aproximação entre os servidores das diversas zonas, possibilitando a criação de um clima amistoso e colaborativo entre colegas de trabalho que, antes, sequer se conheciam.

Ainda sobre o Seminário, gostaríamos de destacar as palestras dos colegas Hugo Leonardo Ferreira Leite ("Achados mais Frequentes nas Inspeções") e Tereza Corina Melo Carvalho ("Aplicação Prática do SEI na Organização Cartorária e no Planejamento/Realização das Eleições 2020"). A primeira, por nos fazer lançar os olhos sobre erros que cometemos em nosso mister, dada a natural falibilidade humana, e nos permitir corrigi-los daqui para frente. A segunda, por nos oferecer uma alternativa de racionalização dos serviços cartorários, facilitando não apenas o desempenho de nossas funções, como a própria continuidade dos serviços, haja vista que, na eventualidade de ser necessária uma troca de gestores, por exemplo, o que vier a suceder poderá encontrar mais facilmente o histórico das ações já desenvolvidas e continuá-las sem maiores percalços. São iniciativas como essas que nos permitem aprimorar, cada vez mais, nossas atividades, a fim de prestar o serviço de excelência mencionado acima.

Salientamos, por oportuno, a necessidade contínua e inadiável de capacitação dos servidores deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, sejam eles efetivos, requisitados ou cedidos, uma vez que todos servimos, direta ou indiretamente, ao público e todos precisamos, por conseguinte, da indispensável qualificação para tanto. Sugerimos, nesse passo, que sejam priorizados os cursos na modalidade à distância, com vistas a possibilitar a participação de todos os servidores, e não apenas daqueles lotados na capital ou em zonas eleitorais que dispõem de mais de um servidor (o que, sabemos, não é, infelizmente, a realidade de todas as nossas unidades). Sugerimos, outrossim, que sejam abarcadas as mais diversas áreas de conhecimentos nos cursos a serem ministrados, não apenas a jurídica, mas também aquelas que facilitem a gestão das unidades, no esforço de nos tornarmos os verdadeiros gestores que fomos conclamados a ser. Sem a necessária capacitação, nenhum esforço, por maior que seja, será suficiente.

Chamamos atenção, ainda, para o fato de que, nos últimos tempos, foram implementados novos sistemas na Justiça Eleitoral do Piauí, sem o respectivo treinamento dos servidores (notadamente, os lotados no interior) acerca de sua correta utilização. Citamos, por exemplo, os sistemas INFODIP e FILIA, que, nada obstante sejam rotineira e intensamente utilizados nos Cartórios Eleitorais, foram implantados sem o devido preparo de seus usuários, e registramos que, quando da efetivação do sistema SEI nesta Especializada, apenas alguns servidores passaram por treinamento. A falta de familiaridade com esses sistemas, decorrente da ausência de capacitação para seu manuseio, gera dificuldades em utilizá-los em toda a sua potencialidade, prejudicando o célere e bom desempenho de nossas funções.

Relevamos, nesse diapasão, a multiplicidade de sistemas que precisamos utilizar para realizar nossas tarefas habituais, ao tempo que instamos Vossa Excelência a unificar, na medida do possível, os diversos sistemas eleitorais, de modo a conferir um mínimo de racionalidade no desempenho de atividades afins.

Destacamos, ademais, a iniciativa da Corregedoria Regional Eleitoral em atualizar o Manual de Práticas Cartorárias, que, certamente, permitirá a padronização necessária dos serviços nas diversas Zonas Eleitorais do Piauí. Afinal, em todas elas, os serviços prestados são os mesmos, sendo natural que haja certa uniformidade entre eles, com vistas, inclusive, a aumentar a confiança na Justiça Eleitoral.

Aqui, clamamos a Vossa Excelência que seja acompanhado mais de perto se os juízes e promotores eleitorais estão, efetivamente, realizando as atividades para as quais se candidataram. Técnicos e analistas judiciários não são juízes ou promotores eleitorais e, por isso mesmo, não podem desempenhar as atividades a eles confiadas. Muitas vezes, sequer dispomos do conhecimento fundamental para tanto. Não apenas nós, os servidores da Justiça Eleitoral, precisamos desse respaldo, mas a própria sociedade o exige. Não desconhecemos a realidade da Justiça Comum Estadual, tão assoberbada de trabalho, de onde provêm os juízes eleitorais e na qual atuam os promotores eleitorais, tampouco o compromisso e zelo com que a maioria dos magistrados e membros do Ministério Público cá laboram. Todavia, assim deve ser a atuação de todos, e não apenas da maioria, e, como dito, ser juiz ou promotor eleitoral é uma escolha, ninguém é obrigado a assumir tão relevantes funções, mas, se o fez, deve arcar com os ônus e bônus da própria opção.

Reiteramos, além disso, a necessidade de criação de um Conselho das Zonas Eleitorais, com a participação de um representante de cada uma das zonas eleitorais ou, ao menos, dos presidentes e vice-presidentes de cada polo, a fim de que sejam debatidos os problemas mais recorrentes em cada uma delas e buscadas soluções para eles, com a troca de experiências e conhecimentos.

Por fim, sugerimos a realização anual e contínua dos Seminários Itinerantes, nos moldes atuais (isto é, por polos), preferencialmente no primeiro semestre de cada ano, bem como a realização de um Seminário Anual Geral, no semestre subsequente, com a participação de todas as zonas eleitorais, de sorte a fomentar o intercâmbio de competências e o

compartilhamento de boas práticas, fazendo com que este egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí cresça, cada vez mais, em excelência.

Era isso, pois, o que tínhamos a expor.

Agradecidos pela oportunidade e certos de vossa compreensão, expressamos votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

**LIDIANE LOPES LIMA**

Chefe de Cartório da 13ª ZE/PI – São Raimundo Nonato

**MAX ZARAK NUNES VIEIRA**

Chefe de Cartório da 20ª ZE/PI – São João do Piauí

**FRANCISCA APARECIDA LEITE**

Chefe de Cartório da 37ª ZE/PI – Simplício Mendes

**ALLYSON LYEL RIBEIRO VASCONCELOS**

Chefe de Cartório da 69ª ZE/PI – São João do Piauí

**HUGO DE REZENDE PINTO**

Chefe de Cartório da 79ª ZE/PI – Caracol

**GUILHERME SOARES CAMPOS NOGUEIRA**

Chefe de Cartório da 83ª ZE/PI – Paes Landim

**LARISSA SUELLEN FERNANDES DA SILVA**

Chefe de Cartório da 90ª ZE/PI – Simplício Mendes

**JOBSON OLIVEIRA BRAGA**

Chefe de Cartório Substituto da 95ª ZE/PI – São Raimundo Nonato

---

Documento assinado eletronicamente por **Allyson Lyel Ribeiro Vasconcelos, Chefe de Cartório**, em 16/12/2019, às 18:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Larissa Suellen Fernandes da Silva, Chefe de Cartório**, em 16/12/2019, às 18:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Soares Campos Nogueira, Chefe de Cartório**, em 17/12/2019, às 07:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Jobson Oliveira Braga, Chefe de Cartório**, em 17/12/2019, às 07:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Hugo de Rezende Pinto, Chefe de Cartório**, em 17/12/2019, às 07:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Aparecida Leite, Chefe de Cartório**, em 17/12/2019, às 07:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Lopes Lima, Chefe de Cartório**, em 17/12/2019, às 07:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Max Zarak Nunes Vieira, Chefe de Cartório**, em 17/12/2019, às 08:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0873709** e o código CRC **5F62CFAE**.

---

0020091-02.2019.6.18.8000

0873709v2

---

Criado por larissa.fernandes, versão 2 por larissa.fernandes em 16/12/2019 17:59:42.

## CARTA DE PIRIPIRI-PI

Os Chefes de Cartório lotados nos municípios integrantes da Regional Piripiri, presentes ao Seminário Itinerante da Justiça Eleitoral, realizado nos dias 04 e 05 de novembro de 2019, na Câmara Municipal de Piripiri/PI, após deliberar sobre os temas tratados no referido Seminário, concluíram pelas seguintes pautas:

1 – Retomada imediata do concurso de remoção interna para o cargo de Técnico Administrativo paralisado desde do final de 2017;

2 – Regulamentação para realização e pagamento de cumprimento de diligências/mandados por servidores requisitados;

3 – Não obrigatoriedade de atendimentos descentralizados mesmo para as Zonas que possuem veículos, quando estas não dispuserem de servidores, em número mínimo, para realizar o atendimento sem prejuízo dos trabalhos na sede da Zona;

4 – Disponibilização dos contratos vigentes do TRE-PI, na intranet, a fim de tornar mais ágil os pedidos de suprimento de fundos no interesse dos Cartórios. Desse modo, sendo suprimida a etapa de consulta prévia à SELIC e/ou SEALP;

5 – Envio para a sede do TRE do material a ser descartado após a devida autorização, tendo em vista a pequena quantidade de máquinas fragmentadoras para atender os cartórios em prazo razoável, além da maioria das cidades do interior não contarem com locais apropriados para o descarte;

6 – Realização de cursos/treinamentos em datas previamente agendadas e amplamente divulgadas, a fim de permitir a participação de todos os servidores, além da concessão em frequência dos dias de deslocamento na véspera e imediatamente posterior ao evento;

8 – Disponibilização de rede de internet sem fio (*wi-fi*) nos prédios dos cartórios eleitorais ao público interno e externo, como ocorre na sede do TRE.

9 - Aquisição de celulares funcionais para os cartórios eleitorais.

---

Documento assinado eletronicamente por **Jose Roberto de Sousa Brito, Técnico Judiciário**, em 25/11/2019, às 12:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Rogerio Lopes do Nascimento, Chefe de Cartório**, em 25/11/2019, às 13:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Samir Batista Bezerra Torres, Chefe de Cartório**, em 25/11/2019, às 19:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Danilo Carvalho Franco Pereira, Chefe de Cartório**, em 26/11/2019, às 08:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Rivelina Remet Rodrigues da Costa Silva, Chefe de Cartório**, em 26/11/2019, às 09:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Lucimeire Barroso do Carmo, Chefe de Cartório**, em 26/11/2019, às 09:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Ribeiro Batista Junior, Chefe de Cartório**, em 26/11/2019, às 09:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Raimunda Reijane Sousa Nunes Lima, Chefe de Cartório**, em 26/11/2019, às 09:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Heanes Jose de Sousa Silva, Chefe de Cartório**, em 26/11/2019, às 13:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Joao Oliveira Silva, Chefe de Cartório**, em 26/11/2019, às 14:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Catarina Eletice Pinho Gomes, Chefe de Cartório**, em 27/11/2019, às 13:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0862507** e o código CRC **4F6334E8**.

## CARTA DE PICOS - PI

Os Chefes de Cartório lotados nos municípios integrantes da Regional Picos, presentes ao I Seminário Itinerante da Justiça Eleitoral, realizado nos dias 24 e 25 de outubro de 2019, na sede do Fórum Eleitoral de Picos/PI, após deliberar sobre os temas tratados no referido Seminário, concluíram pelas seguintes pautas:

1- Apresentar sugestão para fazer constar nos próximos Planos Anuais de Capacitação os seminários Itinerantes, no formato que foi idealizado, mantendo-se as sete regionais nas quais as zonas eleitorais existentes foram agrupadas;

2 – Requerer ao TRE/PI:

a) dotação de um *Datashow*, um *banner* branco e uma máquina fragmentadora para cada zona eleitoral ou grupo de zonas;

b) aquisição de celulares funcionais para contato das zonas eleitorais com órgãos externos (Prefeitura, Câmara de Vereadores etc), dirigentes de partidos políticos, eleitores, mesários e demais interessados;

c) ampliação da rede de internet sem fio (*wi-fi*) para todos os cartórios integrantes do polo;

3 – Criar um link, na intranet do TRE/PI, para que sejam cadastradas as boas práticas desenvolvidas pelos servidores e que proporcionem a melhoria dos serviços prestados por esta Especializada;

4 – Realizar a Semana do Servidor, nos anos vindouros, com a participação de todos os servidores lotados nas Zonas Eleitorais;

5 – Realizar, conforme proposta do Presidente deste Egrégio Tribunal, Dr. Francisco Antônio Paes Landim Filho, o Encontro com todos os servidores presentes nos Seminários Itinerantes, no município de Parnaíba/PI;

6 – Regulamentar a realização e pagamento de cumprimento de diligências/mandados, com permissão para que sejam feitas pelos servidores requisitados, uma vez que em municípios maiores os oficiais de justiça dos outros ramos do judiciário não têm interesse em cumprir mandados da Justiça Eleitoral;

7 – Tornar facultativa a realização mensal de atendimentos descentralizados, mesmo para as Zonas que possuem veículos, quando estas não dispuserem de servidores, em número mínimo, para realizar o atendimento sem prejuízo dos trabalhos na sede da Zona;

8 - Registrar, considerando a distância da sede do TRE em relação às unidades do interior, e tendo em vista o reconhecimento/valorização/aproximação que a Administração do Tribunal está prestando aos servidores lotados nos cartórios, que se faça a adequação dos eventos e cursos que são oferecidos exclusivamente na sede do Tribunal para incluir a participação dos serventuários que trabalham no interior por polos, a exemplo do Seminário Itinerante;

9 – Ampliar o Pró-Saúde do TRE/PI, em especial o serviço odontológico, para o interior do Estado, ou pelo menos para os polos, medida que trará qualidade de vida aos servidores lotados nos cartórios visto que o atendimento da UNIMED é precário nas cidades-polo do interior e inexistente nos pequenos municípios;

10 – Envidar esforços para resolver a situação estrutural das Zonas Eleitorais do município de Valença do Piauí que, desde novembro de 2018, ainda na 3.<sup>a</sup> etapa do rezoneamento eleitoral, aguarda a iniciativa do Tribunal em relação à alocação das duas Zonas no mesmo ambiente.

11 – Permitir que os servidores lotados nas Zonas Eleitorais do interior do Estado, que tiverem interesse, possam realizar trabalhos virtuais (teletrabalho), haja vista a implantação do PJE e a utilização dos serviços administrativos através do Sistema SEI.

---

Documento assinado eletronicamente por **Conceicao de Maria Almeida Leal do Monte, Analista Judiciário**, em 30/10/2019, às 12:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Juliano Alexandre de Melo Simoes, Chefe de Cartório**, em 30/10/2019, às 13:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Valnice Isidorio Veloso Cortez, Chefe de Cartório**, em 30/10/2019, às 13:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Silva dos Santos, Técnico Judiciário**, em 30/10/2019, às 13:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Auricelia da Luz Reis Martins, Técnico Judiciário**, em 30/10/2019, às 13:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Waltemberg Campelo de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 30/10/2019, às 14:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Barros de Lima, Chefe de Cartório**, em 30/10/2019, às 14:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Valmar Lopes Carvalho de Sousa, Chefe de Cartório**, em 30/10/2019, às 14:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Karolina Barbosa Almeida, Analista Judiciário**, em 30/10/2019, às 14:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Borges de Souza Neto, Analista Judiciário**, em 31/10/2019, às 17:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Eldro Cesar Goncalves Moura Reis, Chefe de Cartório**, em 01/11/2019, às 10:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

---

Documento assinado eletronicamente por **Conceicao de Maria Gomes Leal, Chefe de Cartório**, em 03/11/2019, às 13:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Cicero Giscard de Alencar Feitosa, Técnico Judiciário**, em 04/11/2019, às 09:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Martins Duarte, Analista Judiciário**, em 04/11/2019, às 11:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0851252** e o código CRC **7B706903**.

---

0017286-78.2019.6.18.8064

0851252v2

---

Criado por conceicao.monte, versão 2 por conceicao.monte em 30/10/2019 12:41:28.

## CARTA DE PARNAÍBA/PI

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí,

Nos dias 12, 13 e 14 fevereiro de 2020, na cidade de Parnaíba/PI, foi realizada a 5ª edição do Seminário Itinerante da Justiça Eleitoral, com a participação dos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais que compõem o Polo de Parnaíba, quais sejam: 3ª ZE/PI – Parnaíba, 4ª ZE/PI – Parnaíba, 21ª ZE/PI – Piracuruca, 27ª ZE/PI – Luzilândia, 33ª ZE/PI – Buriti dos Lopes, 41ª ZE/PI – Esperantina, 53ª ZE/PI – Cocal, 80ª – Matias Olímpio, 85ª – Esperantina e 91ª – Luis Correia.

Na oportunidade, foram ministradas diversas palestras e apresentações, que nos ajudaram a compreender melhor as atribuições de cada uma das unidades deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e que certamente nos auxiliarão no desempenho de nossas funções.

Ultimados os debates e encerrado o seminário, nós, os representantes das zonas eleitorais suscitadas, nos reunimos a fim de elaborar a presente Carta de Corrente, com as impressões, sugestões e agradecimentos que ora apresentamos a Vossa Excelência.

Inicialmente, expressamos nossa satisfação em participar do evento em comento. O Seminário Itinerante da Justiça Eleitoral nos traz a percepção de que esta colenda Corte de Justiça não está alheia às demandas e dificuldades do primeiro grau de jurisdição, verdadeira porta de entrada da Justiça Eleitoral e que desempenha a importante tarefa de transformar o nacional em autêntico cidadão brasileiro, com a aquisição de seus direitos políticos a partir do alistamento eleitoral. É aqui onde tudo começa. Nada mais natural, portanto, que seja dado o devido reconhecimento e priorizadas as ações cá desenvolvidas, a fim de prestar o serviço de excelência que cada eleitor merece.

Neste ponto, saudamos a Alta Administração desta exímia Corte, que, durante toda a sua gestão, tão enfaticamente priorizou a justiça em primeiro grau, destacando-se, nesse contexto, o Plano Emergencial de Reestruturação dos Cartórios Eleitorais, com a desburocratização de procedimentos, investimentos em infraestrutura e criação de um núcleo de apoio aos Cartórios Eleitorais, vinculado diretamente à Presidência, de modo a fornecer um suporte material e intelectual na consecução de nossas atividades.

Também louvamos a divisão das Zonas Eleitorais em polos, o que concentra e facilita o diálogo e a troca de experiências e traz a vantagem de permitir uma maior aproximação entre os servidores das diversas zonas, possibilitando a criação de um clima amistoso e colaborativo entre colegas de trabalho que, antes, sequer se conheciam.

Ainda sobre o Seminário, gostaríamos de destacar as palestras dos colegas Leonardo Moraes Junior ("Achados mais Frequentes nas Inspeções") e Tereza Corina Melo Carvalho ("Aplicação Prática do SEI na Organização Cartorária e no Planejamento/Realização das Eleições 2020"). A primeira, por nos fazer lançar os olhos sobre erros que cometemos em nosso mister, dada a natural falibilidade humana, e nos permitir corrigi-los daqui para frente. A segunda, por nos oferecer uma alternativa de racionalização dos serviços cartorários, facilitando não apenas o desempenho de nossas funções, como a própria continuidade dos serviços, haja vista que, na eventualidade de ser necessária uma troca de gestores, por exemplo, o que vier a suceder poderá encontrar mais facilmente o histórico das ações já desenvolvidas e continuá-las sem maiores percalços. São iniciativas como essas que nos permitem aprimorar, cada vez mais, nossas atividades, a fim de prestar o serviço de excelência mencionado acima.

Salientamos, por oportuno, a necessidade contínua e inadiável de capacitação dos servidores deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, sejam eles efetivos, requisitados ou cedidos, uma vez que todos servimos, direta ou indiretamente, ao público e todos precisamos, por conseguinte, da indispensável qualificação para tanto. Sugerimos, nesse passo, que sejam priorizados os cursos na modalidade à distância, com vistas a possibilitar a participação de todos

os servidores, e não apenas daqueles lotados na capital ou em zonas eleitorais que dispõem de mais de um servidor (o que, sabemos, não é, infelizmente, a realidade de todas as nossas unidades). Sugerimos, outrossim, que sejam abarcadas as mais diversas áreas de conhecimentos nos cursos a serem ministrados, não apenas a jurídica, mas também aquelas que facilitem a gestão das unidades, no esforço de nos tornarmos os verdadeiros gestores que fomos conclamados a ser, neste sentido destacamos a necessidade de capacitação nos sistemas de prestação de contas, tanto as contas eleitorais quanto as contas partidárias anuais, visto ainda existir um grande acervo de processos relativos a prestação de contas nos cartórios eleitorais (um dos achados mais frequentes nas inspeções realizadas pela Corregedoria Eleitoral). Sem a necessária capacitação, nenhum esforço, por maior que seja, será suficiente.

A apresentação do projeto de preparação unificada das urnas eleitorais feito pela Coordenadoria de Eleições Informatizadas é uma importante iniciativa para a melhoria do processo eleitoral pois permitiria uma preparação uniforme, com segurança e mais transparente à sociedade das urnas eletrônicas a serem utilizadas nas Eleições 2020. Pelas características deste pleito - com alta demanda de atividades executadas nas Zonas Eleitorais - a realização centralizada deste trabalho permitiria aos cartórios eleitorais a concentração da força de trabalho em outras atividades fins do pleito.

Destacamos, ademais, a iniciativa da Corregedoria Regional Eleitoral em atualizar o Manual de Práticas Cartorárias, que, certamente, permitirá a padronização necessária dos serviços nas diversas Zonas Eleitorais do Piauí. Afinal, em todas elas, os serviços prestados são os mesmos, sendo natural que haja certa uniformidade entre eles, com vistas, inclusive, a aumentar a confiança na Justiça Eleitoral.

Concordamos com a necessidade de criação de um Conselho das Zonas Eleitorais, com a participação de um representante de cada uma das zonas eleitorais ou, ao menos, dos presidentes e vice-presidentes de cada polo, a fim de que sejam debatidos os problemas mais recorrentes em cada uma delas e buscadas soluções para eles, com a troca de experiências e conhecimentos.

Durante o evento reunimos as seguintes sugestões:

- Disponibilização de Whatsapp business para os cartórios eleitorais;
- Knowage - Facilidade em localizar os processos parados há mais de 30 dias;
- Wi-fi nos Cartórios Eleitorais;
- Contraprestação para os requisitados - O Cartório Eleitoral na minha Cidade. Convênio com as municipalidades para apoiar a justiça eleitoral (alimentação/hospedagem);
- Ideia de revisar os contratos de serviços e de fornecimentos de materiais (limpeza);
- Avaliação da possibilidade de convênio com a Receita Federal para arrecadar celulares usados. (Ajuda no whatsapp business e na utilização do PJe);
- Regulamentação das Horas Extras das eleições 2020, parametrizando um teto para todos os servidores;
- Igualar na prática a questão dos auxiliares de eleição (técnico de urna e técnico de transmissão)... Em que todos devem ganhar igual e trabalhar no mesmo período;
- Boas práticas cartorárias em prol da logística das eleições 2020. Em especial a redução da quantidade de urna e remanejamento de locais de votações adequadas. (A exemplo: processo Sei n 0001644-16.2020.6.18.8069);

Por fim, sugerimos a realização anual e contínua dos Seminários Itinerantes, nos moldes atuais (isto é, por polos), preferencialmente no primeiro semestre de cada ano, bem como

a realização de um Seminário Anual Geral, no semestre subsequente, com a participação de todas as zonas eleitorais, de sorte a fomentar o intercâmbio de competências e o compartilhamento de boas práticas, fazendo com que este egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí cresça, cada vez mais, em excelência.

Era isso, pois, o que tínhamos a expor.

Agradecidos pela oportunidade e certos de vossa compreensão, expressamos votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

**TADEU NUNES LAGES**

Chefe de Cartório da 3ª ZE/PI – Parnaíba

**MARGARET ALACOQUE DE AMORIM**

Chefe de Cartório da 4ª ZE/PI – Parnaíba

**ALMIR MEDEIROS DE MELO NETO**

Chefe de Cartório da 21ª ZE/PI – Piracuruca

**HANDERSON CARDOSO BARROS**

Chefe de Cartório da 27ª ZE/PI – Luzilândia

**RAFAEL MOTA MONTEIRO**

Chefe de Cartório da 33ª ZE/PI – Buriti dos Lopes

**IRANILDO RODRIGUES SAMPAIO**

Chefe de Cartório da 41ª ZE/PI – Esperantina

**IAGO VITOR DA SILVA SANTOS**

Chefe de Cartório da 53ª ZE/PI – Cocal

**MAURO CÉSAR COSTA CAVALCANTE**

Chefe de Cartório da 80ª ZE/PI – Matias Olímpio

**MARCONDES RAMOS DO VALE**

Chefe de Cartório da 85ª ZE/PI – Esperantina

**CLEIDE MARIA CAVALCANTE CARVALHO**

Chefe de Cartório da 91ª ZE/PI – Luis Correia

---

Documento assinado eletronicamente por **Cleide Maria Cavalcante Carvalho, Chefe de Cartório**, em 17/02/2020, às 11:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0899403** e o código CRC **FDA14538**.

## CARTA DE FLORIANO/PI

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, deste Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí,

Nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, na cidade de Floriano, foi realizada a 3ª edição do Seminário Itinerante da Justiça Eleitoral, que tem como objetivo capacitar o corpo funcional das zonas eleitorais desse município e das localidades circunvizinhas, com a participação dos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais que compõem o Polo de Floriano, quais sejam: 5ª ZE/PI – Oeiras, 8ª ZE/PI – Amarante, 9ª ZE/PI – Floriano, 14ª ZE/PI – Uruçuí, 25ª ZE/PI – Jerumenha, 43ª ZE/PI – Regeneração, 46ª ZE/PI – Guadalupe, 48ª ZE/PI – Elesbão Veloso, 67ª ZE/PI – Manoel Emídio, 72ª ZE/PI – Itaueira, 74ª ZE/PI – Barro Duro, 75ª ZE/PI – Landri Sales, 84ª ZE/PI – Angical do Piauí e 94ª ZE/PI – Oeiras.

Durante o evento, foram ministradas palestras de diversos assuntos acerca das atividades e setores deste tribunal, dando sempre oportunidade aos participantes do evento para debaterem e questionarem quando achassem oportuno, não apenas no intuito de sanar suas dúvidas como também para externar pontos de vistas divergentes. Dentre as palestras ressaltamos a explanação da Cocin, pois prestações de contas contabilizam o maior número de processos no 1º grau, se tornando um verdadeiro “gargalo” ao cumprimento de metas.

Destaca-se ainda os esclarecimentos acerca da implantação do novo sistema de ponto eletrônico e à apresentação prática sobre o uso do SEI no cartório eleitoral, pela chefe de cartório da 98ª, Tereza Corina, que brilhantemente transformou todas as atividades de seu cartório em processos no SEI, diminuindo consideravelmente o uso de papel e pastas em sua zona eleitoral.

Ademais, foi um evento de extrema importância para os servidores das zonas, tendo em vista que não apenas promoveu a integração entre os chefes das zonas eleitorais, como estreitou os laços das zonas com a sede.

Findo o evento foram escolhidos 2 representantes do polo de Floriano, Vicente Ferreira Lourenço e Lívia Pádua Reis, além do encargo de elaborar esta Carta registrando as impressões, sugestões e agradecimentos por este evento extremamente importante para os servidores desta região.

Ressaltamos, na oportunidade, a necessidade cada vez mais dessa capacitação não apenas para os efetivos como também aos requisitados que tanto ajudam no andamento dos cartórios eleitorais, podendo ser ministrados de diversas formas, seja presencial ou à distância.

Durante a explanação prática do SEI, que a chefe de cartório da 98ª, Tereza Corina, expôs brilhantemente, foi sugerido, ainda, a necessidade de celulares funcionais para contato das zonas eleitorais com os órgãos externos e dirigentes de partidos políticos, eleitores e mesários, assim como demais interessados no período eleitoral.

Tendo em vista que o acervo processual do Tribunal compõe-se, na sua maioria, de processos prestação de contas, bem como as dificuldades enfrentadas pelos cartórios na execução desses trabalhos, propõe-se a realização de treinamentos durante os Seminários Itinerantes, destinando pelo menos um período para tal atividade.

Sugere-se, ainda, que se acrescente a esta carta que os setores de patrimônio coloquem as plaquinhas de patrimônio em locais mais visíveis, pois às vezes estão em lugares

difíceis de verificar pelo servidor quando periodicamente faz o levantamento de patrimônios sob sua responsabilidade.

Salienta-se, ainda, a importância deste evento, requerendo que o mesmo passe a ocorrer anualmente de forma que todos os polos estejam sempre integrados com a sede e com as demais zonas, trocando informações e experiências de boas práticas cartorárias.

Gratos pela oportunidade, e certos da vossa compreensão, expressamos votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

---

Documento assinado eletronicamente por **Vicente Ferreira Lourenço, Técnico Judiciário**, em 18/12/2019, às 16:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Livia Pádua Reis, Chefe de Cartório**, em 19/12/2019, às 07:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Jorge dos Santos Filho, Chefe de Cartório**, em 20/12/2019, às 17:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Livio de Castro Amorim, Chefe de Cartório**, em 23/12/2019, às 12:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Maria Gomes dos Santos Neta, Técnico Judiciário**, em 07/01/2020, às 09:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Raissa Maria Lustosa Furtado, Chefe de Cartório**, em 07/01/2020, às 13:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0875223** e o código CRC **DE93920A**.

## CARTA DE CORRENTE/PI

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí,

Nos dias 22, 23 e 24 janeiro de 2020, na cidade de Corrente/PI, foi realizada a 4ª edição do Seminário Itinerante da Justiça Eleitoral, com a participação dos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais que compõem o Polo de Corrente, quais sejam: 22ª ZE/PI – Corrente, 15ª ZE/PI – Bom Jesus, 26ª ZE/PI – Parnaguá, 35ª ZE/PI – Gilbués, 44ª ZE/PI – Ribeiro Gonçalves, 59ª ZE/PI – Cristino Castro e 88ª ZE/PI – Avelino Lopes.

Na oportunidade, foram ministradas diversas palestras e apresentações, que nos ajudaram a compreender melhor as atribuições de cada uma das unidades deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e que certamente nos auxiliarão no desempenho de nossas funções.

Ultimados os debates e encerrado o seminário, nós, os representantes das zonas eleitorais suscitadas, nos reunimos a fim de elaborar a presente Carta de Corrente, com as impressões, sugestões e agradecimentos que ora apresentamos a Vossa Excelência.

Inicialmente, expressamos nossa satisfação em participar do evento em comento. O Seminário Itinerante da Justiça Eleitoral nos traz a percepção de que esta colenda Corte de Justiça não está alheia às demandas e dificuldades do primeiro grau de jurisdição, verdadeira porta de entrada da Justiça Eleitoral e que desempenha a importante tarefa de transformar o nacional em autêntico cidadão brasileiro, com a aquisição de seus direitos políticos a partir do alistamento eleitoral. É aqui onde tudo começa. Nada mais natural, portanto, que seja dado o devido reconhecimento e priorizadas as ações cá desenvolvidas, a fim de prestar o serviço de excelência que cada eleitor merece.

Neste ponto, saudamos a Alta Administração desta exímia Corte, que, durante toda a sua gestão, tão enfaticamente priorizou a justiça em primeiro grau, destacando-se, nesse contexto, o Plano Emergencial de Reestruturação dos Cartórios Eleitorais, com a desburocratização de procedimentos, investimentos em infraestrutura e criação de um núcleo de apoio aos Cartórios Eleitorais, vinculado diretamente à Presidência, de modo a fornecer um suporte material e intelectual na consecução de nossas atividades.

Também louvamos a divisão das Zonas Eleitorais em polos, o que concentra e facilita o diálogo e a troca de experiências e traz a vantagem de permitir uma maior aproximação entre os servidores das diversas zonas, possibilitando a criação de um clima amistoso e colaborativo entre colegas de trabalho que, antes, sequer se conheciam.

Ainda sobre o Seminário, gostaríamos de destacar as palestras dos colegas Marcelo Régis de Vasconcelos ("Achados mais Frequentes nas Inspeções") e Tereza Corina Melo Carvalho ("Aplicação Prática do SEI na Organização Cartorária e no Planejamento/Realização das Eleições 2020"). A primeira, por nos fazer lançar os olhos sobre erros que cometemos em nosso mister, dada a natural falibilidade humana, e nos permitir corrigi-los daqui para frente. A segunda, por nos oferecer uma alternativa de racionalização dos serviços cartorários, facilitando não apenas o desempenho de nossas funções, como a própria continuidade dos serviços, haja vista que, na eventualidade de ser necessária uma troca de gestores, por exemplo, o que vier a suceder poderá encontrar mais facilmente o histórico das ações já desenvolvidas e continuá-las sem maiores percalços. São iniciativas como essas que nos permitem aprimorar, cada vez mais, nossas atividades, a fim de prestar o serviço de excelência mencionado acima.

Salientamos, por oportuno, a necessidade contínua e inadiável de capacitação dos servidores deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, sejam eles efetivos, requisitados ou cedidos, uma vez que todos servimos, direta ou indiretamente, ao público e todos precisamos, por conseguinte, da indispensável qualificação para tanto. Sugerimos, nesse passo, que sejam priorizados os cursos na modalidade à distância, com vistas a possibilitar a participação de todos os servidores, e não apenas daqueles lotados na capital ou em zonas eleitorais que dispõem de mais de um servidor (o que, sabemos, não é, infelizmente, a realidade de todas as nossas unidades). Sugerimos, outrossim, que sejam abarcadas as mais diversas áreas de conhecimentos nos cursos a serem ministrados, não apenas a jurídica, mas também aquelas que facilitem a gestão das unidades, no esforço de nos tornarmos os verdadeiros gestores que fomos conclamados a ser, neste sentido destacamos a necessidade de capacitação nos sistemas de prestação de contas, tanto as contas eleitorais quanto as contas partidárias anuais, visto ainda existir um grande acervo de processos relativos a prestação de contas nos cartórios eleitorais (um dos achados mais frequentes nas inspeções realizadas pela Corregedoria Eleitoral). Sem a necessária capacitação, nenhum esforço, por maior que seja, será suficiente.

A apresentação do projeto de preparação unificada das urnas eleitorais feito pela Coordenadoria de Eleições Informatizadas é uma importante iniciativa para a melhoria do processo eleitoral pois permitiria uma preparação uniforme, com segurança e mais transparente à sociedade das urnas eletrônicas a serem utilizadas nas Eleições 2020. Pelas características deste pleito - com alta demanda de atividades executadas nas Zonas Eleitorais - a realização centralizada deste trabalho permitiria aos cartórios eleitorais a concentração da força de trabalho em outras atividades fins do pleito.

Destacamos, ademais, a iniciativa da Corregedoria Regional Eleitoral em atualizar o Manual de Práticas Cartorárias, que, certamente, permitirá a padronização necessária dos serviços nas diversas Zonas Eleitorais do Piauí. Afinal, em todas elas, os serviços prestados são os mesmos, sendo natural que haja certa uniformidade entre eles, com vistas, inclusive, a aumentar a confiança na Justiça Eleitoral.

Concordamos com a necessidade de criação de um Conselho das Zonas Eleitorais, com a participação de um representante de cada uma das zonas eleitorais ou, ao menos, dos presidentes e vice-presidentes de cada polo, a fim de que sejam debatidos os problemas mais recorrentes em cada uma delas e buscadas soluções para eles, com a troca de experiências e conhecimentos.

Sugerimos que seja avaliada a possibilidade da criação de unidades no sistema SEI para o Ministério Público Eleitoral em cada uma das Zonas Eleitorais visando celeridade nos procedimentos administrativos onde o *parquet* deva emitir sua cota.

A ampliação no programa de estágios nos cartórios eleitorais também deve ser avaliado pois se trata de medida com amplo apelo educacional e social, permitindo a maior integração da Justiça Eleitoral com novos segmentos sociais.

A adoção de locais específicos para a guarda de kits biométricos utilizados nos atendimentos descentralizados permite a maior eficiência e celeridade nesta atividade.

Quanto ao descarte de bens inservíveis sugerimos que o descarte seja feito na capital através de rotas de recolhimento anuais permitindo um processo de seleção e descarte amigável ao meio ambiente e possibilitando um melhor ambiente de trabalho nos cartórios eleitorais.

Projeto de indicação nas transações penais executado nos cartórios eleitorais permitindo ganho de economia e ampliação nas atividades socioeducativas.

Ampliação no controle administrativo de bens via sistema SEI melhorando a gestão patrimonial nos cartórios eleitorais e estabelecendo marcos de responsabilidade permitindo e maior transparência no processo.

Por fim, sugerimos a realização anual e contínua dos Seminários Itinerantes, nos moldes atuais (isto é, por polos), preferencialmente no primeiro semestre de cada ano, bem como a realização de um Seminário Anual Geral, no semestre subsequente, com a participação de todas as zonas eleitorais, de sorte a fomentar o intercâmbio de competências e o compartilhamento de boas práticas, fazendo com que este egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí cresça, cada vez mais, em excelência.

Era isso, pois, o que tínhamos a expor.

Agradecidos pela oportunidade e certos de vossa compreensão, expressamos votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

**CAMILO MEDEIROS NUNES**

Chefe de Cartório da 22ª ZE/PI – Corrente

**FELIPE ALVES SARAIVA BARBOSA**

Chefe de Cartório da 15ª ZE/PI – Bom Jesus

**ALINE BEZERRA BARROSO FONSECA**

Chefe de Cartório da 26ª ZE/PI – Parnaguá

**LARISSA ESTHERPHANE CACHO DE OLIVEIRA**

Chefe de Cartório da 35ª ZE/PI – Gilbués

**ADELMAR DIAS PINHEIRO FILHO**

Chefe de Cartório da 44ª ZE/PI – Ribeiro Gonçalves

**JANSON RICHARD QUARESMA NEGREIROS**

Chefe de Cartório da 59ª ZE/PI – Cristino Castro

**PAULA NAYANA SANTIAGO SOUSA**

Chefe de Cartório da 88ª ZE/PI – Avelino Lopes



